

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

## **Não-Palavras**

Tábita Cristina Martins e Santos

São Carlos – SP  
2019

TÁBITA CRISTINA MARTINS E SANTOS

## **Não - Palavras**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Orientador: Valdemir Miotello

São Carlos – SP  
2019



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Tábata Cristina Martins e Santos, realizada em 22/02/2019:

*Valdemir Miotello*

---

Prof. Dr. Valdemir Miotello  
UFSCar

*Maia Suzli Ribeiro da Silva*

---

Profa. Dra. Maia Suzli Ribeiro da Silva  
UNIRP

*Allan Tadeu Pugliese*

---

Prof. Dr. Allan Tadeu Pugliese  
UNIP

## AGRADECIMENTOS

Rendo graças a Deus: o Verbo. Fonte de toda criação, inteligência e criatividade.

Agradeço ao meu orientador e grande mestre, Valdemir Miotello que acreditou na minha ideia quando ela ainda era sementinha trazendo água para que pudéssemos regar juntos. Hoje a mudinha está florindo. Esperamos que em algum dia as ideias trazidas aqui se transformem em uma árvore forte e vigorosa e que abrigue outros tantos, assim como a “nossa árvore” na UFSCar nos abrigou em todo o tempo, enquanto tecíamos este trabalho.

Sou grata ao Marcus (e sua, minha família), meu generoso esposo, suporte nesta jornada. Em todo tempo incansável, altruísta, fofo e amoroso. Engajado, me ajudou a construir este material nos seus momentos disponíveis e indisponíveis quando divagava sobre o tema comigo.

Aos meus pais pelos conselhos, pelas palavras de força e por me encorajarem a ser sempre uma sonhadora. Às minhas três irmãs: a primeira, pelo brilho dos olhos ao me ouvir; a segunda, pela paciência em me explicar tudo sobre direito, leis e estatutos; a terceira, por me empoderar e me fazer acreditar na força das minhas ideias.

Às professoras doutoras Camila e Sandra, pelas preciosas e significativas contribuições enquanto as Não Palavra ainda eram tão selvagens.

Aos professores Chloe, Vinício e Luzia pelo acolhimento, pela troca e pelos frutos que daí vieram. Aos demais docentes do departamento Wilson, Thales, Arthur, Luciana, Marcia, Maria Lucia e Eduardo pelo aprendizado.

Ao nobre Paulo Lazzaretti, que sempre fez questão de ir além das funções administrativas do seu cargo humanizando-o e por isso se tornou um grande conselheiro e amigo. Aos também funcionários do Colegiado de Pós- Graduação Edmundo e Taís, pela paciência, simpatia e gentileza com minhas dúvidas infinitas.

Aos colegas do PPGCTS que votaram em mim para Comissão de Representação Discente. E ao Thiago por dividir comigo esta tarefa. Aos meus amigos do mestrado e especialmente às mosqueteiras Carol, Vivian e Samanta por me ajudarem a tornar o fardo diário mais leve.

Agradeço também ao Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar e à CAPES, fomentadora desta pesquisa, por tornarem este momento possível.

A todos estes que me mostraram que um sonho sonhado junto é que vira realidade.

*“Todas as manhãs a gazela acorda sabendo que tem que correr mais veloz que o leão ou será morta. Todas as manhãs o leão acorda sabendo que deve correr mais rápido que a gazela ou morrerá de fome. Não importa se és um leão ou uma gazela: quando o Sol desponta o melhor é começares a correr.”*

(Mia Couto, 2008)

## RESUMO

SANTOS, Tábita. Não Palavras, 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Universidade Federal de São Carlos.

Este trabalho se propõe a discutir a importância das palavras que ainda não surgiram -no léxico comum – como ferramenta de luta por igualdade de direitos para os grupos sociais minoritários e entender este espaço como lugar discursivo e de suma importância para as lutas simbólicas sociais. Além de compreender a necessidade de fazê-las emergir, ou pelo menos de demarcar este espaço, em busca de diagnosticar questões da sociedade que não são tratadas por falta de reconhecimento lexical, proporcionando avanços e mudanças nas construções políticas e no senso comum. Para tanto, este trabalho, com foco em um grupo específico, buscou levantar todas as leis brasileiras voltadas às Pessoas com Deficiência, a fim de encontrar quais termos foram adicionados, posteriormente, à criação de determinadas leis e como se deu a evolução de certas palavras – como Acessibilidade e Desenho Universal - e seus sentidos fundamentais para equidade deste grupo de pessoas. Buscando compreender a dinâmica de pessoas alteradoras de palavras e palavras alteradoras de pessoas e o jogo de forças sociais que daí se estabelece.

Ao cotejar textos, legislação específica e contexto histórico deste grupo, alvitra-se questionar até que ponto a palavra é fator determinante e reducionista na construção de mundo, a fim de destacar a necessidade de esboçar um paradigma mais atual por meio de “ressignificações”, lutas simbólicas e novas palavras.

**Palavras-chave:** Amorfo; Léxico Comum; Acessibilidade; Não Palavras; Discurso; Ideologia

## **ABSTRACT**

SANTOS, Tabita. Not Words, 2019. Dissertation (Post-Graduate Program in Science, Technology and Society). Federal University of São Carlos.

This dissertation has the proposal to discuss the importance of the not yet appeared words - in the standard lexicon - as tools to fight for equal rights for social minority groups and to understand this as an important space for social movements and struggles. Besides noticing the necessity of the emerging of words, or to at least save the spot for them, in order to diagnose society's issues that are not treated due to the lack of lexical recognition, providing progress and changes in political constructions and in the common sense. Therefore, this essay, looking at a specific group, researched all the Brazilian legislation directed to the disabled person in order to reach which words were added after the creation of certain laws, as well as how they evolved - such as accessibility and universal design - and their fundamental meanings. Seeking to comprehend the dynamics between people who alter the meanings of words and words that modify people and the social duel laid down from them. By comparing texts, legislations and historical contexts of this groups, we are proposed to query how far the words are determining and reductionist of the world, in order to highlight the importance to draft new models by creating "new meanings", symbolic struggles and new words.

**Keywords:** Amorphous; Common Lexicon; Accessibility; Not Words, Speech, Ideology

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Terminologias .....	39
Tabela 2 – Dicionário de Koenig .....	47
Tabela 3 – Acessibilidade .....	89
Tabela 4 – Desenho Universal .....	93
Tabela 5 – Acessibilidade Universal .....	94

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Linha do tempo acessibilidade pelo mundo .....	103
Figura 2 – Exemplo Legislação .....	108

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 VOZES</b> .....	17
2.1 Vozes Reunidas .....	17
2.2 Línguas pelo Mundo.....	28
2.3 A Palavra.....	37
<b>3 IDENTIDADE E ALTERIDADE</b> .....	49
<b>4. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PROCESSOS DE INCLUSÃO</b> .....	68
<b>5 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	79
5.1 Sobre este trabalho e princípios de análises .....	79
5.2 Mapa visual e levantamento de Leis brasileiras .....	81
<b>6 ANÁLISE DE PALAVRAS</b> .....	93
6.1 Acessibilidade .....	93
6.1.1 Histórico do termo em países desenvolvidos .....	101
6.2 Desenho Universal .....	109
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	111
<b>8 REFERÊNCIAS</b> .....	115
<b>APÊNDICE A – MAPA VISUAL: CATALOGAÇÃO - LEIS E ANÁLISES</b> .....	124

## APRESENTAÇÃO

Quando eu tinha 10 anos eu ganhei um dicionário. Meu primeiro dicionário que era só meu, sem ser da casa, sem ter que dividir com as minhas irmãs. Eu pude escrever meu nome na primeira página em branco que ele reservava. “*Pertence a Tábita*” - grafei em rosa. Como se só as palavras me pertencessem. Ingênua criatura que era, não sabia que nós pertencemos às palavras também. Mas o maior presente naquele dia não foi necessariamente o dicionário, mas o brinde que veio acoplado ao precioso presente: um pequeno livreto de 80 páginas chamado “O Caçador de Palavras” escrito por Walcyr Carrasco, famoso telenovelistas brasileiro. O conto era sobre Júlio, um homem que assim como eu tinha acabado de ter um curioso encontro com um dicionário e se encantou pelo universo dos vocábulos e, por isso, decidiu criar e disseminar uma palavra própria: *Ife*, um sinônimo que fundia amor e aventura. E, assim, percorreu longos caminhos até acabar preso na frente de um juiz. Tudo para levar sua palavra adiante.

Quando terminei minha leitura prometi a mim mesma que também viveria aventuras pelas palavras, mas, ao iniciar minha expedição pelo dicionário, percebi que muitas delas não estavam lá, mesmo que fossem importantes para mim. Que decepção!

Aos poucos fui percebendo que o problema não era o dicionário. Nem sempre existiam palavras para descrever coisas sobre minha vida. A aventura, então, adormeceu.

Quando eu era adolescente, por ter uma prima surda, me envolvi no mundo da Linguagem de Sinais e me encantei pelo universo de coisas que se dizem nos silêncios. Acabei me iniciando em Libras no curso gratuito da igreja em que frequentava. Posteriormente, na faculdade, já engajada nos problemas das Pessoas com Deficiência, desenvolvi um projeto de Iniciação Científica financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), para verificar a acessibilidade de sites do governo voltados para Pessoas com Deficiência Visual. No entanto, em um dia de entrevistas, uma das meninas que não enxergava desde o nascimento me intrigou quando disse que não gostava da *Inclusão Social*, tampouco da palavra *inclusão* e que, quanto mais tentavam incluí-la, pior ela se sentia. Percebi que meu voluntariado como monitora do curso de informática para pessoas com deficiência visual, de algum modo, a ofendia.

Nesse dia, minha aventura pelas palavras, que há tanto tempo adormecia, despertou. Era hora de partir. Foi assim que essa dissertação nasceu. Pela menina sem visão, pela minha prima, pelo Júlio, pelo *ife*.

## 1 INTRODUÇÃO

Silêncio. Os sentimentos borbulham, as dores aumentam, as vozes se misturam, os conceitos não ajudam e o dicionário não pode compreender o tamanho da palavra que deveria ser dita, mas não diz. Não é. Inexiste. Silêncio.

Até onde sabemos, os seres humanos são os únicos do reino animal capazes de se manifestar e perpetuar as suas falas ao longo da história por meio da linguagem escrita e falada. Tão forte é a palavra e o vocabulário, que a língua está intrinsecamente ligada a formação da identidade e a identidade intimamente ligada à formação da língua, [pois partimos do pressuposto de que não há necessariamente uma relação lógica nos signos e ideologias, já que estes são estabelecidos por meio da inter-relação dialógica do eu-outro]. Sendo assim, os idiomas estão repletos de dialetos próprios que fortalecem os laços de identidade entre os seus membros. Curioso é notar que diferentes idiomas contêm diferentes números de palavras registradas em seus dicionários.

O léxico da língua portuguesa é bastante extenso e é formado por 381 mil verbetes, conforme o Vocabulário Ortográfico, editado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), edição 2009. No Novo Aurélio (2014) – O Dicionário da Língua Portuguesa – vai além do documento legal e contabiliza 435.000 verbetes. Em Volnyr Santos (2000), essa diferença é explicada no fato de o Aurélio considerar também variações como verbetes.

Enquanto isso, a língua inglesa contabiliza nos arquivos da Oxford Dictionaries (2012) 171.476 palavras, porém eles acreditam que exista mais de 750 mil verbetes e dependendo do país pode chegar a um milhão. Pois, para a entidade, é impossível fazer essa contabilidade em inglês, uma vez que não há uma organização oficial ou uma academia da língua inglesa para assegurar tal função e porque a língua é falada em dezenas de países em diversos continentes e considera o uso de dialetos e expressões.

E no alemão ou no japonês? Quantos termos existem? O que há de perdido entre abismos da tradução. Que riquezas secretas existem perdidas por aí? O que pode ser expressado usando 750 mil oportunidades, que podem não ter sido ditos ainda em 435 mil, por exemplo?

Será que culturas inteiras poderiam ser modificadas caso alguém pudesse transpor essas palavras perdidas? Seríamos mais japoneses por isso? Mais britânicos, talvez?

Curioso, também, é observar que, vista a diferença de aproximadamente 315 palavras entre as disponíveis para os falantes da língua inglesa e para os brasileiros, com quais recursos linguísticos os brasileiros expressariam esses sentimentos, emoções e situações onde há esse

“vazio” de palavras disponíveis? Para compreender um pouco a respeito desta lacuna provocada pela ausência de palavras para expressar significados, passamos a tratar o assunto como as “**Não-Palavras**”. E isto não significa que estaremos falando sobre o silêncio ou ausência de fala (mudez). Longe disso! Trataremos dessa lacuna de palavras disponíveis, capazes de gerar significados e expressar sentimentos comuns a um grupo de pessoas - seja uma nacionalidade ou um grupo minoritário e fortalecê-los em suas lutas sociais.

Quando Bakhtin (1979, p. 40) diz que “a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”, nós concordamos com ele, porém o que faremos durante todo este trabalho será apontar este intervalo e essa maturação, esse momento ainda disforme das ideias. Porque é bem aí que encontramos as **Não-Palavras**. Trata-se quase de tentar segurar o vento ou o pássaro durante o seu vôo alto, quando ainda não podemos prever onde ele pousará.

Trata-se também daquelas situações onde nos encontramos sem palavras para expressar os nossos sentimentos ou pensamentos, deixando esses represados em algum canto das nossas mentes por falta de um vocábulo capaz de traduzir o seu verdadeiro sentido.

Por exemplo, em japonês, há pelo menos 50 palavras para descrever a chuva que abarca desde chuva fraca (jakuu) ou um aguaceiro localizado grave (shuuchugou), bem como a chuva acompanhada de orvalho (uro), ou até mesmo uma chuva legal (ryouu), ou de primavera (shun rin), dentre outras. E é também na língua japonesa que existe um termo (wabi-sabi) que designa o valor à imperfeição e ao defeituoso. Esta palavra é bastante recorrente no campo artístico e representa uma abrangente visão de mundo da cultura oriental. Será que um termo como este, sendo repetido seguidas vezes por nós, valorizaria mais as diferenças e a singularidade?

Se conseguimos viver sem milhares dessas palavras, quem nos garante que há palavras que deveriam existir, mas não existem?

Foi diante dessas inquietações que este trabalho começou a ser pensado, em busca não de resolver, mas de iluminar essa discussão ao perceber a importância das palavras que ainda não nasceram.

Pois, deixando de lado o ponto de vista poético, podemos questionar: É possível que existam problemas sociais não resolvidos por falta de termos comuns e que fortaleça e crie identidades de movimentos de grupo?

Como um negro explica o sentimento de ser inferiorizado em todo tempo? Os termos racismo e preconceito são capazes de abarcar essas inquietações pormenorizadas?

Na década de 50, as mães de pessoas com deficiência precisavam chamá-los de inválidos ao preencher fichas ou a submetê-los a tratamentos. A criança inteligente e amorosa era reduzida a uma de suas deficiências, que não ressaltavam em nada suas outras capacidades. As vozes dos inválidos estiveram adormecidas por muitos anos, até que as nomenclaturas foram se adequando, por meio de lutas de movimentos sociais. No entanto, essas vozes continuam clamando e ainda esperam por igualdades e diferenças.

As lacunas vazias provocadas pela ausência de vocábulos nos levaram a crer que determinados grupos de pessoas vivam com um espaço político de fala desproporcional em relação a outros grupos dominantes e a partir deste ponto de vista da língua como ferramenta capaz de modificar a realidade, as Não-Palavras podem contribuir para fomentar e emancipar o empoderamento e a pluralidade

O termo *bullying* nos traz luz à essa hipótese, pois a violência (física, psicológica e verbal) sempre existiu nas escolas, no entanto, foi somente depois de 1978 que a palavra *bullying* nasceu, a partir de estudos do pesquisador norueguês Dan Olweus que acabou transformando esta palavra em fenômeno social, explicitando as graves consequências que ela trazia para o mundo.

Outro exemplo em que o neologismo gerou um centro político para a discussão de um problema que já assolava a sociedade é a palavra *feminicídio* que é atribuída a ativista feminista Diana Russell (2011) - que a teria utilizado pela primeira vez em 1976, durante um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas-, trazendo à tona o vocábulo a fim de politizá-la e tornar as discussões sobre o assunto mais efetivas.

Porém o termo foi originalmente criado por Carol Orlock, mas ela não chegou a trabalhar a fundo na ideia e a discussão apresentada por Russel teve como objetivo definir um novo conceito sobre a matança de mulheres por crime de ódio perpetradas por homens. Já que o assassinato de mulheres sempre existiu, mas o que a ativista propunha naquele momento, era um olhar mais atento às razões dessas mortes em que as mulheres estavam perdendo suas vidas apenas pela condição de ser mulher. Mais tarde, Diana Russel e a também ativista Jill Radford escreveram o livro *Femicide: the politics of woman killing* (1992) que se tornou uma das principais referências para os estudiosos do tema. Uma das grandes consequências que podemos ver no Brasil até hoje, a partir da criação dessa nova palavra proposta na década de 80, por Orlock e Russel é a lei do feminicídio de número 13.104, de 9 de março de 2015 (BRASIL,

2015), do Código Penal que alterou o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940). Ou seja, incluiu mais uma modalidade de homicídio qualificado, quando o crime fosse cometido por razão do sexo feminino.

O surgimento de palavras como essas, utilizadas para representar grupos da sociedade, nos motivou à essa pesquisa: compreender como as NÃO-PALAVRAS podem reservar um universo de possibilidades e ser espaço de luta e possibilidade de voz para a resolução de problemas e fenômenos sociais àqueles que se sintam agredidos ou em posição de desvantagem social como, por exemplo, mulheres, negros, crianças, homossexuais, pessoas com deficiência e outros.

Tratamos ao longo desta pesquisa e compreendemos que a linguagem é um local comum e dialógico para a discussão política e de reivindicação de direitos e igualdade. Por outro lado, a ausência de palavras que unifiquem esses grupos ao redor dessas reivindicações nos leva a crer na sua marginalização e a uma situação de “dominados” por um grupo majoritário e cujo o pensamento seja o dominante na sociedade.

Citamos como exemplo um dos instigadores para esta pesquisa, da obra 1984 de George Orwell: a sociedade formada por trabalhadores manipulada pelos meios de comunicação de massa, desconhecia o termo “liberdade” e, portanto, não conseguiam se organizar politicamente para reivindicar essa tal liberdade, visto que a ausência da palavra pulverizava uma eventual compreensão coletiva da sociedade ou até mesmo a compreensão do que seria essa condição de ser livre.

Tal qual trouxemos o exemplo de crianças que sofrem com o *bullying* ou de mulheres vítimas do *feminicídio* - e que tiveram as suas lutas reconhecidas uma vez que ascenderam a uma esfera de luta política e o espaço na não-palavra preenchida -, cremos que certamente inúmeros outros grupos da sociedade poderiam se organizar ao redor de palavras que gerem identificação entre os seus membros e, por sua vez, busquem por soluções, direitos, igualdade ou seja qual for o que esse grupo almeja alcançar.

Para esta pesquisa e para apresentar de forma mais esclarecedora possível a Teoria das Não-Palavras escolhemos o grupo das Pessoas com Deficiência (PCD) dentre tantos grupos que citamos acima, como mulheres ou negros e/ou que possam se sentir em situação de desvantagem, pois na nossa concepção seria mais fácil ilustrar a condição de dominantes versus dominados e além disso, porque a pergunta-problema surgiu a partir da fala de uma jovem com deficiência visual que se dizia ofendida com o uso da palavra inclusão, como já pontuamos na apresentação deste trabalho.

Assim, esta pesquisa não almeja tratar sobre as necessidades políticas e individuais, tão pertinentes para essas pessoas, mas, sim, de como as Não-Palavras afetaram e afetam esse grupo ao longo da história recente do Brasil. Portanto, não cabe a esta pesquisa discutir necessariamente os problemas enfrentados por esse grupo de pessoas, tampouco apresentar possíveis soluções.

Por outro lado, almejamos, por meio desta dissertação, compreender como a limitação na criação do vocabulário está diretamente ligada aos discursos ideológicos e pode “domesticar” a percepção de realidade da sociedade e a construção de um mundo simbólico que tenta se passar como real e absoluto; bem como entender que as ideologias são mais incapacitantes do que as próprias deficiências. Além disso também queremos apresentar as Não-Palavras como espaço de luta ideológica dando voz aos que se sentem desfavorecidos e aos que sentem a necessidade de politizar novos vocábulos para novos embates. Também tentaremos entender porque a inclusão social pode ser vista mais como penosa do que proveitosa.

Faremos isso analisando a palavra *acessibilidade* e como ela atravessou a história desde as primeiras leis brasileiras até chegar aqui em 2019. Pois entendemos que a palavra *acessibilidade* deu luz à terminologia *desenho universal*. Para esta pesquisa consideramos “desenho universal” como um caso de sucesso de uma Não-Palavra que por fim conseguiu se tornar uma palavra. No entanto, para contarmos a história desses vocábulos que foram colocados como objeto de estudo, precisaremos percorrer um longo caminho antes, para que o leitor acompanhe nossa teoria, ponto a ponto e compreenda que ela pode ser aplicada a diferentes grupos e não fique limitada apenas às pessoas com deficiência.

Isto é, para conseguirmos apresentar ao leitor a necessidade da transição de *acessibilidade* para *desenho universal* e porque isso se fez e ainda se faz necessário é preciso explicar antes como se dá o funcionamento e a formação da língua, como ela está intrinsecamente ligada a formação de identidades e ideologias e toda a história das pessoas com deficiência desde a antiguidade, para que só assim possamos chegar ao nosso objeto de estudo. Não teremos pressa, porque nas próximas páginas apresentaremos uma longa e profunda conversa reflexiva sobre grupos dominados e dominantes sobre lutas ideológicas proporcionadas pela palavra e sobre batalhas simbólicas contínuas onde o vencedor não é vencedor para sempre e o perdedor não é perdedor para sempre. Estamos dialogando sobre os campos de batalhas dialógicos.

E para tanto, consideramos necessário construir este texto juntamente com o leitor para que a ideia faça sentido como um todo e, por isso, utilizaremos dezenas de exemplos fora do universo

das pessoas com deficiência com o intuito de aproximar a teoria aqui da vida em que vivemos e, portanto, muitas vezes traremos aqui exemplos de outros grupos sociais como dos negros, das mulheres ou judeus para discutir as Não-Palavras nas relações diversas. Pois é fundamental que o leitor entenda que a Teoria das Não-Palavras não é um tratado sobre Pessoas com Deficiência ou sobre acessibilidade e inclusão, mas sim sobre as Não-Palavras em si, sobre este espaço ainda não ocupado e sua possível politização.

## **2 VOZES**

### **2.1 Vozes Reunidas**

Numa constante busca de se configurar uma realidade, é possível perceber que nossa sociedade é formada pela simplificação. Isso significa que se não é possível explicar algo, então, aquilo é negado e é dado como inexistente. Só há lugar para determinismos.

Achamos, assim como no filme "*O Enigma de Kaspar Hauser*", de Werner Herzog (1974), (explicado e estudado no capítulo 3) que nomear o mundo é uma forma de submetê-lo a um tipo de arbitrariedade, ou certa convenção, onde todas as pessoas precisam compartilhar do comum, para que haja entendimento e não haja necessidade da presença do referente (objeto). Para isso, as pessoas são treinadas desde a infância a entrar no mundo simbólico, das representações. Kaspar, uma vez privado do contato humano e da fala, não deixou de aprender apenas a língua, mas sim uma série de conceitos e raciocínios.

Dentro desse contexto, é possível notar que as percepções humanas são treinadas pelas convenções desde que nascemos. Assim, por exemplo, podemos observar que o nojo a alguns tipos de insetos no Brasil não é compartilhado em todas as culturas. Isso significa que as percepções, assim como a cognição humana, podem ser treinadas.

No entanto, para que isso aconteça é preciso, antes de tudo, que as coisas sejam nomeadas, sejam elas sentimentos, objetos físicos, sensações, linguagens, dentre outras. E só sendo nomeadas é que passam a existir. Assim, podemos dizer que a palavra tem o poder de absorver novas realidades da sociedade e retornar com novas concepções, mesmo em pequenas mudanças sociais que vão sendo percebidas, mas que ainda não foram reconhecidas como signo comum.

Compreender a linguagem e sua relação na sociedade como elemento fundamental de comunicação e acordos sociais tácitos, bem como entender como ela se dá e seu funcionamento não é esforço de um único homem e não podemos, portanto, abordá-la desta mesma forma.

Diversas correntes teóricas e estudiosos vem ao longo da história buscando entender o fenômeno linguístico e sua importância na vida das pessoas. Correntes como o "subjetivismo idealista" e o "objetivismo abstrato" (estruturalismo), por exemplo tentaram desnudar o funcionamento da linguagem. Aqui não vamos discutir ou aprofundar nisso, faremos apenas uma breve apresentação sobre o assunto.

Em termos gerais, o subjetivismo idealista, preconiza o ato da fala e, por isso, defende que a língua é psicológica e individual, onde a psique do sujeito e a expressão de sua consciência é fundamentalmente determinante sobre o discurso. Esta teoria está baseada no pensamento de Wilhelm Humboldt, também conhecido como pai da universidade moderna e linguista prussiano. Ele também é reconhecido por ter identificado que a linguagem humana é governada por um sistema de regras. Além de ser poliglota, ele manteve estreito contato com grandes pensadores de sua época, tais como Schiller, Goethe, Fichte e Schleiermacher.

Já o objetivismo abstrato (estruturalismo) tem como um de seus principais representantes Ferdinand Saussure, cujo trabalho resultou no desenvolvimento da linguística enquanto ciência autônoma. Em seu trabalho, Ferdinand Saussure (2006) optou por conceituar alguns dos fenômenos linguísticos por meio de suas dicotomias. Ele estudava os signos, - e como destaca bem Macedo (2009, p.01) - com foco “no sistema de signos formados pela união do sentido e da imagem acústica”.

Para Saussure (2006), os signos funcionavam como armazenador de lugar de cada ideia dentro do universo da língua, operando por meio da imagem acústica. De modo que, o signo não unia necessariamente “uma coisa e uma palavra, mas sim um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, 2006, p.79). Se imaginarmos uma moeda, para ilustrar o pensamento do autor, teríamos de um lado o significante, que é a imagem acústica ou o corpo que a delinea e que a palavra usa para se expressar, enquanto do outro lado está o significado, ou seja seu conceito, sua alma. Como se toda palavra tivesse consigo o s” corpo imaterial e seu eco que reverbera para fora de si aquilo que está em seu interior. Para compreender com clareza alguns dos princípios que fundamentaram o estruturalismo podemos exemplificar com uma definição do próprio autor:

Não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho dos nossos sentidos, tal imagem é sensorial, e se chegamos a chamá-la material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. O caráter psíquico de nossas imagens acústicas aparece claramente quando observamos nossa própria linguagem. Sem movermos os lábios nem a língua, podemos falar conosco ou recitar mentalmente um poema. E porque as palavras da língua são para nós imagens acústicas, cumpre evitar falar dos fonemas de que se compõem [...] O signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces [...] chamamos signo a combinação do conceito e imagem acústica. (SAUSSURE, 2006, p.80)

Para efeitos de esclarecimento quando mencionarmos o termo *signo*, nesta discussão, o conceito ao qual estaremos nos referindo consiste na definição de Fiorin, “um signo é o que os outros não são” (FIORIN, 2007, p. 58), complementada com a ideia de Bakhtin (1979) em que todo signo é ideológico e, portanto dialético e vivo e apenas um sinal inerte. Essa acepção servirá para clarear as dúvidas que surgirem adiante.

O precursor do estruturalismo também apresentou outras dicotomias como a *arbitrariedade* das palavras, isto é, determinados sentidos que parecem claros para nós é fruto de uma construção imotivada. Para o autor, *gato* poderia ser chamado de *vaca*, por exemplo. Não há motivação que origine essas escolhas. Todas elas podem ser representadas por quaisquer outras sequências de letras. Amostra disso é observar as línguas de outros países em que um mesmo objeto pode ser chamado tanto de *mesa*, em português quanto de *table* em

inglês ou de *bord*, em sueco. A outra dicotomia trabalhada por ele foi a *linearidade*, que se refere a justaposição dos elementos em uma ordem pré-estabelecida, pois ainda que os pensamentos não sejam organizados na mente das pessoas, a forma de expressá-los devem ser lineares.

E aqui voltamos a insistir, que esse modo de expressar é feita por meio de uma convenção social. Todos os homens ao nascerem se tornam participantes ativos dessa convenção. Acordos sociais (ocultos ou não) são necessários à sobrevivência humana.

Sendo assim, podemos compreender que um signo ocupa seu lugar único no mundo em detrimento àquilo que não é, sendo, portanto, único pelo lugar e pela ordem em que foi colocado. Poderíamos usar essa mesma colocação ao falar dos homens, mas veremos isso posteriormente.

Dito isso, podemos destacar a última dicotomia de Saussure (2006) que será abordada aqui em um trecho de sua própria obra. Ela é também uma das mais polêmicas ao nosso ver, e explicaremos esse debate mais adiante a partir do pensamento bakhtiniano. Trata-se da dicotomia *fala* e da *língua*. [Contudo, ao falar de língua é necessário abordar ainda, a *linguagem*].

Mas o que é a língua? Para nós ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; [...] A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação [...] O exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela natureza ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Podemos compreender, então que a *Língua* é social, resultado coletivo das pessoas sobre seus signos. Ela é ampla, depositada pela prática da fala de todos indivíduos pertencentes a mesma comunidade, como se todos tivessem um acordo oculto para expressar ideias. A língua é exterior ao indivíduo e exprime ideias.

“A língua é uma forma de linguagem” (SEVERO, 2013, p.4). Essa colocação traduz bem essa diferenciação em Saussure, já que para o pensador suíço a linguagem é uma faculdade exercida por meio da língua. Já a fala é individual e heterogênea, onde cada pessoa escolhe o signo que quiser para exprimir suas ideias. A língua é social, a fala individual.

A fim de trazer um cenário mais abrangente sobre o assunto, até aqui vimos duas das principais correntes de pensamento a respeito da compreensão da linguagem e assumimos que por opção deixamos de fora pensadores como Benveniste, Chomsky ou Foucault, já que nosso estudo está mais alinhado aos trabalhos de Bakhtin, cujo pensamento acaba por discordar em

partes de ambas as teorias, pois, para ele, o signo é mais que o estruturalismo (objetismo abstrato) pode contemplar e mais do que o psiquismo (subjativismo abstrato) pode propor. Ele vê o signo como um coletivo.

Em Marxismo e filosofia da linguagem Bakhtin/Volochínov critica as duas orientações do pensamento filosófico linguístico dominantes no início do século XX: **o subjativismo idealista e o objetivismo abstrato**, as quais têm como seus principais representantes, Humboldt e Vossler (na primeira) e Ferdinand de Saussure (na segunda). Além da crítica, Bakhtin/Volochínov apresenta seu ponto de vista em relação à realidade fundamental da língua. O subjativismo idealista é criticado por Bakhtin/Volochínov, sobretudo, devido à visão que os estilistas clássicos têm de que a linguagem é uma representação fiel daquilo que existe na mente humana e porque essa tendência não leva em consideração a interação verbal. Os defensores do subjativismo idealista têm a ideia de que o fator social não interfere na enunciação e de que o modo como o sujeito se expressa está relacionado com a capacidade deste de pensar. O objetivismo abstrato, que se norteia por meio das dicotomias saussurianas, entende a língua como algo social e a aborda como um sistema psíquico e arbitrário. Com base nesse ponto de vista, o indivíduo receberia passivamente, da sua comunidade, um sistema linguístico pronto, no qual ele não pode interferir conscientemente (SILVA, 2013, p. 2)

Bakhtin (1997) não enxerga a língua como esse sistema fechado de regras. Isso implica entender que para ele, a língua existe pelo dialogismo, pela comunicação verbal com o outro e não no psiquismo individual do falante ou porque existe no sistema linguístico (MACEDO 2009). É preciso de gente que a fale, e mais ainda, é preciso que mais “gentes” a falem. De modo que a língua está muito mais ligada ao fenômeno e a atividade social do que a um sistema estável. A língua é essencialmente dialógica e nisso já consiste uma grande mudança de perspectiva em relação a Saussure, por exemplo - embora para os dois autores a língua seja um fato social. Saussure não considerava o sujeito. É como se Bakhtin prestasse bastante atenção à fala individual em busca de escutá-la. Nas palavras dele, teríamos:

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana (BAKHTIN, 1997, p. 280).

A partir de Bakhtin temos que a língua se apropria do contexto social. Ela precisa do outro para se materializar. Podemos mencionar Brandão (2006, p. 59):

Bakhtin atribui um lugar privilegiado à enunciação enquanto realidade da linguagem: a matéria linguística é apenas uma parte do enunciado; existe também uma outra parte não verbal, que corresponde ao contexto da enunciação.

Desse modo ele dá poder ao enunciador que deixa de ocupar o lugar passivo, para ocupar também o lugar de ser vivo e dinâmico e com coparticipação na enunciação.

Ainda neste contexto temos:

O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo a ser expresso, a objetivação externa - a enunciação - desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e sobretudo, a interlocutores concretos (BRANDÃO, 1995, p. 08).

Isso significa dizer que o objeto de estudo de Bakhtin não é necessariamente o enunciado, mas a enunciação, a troca, a interação e o intercâmbio. E por isso ele critica tanto o estruturalismo quanto o subjetivismo idealista, pois para ele, ambas reduzem a linguagem a um código limitado que não comporta tudo o que diz respeito ao seu contexto. Sendo assim, ele não limita a linguagem apenas à conversação entre as pessoas naquele circuito de fala, mas considera todas as vozes outras que fizeram e fazem parte da formação de cada um. Adiante, estudaremos a questão da memória social para compreender de forma mais clara essa colocação.

Mas aqui é importante destacar que isso não contrapõe em nada o que dissemos até agora a respeito da convenção social e dos acordos sociais dos signos, ao contrário, amplia essa visão de modo que podemos compreender que nossas cognições são realmente treinadas e produzidas, mas não somente uma vez, já que, para Bakhtin (1997) o signo é um coletivo. Passamos a vida toda em contínuo processo de construção e desconstrução desses fenômenos, sendo também coparticipantes dela e é nesse ponto que quero chegar até o fim desse capítulo. Mas, por hora, continuaremos explicando essas colocações ponto a ponto.

Então temos aqui que uma situação a ser pensada, embora nós também sejamos participantes dos enunciados, todas as palavras dentro do idioma precisaram ser aprendidas. Sendo assim, como entendemos o significado de uma palavra ao ouvi-la? Como ela foi trazida até aqui para nós? Essas questões memoriais vêm sendo tratadas por diversos autores em diferentes campos do conhecimento e por isso é impossível, mais uma vez, dominá-la ou tratá-la com uma resposta comum. Ela vem sendo abordada desde o âmbito da história, como da semiótica, da sociolinguística, da análise do discurso, da sociologia, da filosofia, da filosofia da linguagem, dentre outras. Sendo assim, não temos a intenção de esgotar esse assunto, muito menos aprofundarmos nele.

Portanto, vamos começar por Achard (1999), embora seja um estudioso do campo da Análise do Discurso é também um dos pensadores que, frequentemente, é abordado nos estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade, esfera onde essa dissertação foi desenvolvida. O autor trabalha a questão da memória e produção discursiva do sentido e trata a questão a partir do estatuto dos implícitos, afirmando que os sentidos de cada termo não precisam ser a todo tempo explicados ao serem ditos. Para elucidar sua ideia, o autor usa como exemplo a palavra “crescimento”, na seguinte colocação: *Neste momento, o crescimento é da ordem de 0,5%.* O sentido do termo destacado faz apelo a elementos implícitos, tais como: a economia pode ser medida, existem diferentes medidas possíveis, existe um prazo, existe um contexto.

“Isso quer dizer que o funcionamento dos implícitos consiste em considerar que os sintagmas são memorizados e a explicação é controlada por essa memorização. A memorização repousa sobre um consenso” (ACHARD, 1999, p. 12). Sendo assim, a explicitação dos implícitos não se faz necessária quando se considera a memória consensual. A ausência não faz falta, de modo que não é necessário explicar cada termo que se fala, pois assim seria impossível manter uma conversa a menos que fossem sempre infinitas. Por isso para o autor, o consenso sobre o implícito é apenas uma representação. Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado.

Analizando a construção discursiva e o funcionamento dos implícitos, Pierre mostra que a memória não pode ser provada, não pode ser deduzida de um corpus, mas ela só trabalha ao ser reenquadrada por formulações no discurso concreto em que nos encontramos. O implícito de um enunciado "*neste momento o crescimento da economia é da ordem de 0,5%*" não contém sua explicação, não se pode provar que ela tenha existido em algum lugar. O que funcionaria então seriam operadores linguageiros imersos em uma situação que condicionariam o exercício de uma regularidade enunciativa. Haveria deste modo, a colocação em série dos contextos e das repetições formais numa oscilação entre o histórico e o linguístico. Através das retomadas e das paráfrases, produz-se na memória um jogo de força simbólico que constitui uma questão social (ACHARD, 1999, p.08)

Para ele, o que existe é uma reconstrução dos implícitos sobre certo “vazio”. Vazio talvez não seja a melhor palavra para descrever, mas o que ele quer dizer é que não existe nada até que consensualmente aquilo venha a existir, uma vez que todos os sentidos implícitos em cada uma das palavras que existem e as quais resgatamos por meio das nossas memórias coletivas, são também representação sígnica. Sabendo ainda, que essas representações dos signos e que são memorizados coletivamente para continuarem a existir dependem exclusivamente dos jogos de forças sociais que, ora os limita e ora os expande, de forma a aumentar ou diminuir a potência de seus sentidos.

E, portanto, é fundamental que ocorra a regularidade/repetição, pois são estas duas ações que contribuirão para a existência desse fenômeno. Pois é a partir da repetição com determinada regularidade dentro de um número limite de possibilidades que permite criar esse inventário implícito de significados. E por isso esse jogo de força é que cria os limites, ou seja, o fechamento dos sentidos, dos significados de cada termo que utilizamos para nos expressar.

Sendo necessário destacar ainda dois pontos, em que o primeiro deles é compreender que esses jogos de forças sociais atuam no campo do histórico e do linguístico e o segundo deles é entender que não há meio empírico para se provar que o termo se mantém o mesmo ou igual ao que vem sendo repetido. Ou seja, há um jogo de força social, mas há um jogo de forças simbólicas.

O autor afirma que o que existe para nós são paráfrases do passado, não necessariamente os mesmos termos, são verossimilhanças, reconstituições do foi trazido. Por isso entendemos que a palavra é viva e é transformada quando usada por diferentes sujeitos sociais e, neste momento, podemos estreitar esse pensamento com o que trouxemos de Bakhtin na página anterior quando ele dá poder ao enunciador que deixa de ocupar o lugar passivo, para ocupar também o lugar de ser vivo e dinâmico e com coparticipação na enunciação, de forma dialógica.

Esses pensamentos nos responsabilizam, pois por mais que sentidos e termos linguísticos já existissem quando chegamos ao mundo, cabe a nós parafrasear e explicitar os implícitos destes termos, a partir do meu lugar de fala, ou seja atuando nos jogos de forças sociais simbólicas, expandindo ou limitando o significado de cada palavra. Ainda dentro do pensamento de Bakhtin, podemos ressaltar outra importante reflexão, quando ele diz que “compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos; em outros termos, a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos”. E essa cadeia de criatividade e de compreensão ideológicas, deslocando-se de signo em signo para um novo signo (Bakhtin, 1979, p. 32). E isso acontece de forma contínua, ligando as consciências individuais dos sujeitos, formando uma cadeia e um elo de interação.

Diante deste contexto, podemos trazer aqui o exemplo da palavra *inválido* para se referir às pessoas com deficiência. Usada desde a antiguidade até o final da Segunda Guerra Mundial, o termo *inválido* - que significa sem valor – foi usada para identificar bilhões de pessoas que atravessaram a história até então. A partir de 1981, durante o ano da pessoa com deficiência, é que essa conceituação começou a ser questionada. No meio desse processo, outros termos como *pessoas portadoras de necessidades especiais*, *excepcionais* e outros foram sendo adicionados. No entanto, no Brasil, em 2010, a PORTARIA de n° 2.344, de 3 de Novembro de 2010, alterou a nomenclatura, como se vê abaixo.

Promovidas pela Resolução n° 01, de 15 de outubro de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE em seu Regimento Interno.

Art. 2° Atualiza a nomenclatura do Regimento Interno do CONADE, aprovado pela Resolução n° 35, de 06 de julho de 2005, nas seguintes hipóteses:

I - Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência"; (PORTARIA, 2344 – 03/11/2010)

Para Sasaki (2003), o movimento de inclusão social começou nos anos 80 nos países mais desenvolvidos até ser discutido pelas Organizações Nações Unidas (ONU) e começou a ter ideias difundidas em todo o mundo. No entanto, deixaremos para entrar nessas questões em capítulos posteriores. Pois por hora, o que nos cabe ressaltar é que o termo *inválido* foi sendo

trazido do passado até o presente, vestindo certas coisas e certas pessoas, até que em um dado momento não lhes cabia mais. Aqueles, identificados pelas suas deficiências e não por suas capacidades, começaram a questionar e se expandiram.

A palavra nesse sentido é viva, pois em certos momentos elas também vão embora. O termo *inválido* continua existindo, mas, ao menos dentro das leis, não lhe cabe mais o direito de qualificar ou de identificar as pessoas com deficiência.

Posto isso, voltamos a questão dos jogos de forças sociais, pois temos, neste exemplo, muito bem representada algumas questões já colocadas aqui, como a regularidade e a repetição e o dialogismo e a responsabilidade de quem fala. Isso significa que enquanto as palavras foram alterando as pessoas com deficiência desde a Antiguidade, as pessoas foram alterando as palavras também. E é este o mote deste trabalho. Pois por vezes, certas palavras tornam-se inadequadas e certas necessidades se perdem no limbo, até que por meio dos jogos de forças sociais elas começam a surgir.

Ainda como colocado por Achard (1999) é impossível saber se um termo, que havia determinado sentido no passado, chegou para as pessoas do futuro de forma inalterada. Pois como pontuamos, segundo Bakhtin, os jogos de forças sociais são feitos por meio de nossos atos que são capazes de limitar ou expandir uma palavra, uma ideia ou um pensamento seja este bom, seja este a expressão de um preconceito. “Aliar responsabilidade e responsividade: ao mesmo tempo que sou responsável pelo que faço e digo, também faço e digo em resposta a uma série de elementos presentes em minha vida como signos (MIOTELLO, 2005, p. 90). Por exemplo, se opto por não tolerar, não rir, não mencionar, não aceitar ou não reforçar frases ou piadas machistas, de algum modo, estou contribuindo para asfixia delas. Isto é, embora eu possa estar em um contexto machista, isso não me torna refém, já que posso optar como sujeito singular a contribuir com o sufocamento dessa ideia. E se num ato em cadeia, outras mulheres do meu convívio optam, por exemplo, por fazer o mesmo, aos poucos determinados termos “chulos” vão perdendo sua força até inexistir ou também até que seus significados sejam alterados, expandidos ou melhorados. E, portanto, é impossível saber se termos que vieram do passado até o presente não foram, de algum modo, inalterados. Em contrapartida, o mesmo pode acontecer no sentido oposto dessa ideia, isto é, ao invés de asfixiar um preconceito, podemos torná-lo gigante, expandi-lo.

Um outro exemplo para compreender a questão dos jogos de forças sociais na construção da memória consensual é o vocábulo “*liberdade*” e as ideias e sentidos que essa palavra carregou com ela ao longo do tempo. Embora a discussão tenha sido tratada por outra

pensadora da Análise do Discurso, não nos aprofundaremos nas questões que ela elabora, tampouco em suas teorias, visto que nos divergimos na ideia do sujeito ingênuo que é atravessado pela ideologia, mas apenas aproveitaremos o exemplo tratado pela autora que ilustra muito bem o que estamos falando, já que Orlandi (2009) faz um brevíssimo estudo dos sentidos agregados à palavra “*liberdade*” ao longo dos anos, fazendo-nos compreender que a memória consensual não é feita apenas de fala, mas de silêncios e esquecimentos.

No capítulo do livro, do qual este trecho foi retirado, a autora está tratando dos silêncios da época da ditadura. Das coisas que não puderam ser ditas ou que foram propositalmente apagadas ou esquecidas naquele período histórico e afirma que antes da ditadura, *liberdade*, significava uma busca precedida por lutas e ideais, para, posteriormente, se transformar em um broche de uma camisa divertida ou também passar a significar entradas livres/gratuitas para o cinema.

Se você puder ler em algum ônibus, teatro ou banco a expressão: *assento livre*, ou “*o uso é livre*” isso significa que a liberdade foi parafraseada e silenciada por meio de jogos de forças sociais, feito por sujeitos sociais responsáveis e responsivos. Mas isso não quer dizer que ela ainda não englobe mais a luta por um ideal específico, mas talvez tenha perdido sua potência para este fim.

É importante ressaltar aqui que tanto a fala quanto os silêncios são feitos por sujeitos sociais que participam ativamente dessa construção, não apenas por sujeitos que ocupam apenas seus papéis sociais e que poderiam ser ocupados por qualquer um. O ato único de cada pessoa contribui para a construção ideológica da qual todos nós somos coparticipantes. Isso porque a interação verbal e discursiva não acontece apenas de humano para humano, mas de signo para signo, de humano para signo, de cada um para com qualquer coisa que tenha algum sentido, mas obviamente temos que levar em conta as forças de cada um, considerando, portanto, que uma organização ou governo poderá ser mais forte ou influente que um indivíduo, dependendo do tipo de abordagem que estivermos mirando nossa perspectiva.

Para maior compreensão desse pensamento, convém destacar aqui o livro **1984**, de George Orwell. Adiante, iremos nos aprofundar mais nesta obra, mas por enquanto nos cabe apenas uma pequena observação a respeito do livro. Trata-se de um romance distópico que retrata um mundo apocalíptico conduzido por um governo único e autoritário, que submete a população a pensar de forma homogênea, utilizando a *Novilíngua*<sup>1</sup>. Toda a sociedade é

---

<sup>1</sup> Novilíngua é um idioma fictício criado pelo governo autoritário na obra literária 1984, de George Orwell.

controlada, em suas ações ou palavras, pelo governo até mesmo dentro de suas próprias casas, por meio das telas de vigilância.

Toda a história mundial e discursos são alterados pelo governo que reforça suas ideologias por meio de eliminação de palavras como “liberdade” e “revolução”, por exemplo, até que as ideias e os raciocínios sobre elas sejam esquecidos e não mais socialmente compartilhados ou ditos entre os cidadãos. No entanto, o personagem principal do enredo mesmo bombardeado por desinformação e ideologias massacrantes, mantém seu ato responsável-responsivo e juntamente com outros rebeldes inicia uma revolução - até finalmente ser identificado, preso e oprimido pelo governo ditador. E aqui, podemos ecoar a pergunta da carismática Mafalda, personagem mais famosa de Quino, cartunista argentino: “para onde vão nossos silêncios quando deixamos de dizer?”.

Feita essa reflexão podemos dar continuidade ao exemplo inicial de Orlandi (2009), que remonta as construções e desconstruções do termo “liberdade” e as mudanças de significados sofridas por essa palavra, desde o período da ditadura militar no Brasil, e destaca que a cada nova nuance dada ao termo eram alterados também os raciocínios e conceitos em torno do que era percebido como *liberdade* - salvo as devidas proporções, tal qual na obra de Orwell.

Para encerrar este primeiro conjunto de reflexões trazidas até aqui e à luz de Bakhtin (1979), podemos compreender que os homens já nascem em um mundo codificado, imersos em discursos antecedentes e este primeiro contato simbólico pode ser iniciado, por exemplo, pela própria mãe de um indivíduo, pois, desde que nasce, o processo simbólico o cerca. Nesse sentido ao tentar explicar o pensamento do autor russo, Geraldi (2015, p. 126) toma que os seres humanos internalizam esses discursos em um processo de tornar intraindividual aquilo que já é interindividual, ao mesmo tempo em que dialogicamente imprimem, em si mesmos e no mundo, mediações próprias também. Partindo dessa perspectiva, temos que a linguagem é ação em que o sujeito se apropria e a aciona em suas necessidades de atos. Sendo esse ato, como considera Bakhtin (1993, p. 20), um plano unitário de duas faces (concreto e abstrato).

Deste modo, podemos entender a partir de Geraldi (2015, p.123), que “a linguagem enquanto processo de constituição da subjetividade, marca as trajetórias individuais de sujeitos que se fazem sociais também pela língua que compartilham”, como já discutimos aqui.

Em outras palavras: a língua, que está no mundo, altera o sujeito que altera o mundo, ao mesmo tempo, que o sujeito que está no mundo, por meio da língua, altera o mundo que o altera.

Temos, então, que o homem é formado pelo mundo que ajuda a formar e faz isso por meio da língua e das cognições que são operadas dentro dele e fora dele.

Aqui talvez caiba uma citação de Alberto Caeiro, figura (heterônimo) criada por Fernando Pessoa, citado por Caeiro (1994).

O Universo não é uma ideia minha. A minha ideia do Universo é que é uma ideia minha. A noite não anoitece pelos meus olhos. A minha ideia da noite é que anoitece por meus olhos. Fora de eu pensar e de haver quaisquer pensamentos. A noite anoitece concretamente. E o fulgor das estrelas existe como se tivesse peso. Assim como falham as palavras quando queremos exprimir qualquer pensamento. Assim falham os pensamentos quando queremos pensar qualquer realidade. Mas, como a essência do pensamento não é ser dita, mas ser pensada. Assim é a essência da realidade o existir, não o ser pensada. Assim tudo o que existe, simplesmente existe. O resto é uma espécie de sono que temos (Alberto Caeiro, 1994, p. 135).

## 2.2 Línguas pelo Mundo

O catálogo mais abrangente das línguas do mundo e considerado como uma espécie de autoridade no assunto é o da Ethnologue (publicado pela SIL International), cuja lista classificada detalhada inclui pelo menos 7.097 línguas distintas. Considerando os 7 bilhões de pessoas que habitam o Planeta Terra poderíamos dizer, que em média, há uma língua para cada um milhão de pessoas. Mas não é assim que funciona.

Languages are not at all uniformly distributed around the world. Just as some places are more diverse than others in terms of plant and animal species, the same goes for the distribution of languages [...] for instance, only 230 are spoken in Europe, while 2,197 are spoken in Asia. One area of particularly high linguistic diversity is Papua-New Guinea, where there are an estimated 832 languages spoken by a population of around 3.9 million. That makes the average number of speakers around 4,500, possibly the lowest of any area of the world. These languages belong to between 40 and 50 distinct families. Of course, the number of families may change as scholarship improves, but there is little reason to believe that these figures are radically off the mark (ANDERSON, 2002, p. 2).

O professor e linguista Stephen Anderson destaca que as línguas não são uniformemente distribuídas em todo o mundo. E compara as línguas a vegetais e animais, onde em certos lugares existem mais abundância, enquanto que em outros menos. Papua-Nova Guiné é o país onde se fala mais línguas diferentes com 832 línguas para uma população de 3.9 milhões de pessoas. Na Europa, são 230 enquanto na Ásia são 2.197. No entanto, a tendência com o passar dos anos é diminuir o número de falantes dessas línguas pelo mundo.

A UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) criou um atlas com mapeamento de todas as línguas do mundo que correm o risco de serem extintas. Para a entidade, estima-se que metades das línguas faladas em todo o planeta estão ameaçadas

de extinção a longo prazo, se nada for feito. Uma preocupação em relação a essa extinção é que com o desaparecimento de línguas não escritas e indocumentadas, a humanidade perderia tanto em riqueza cultural como também em conhecimentos ancestrais, sobretudo advindo das línguas indígenas.

Nos anos de 2002 e 2003, diante dessa inquietação, a Unesco solicitou a um grupo internacional de linguistas uma investigação acerca deste fenômeno, a fim de compreender como funciona a vitalidade de uma língua, para ajudar a desenvolver políticas que cooperassem na manutenção das mesmas. Os pesquisadores conseguiram estabelecer nove critérios e dentre estes perceberam a importância de que os próprios falantes valorizem suas culturas em detrimento a culturas dominantes.

O objetivo da UNESCO é determinar a viabilidade da língua, sua função na sociedade e o tipo de medidas necessárias para sua manutenção ou revitalização. Os pesquisadores também falaram do perigo que há no desaparecimento de uma língua.

Una lengua está en peligro cuando se encuentra en vías de extinción. Sin una documentación adecuada, una lengua extinguida no podrá revivir jamás. Una lengua está en peligro cuando sus hablantes dejan de utilizarla, cuando la usan en un número cada vez más reducido de ámbitos de comunicación y cuando dejan de transmitirla de una generación a la siguiente. Es decir, cuando no hay nuevos hablantes, ni adultos ni niños (UNESCO, 2003, p 02).

Isto é, para os pesquisadores responsáveis pelo projeto, a língua começa a correr perigo quando está ameaçada de extinção. Sem documentação para registrá-las ou falantes que a utilizem, ela começa a morrer. Quando uma língua é, de fato, extinta não pode ser mais recuperada.

O relatório da UNESCO (2003) também aponta que um idioma é totalmente esquecido quando os falantes deixam de utilizá-la e, conseqüentemente, de transmiti-la aos mais jovens. Quando crianças nascidas nessas comunidades não aprendem suas línguas de origem, isto é, quando a geração anterior não transmite aos mais novos, é só uma questão de tempo até que ela acabe.

Para o antropólogo Bernard Russel (1992, p.82), em média 97% da população mundial fala cerca de 4% das línguas existentes e paradoxalmente os outros 3% da população do mundo falam o restante de 96% das demais línguas.

Isso quer dizer que a heterogeneidade linguística do planeta está concentrada nas mãos, ou melhor dizendo, na mente e na boca de um pequenino número de pessoas.

Languages have always come and gone. Neither the language of Jesus nor that of Caesar are spoken today. But languages seem to be disappearing faster than ever before. My guess is that there are about 15% fewer languages today than there were

in 1500 AD. As an anthropologist, I'm alarmed at this prospect. It's not that I worship language diversity for its own sake (...) I'm concerned instead that humanity itself, the species *H. sapiens*, may be at evolutionary risk. The wholesale disappearance of languages, and what I will argue is the consequent reduction of cultural diversity, may threaten our survival.

I say "may threaten" because I have no way to test my hunch. But consider: 40,000 years ago, there were no more than 15 million humans in the world (Cohen 1977:54). Today, there are over 5 billion of us. We have occupied the Americas, the string of smaller Pacific Islands, Australia, New Zealand, and Greenland. We've adapted to jungles, deserts, and the arctic. By any reasonable measure, *H. sapiens sapiens* is an evolutionary success story (...) Linguistic diversity, then, is at least the correlate of (though not the cause of) diversity of adaptational ideas - ideas about transferring property (or even the idea of property itself), curing illness, acquiring food, raising children, distributing power, or settling disputes.\* By this reasoning, any reduction of language diversity diminishes the adaptational strength of our species because it lowers the pool of knowledge from which we can draw. We know that the reduction of biodiversity today threatens all of us. I think we are conducting an experiment to see what will happen to humanity if we eliminate "cultural species" in the world. This is a reckless experiment. If we don't like the way it turns out, there's no going back. (Bernard Russel, 1992, p.82)

Isto é, já é sabido que as línguas vão e vem, então não é necessariamente uma novidade que alguns idiomas venham a morrer e para tratar disso, o autor cita o exemplo da língua de Jesus ou de César que já não tem mais espaço de fala. No entanto, a real preocupação do antropólogo é a velocidade com que os idiomas estão sendo mortos, de modo que há cerca de 15% menos línguas hoje do que havia em 1500 d.C. E a grande consequência, acarretada por este fenômeno, é o prejuízo ao processo de evolução da humanidade e as questões de sua própria sobrevivência.

O autor ainda destaca que a espécie *Homo Sapiens* pode correr um risco evolutivo neste sentido, pois menos línguas significa imediatamente menos diversidade.

Tendo em vista que os homens ocuparam quase todo o planeta Terra desde as ilhas do Pacífico à Groelândia devido às culturas múltiplas, o pensador acredita que este sucesso se deu também devido ao envolvimento de ideias múltiplas e a comunicação de ideias através da linguagem. A diversidade linguística contribuiu para ideias adaptativas e também no sentido de transferência de propriedades, que foram capazes de curar doenças, adquirir alimentos, criar crianças, distribuir poder, ou resolver disputas. Deste modo, o pesquisador acredita que a redução da diversidade linguística também diminui o conjunto de conhecimento do todo. Em uma comparação com a biologia, considerando que a língua também é viva e orgânica, é possível observar o mesmo fenômeno, pois espécies de plantas e de animais extintos já causaram enormes prejuízos à natureza.

O autor também acredita que existem saberes únicos, culturais, históricos e ecológicos protegidos dentro de cada língua, pois ela é uma expressão insubstituível da experiência humana

do mundo. Isso significa que conhecimentos de qualquer idioma pode ser a chave para questões fundamentais no futuro.

Os pesquisadores da UNESCO (2003) também tem a mesma opinião a respeito do assunto e defendem que, quando um idioma morre, há menos conhecimento disponível no mundo. Para eles, a morte de um idioma é o mesmo que matar ciências únicas, culturais, históricas e ecológicas. Cada língua extinta diminui as chances de compreensão de padrões ligados à pré-história, a manutenção de ecossistemas e ao entendimento da própria linguagem em si, além também da perda de identidades e culturas étnicas. E isso pode acontecer por inúmeros fatores tais como econômico, religioso, cultural, educativo e atitude negativa da própria comunidade em relação a sua língua, como é muito comum nas tribos indígenas atuais, em que segundo relatórios da Unesco (2003) jovens índios perdem o interesse pelos idiomas tribais, por pensarem que a situação de pobreza em que vivem está intrinsecamente ligado à cultura a qual nasceram. Eliminar espécies culturais, para Bernard Russel (1992) é imprudente especialmente porque, caso haja arrependimento no futuro, não há como voltar atrás.

Esta constatação nos traz à luz o pensamento de Ponzio (2010), pois o autor destaca a importância da língua outra como tempo de escuta, em que a palavra estrangeira é necessária na superação da visão monolíngüística e monológica de nossa língua, de modo que possamos compreender que a língua não é apenas um sistema de regras fechado, dominada ou submissa, mas dialógica e pluridiscursiva. Sendo assim, a língua estrangeira permite essa exotopia diante da língua materna, devido ao estranhamento e a conscientização que ela causa a respeito do lugar do outro. No entanto, para o autor é importante observar que essa relação não pode ser de abuso:

O conhecimento de uma língua ou de mais línguas não permite simplesmente superar barreiras de ordem comunicativa. Ele permite ter também com a língua e com a palavra uma relação verdadeira., uma relação efetiva de outro para outro, como chamamos verdadeira, sentimento verdadeira [...] uma relação na qual não haja abuso, instrumentalização, submissão, nem seja uma relação de rotina, uma relação óbvia, previsível, mas seja ao contrário, uma relação de qualidade, continuamente renovada, requalificada, na qual o diálogo não se esgote e o encontro seja sempre de novo procurado (PONZIO, 2010, p. 86).

Línguas dominantes não pressupõem ou também precedem ideologias dominantes? Palavras em inglês ganham cada vez mais espaço em nossas rotinas. E a absorção delas também revela uma abertura para o universo da cultura dominante. Hoje em dia, compramos nos *shoppings*. Estacionamos nossos carros, esperamos a abertura da catraca, passamos horas em um espaço sem janelas que, propositalmente, sempre parece ser dia, iluminado com luzes artificiais e ventilado com ares artificiais, nos alimentamos, nos divertimos, assistimos filmes e

levamos nossos filhos até esses centros comerciais de vidros temperados e estruturas gigantescas. O *shopping* não é uma feira e não pretende ser uma feira. Antes nos divertíamos, comprávamos, levávamos nossos filhos para assistir filmes no cinema da praça central. Tudo do mesmo jeito, porém, não mais a nosso modo, tem um pouco do modo dos americanos na forma como nos divertimos hoje.

Em 1500, talvez os portugueses já soubessem disso.

Mandaram os padres catequisar os índios e os padres, primeiramente, alfabetizaram os índios. Os portugueses roubaram suas terras, suas religiões, suas mulheres e sua língua. Enquanto aprendiam o alfabeto, os indígenas diluíam suas identidades.

A língua enquanto fator social é constitutiva de cada ser humano. A linguagem atribui a cada indivíduo, bem como a sua comunidade linguística, um modo particular e peculiar de perceber o mundo e seu entorno. A linguagem é inclusive influenciada por vários processos socioculturais e históricos. Se de fato podemos afirmar que cada língua faz sua leitura de mundo, surge então uma inquietação, como se comportaria uma mesma língua em vários continentes, em que medida influências socioculturais atuam e influenciam no processo de construção de identidade cultural. Ora definindo comunidades linguísticas, ora diferenciando grupos sociais, a língua institui-se como espaço simbólico de identificação (SANTANA, 2012, p.01).

Quando lemos esse trecho, este nos remete a dois pontos do pensamento de Bakhtin/Voloshinov (1979), sendo o primeiro referente à afirmação de que todo signo é ideológico e a ideologia reflete as estruturas sociais de grupos sociais organizados, enfatizando, assim, que a língua é dinâmica e viva e que “a realidade ideológica é uma superestrutura situada imediatamente acima da base econômica.” (BAKHTIN, 1979, p.34). Sabemos que o autor russo desenvolveu sua teoria linguística sobre as bases de Marx e Engels e sabemos também que estes últimos não escreveram necessariamente sobre a língua, mas que defenderam também a ideia que a língua e ideologia estavam entrelaçadas, na linguagem do cotidiano. Outro ponto defendido por Bakhtin é que os signos são de natureza social e só podem ocorrer na interação, portanto, sem a fala a língua é morta. E isso nos leva a pensar no risco que correm essas línguas com cada vez menos falantes, especialmente porque, como vimos, no contexto desses processos, a classe dominante tenta impor-se para *monologizar* os signos, buscando traçar uma visão única de mundo por meio da relação entre infraestrutura e superestrutura, na qual aqueles que dominam os meios de produção (terra, dinheiro, bens materiais, armas, etc.), isto é, os “donos” da infraestrutura, imediatamente se transformam nos “donos” do discurso, porque a eles também pertence a hegemonia do mando e o discurso que eles enunciam é aquele que irá dominar. (No entanto, os “vencedores” precisam se manter a todo instante no poder, pois se não, outro vem e ganha. São apenas batalhas).

E as palavras também os servem e se prestam a isso. As palavras são sempre alheias até que chegue a cada um de nós e se transforme em palavra própria. Isso nos esclarece a dialética que existe entre superestrutura e infraestrutura, esta última determinante na formação da ideologia dominante, pois reflete e refrata a realidade em transformação.

Sendo assim, o levantamento dos pesquisadores da UNESCO (2003) sobre as causas de extinção de línguas, que enumeramos nas páginas anteriores, faz ainda mais sentido a partir desse panorama bakhtiano, especialmente no que diz respeito a atitude negativa da própria comunidade com a sua língua em relação aos discursos hegemônicos dominantes, onde por exemplo, jovens indígenas perdem o interesse por seus idiomas tribais por associarem a pobreza em que vivem com suas culturas, sem se darem conta da importância que essa alteridade tem. Não apenas para eles, mas também para toda humanidade.

Dando continuidade a este pensamento, temos a seguinte situação: um grupo de jornalistas que trabalha tabulando informações sobre florestas pelo mundo e recolhendo material para notícias ambientais, divulgou recentemente por meio da página *Mongabay* uma reportagem a respeito de uma tribo amazônica, que decidiu criar uma enciclopédia de medicina tradicional com 500 páginas em sua língua de origem. De acordo com Hancey (2015), o povo Matsés que vive no trecho Brasil-Peru conseguiu juntamente com o grupo de conservação Acaté reunir cinco xamãs - e detalhar por meio de fotos e com transcrição original do modo de fala dos líderes- a explicação para cada planta utilizada como remédio para curar uma infinidade de doenças. Sendo a primeira vez, até onde se sabe, que uma tribo amazônica faz uma transcrição de um material tão rico a partir da própria língua e de palavras próprias. A forma como foi produzido a enciclopédia foi uma alternativa de evitar que pesquisadores ou empresas roubem essa informação medicinal, como já aconteceu no passado, pois é de conhecimento popular, por exemplo, que empresas japonesas e também de demais países tenham patentes de produtos da Amazônia, deixando o Brasil ou os indígenas fora desses direitos.

A decisão da tribo foi tomada depois que um dos líderes mais velhos morreu sem conseguir compartilhar todo seu conhecimento. Então, o modelo de produção da enciclopédia foi usado como ferramenta de proteção, mas também para ser transformado como um guia para a formação de jovens xamãs, pois eles sentiram que as mortes de seus líderes havia causado grande prejuízo para a própria comunidade indígena, que, muitas vezes, não consegue ser alcançada por programas de saúde ou sociais. A metodologia desenvolvida, inclusive, poderá ser usada por outras tribos.

Diante do exposto, temos em Santana (2012) uma importante questão a respeito da língua e da identidade, pois, para o autor, é importante que os estudos da linguagem considerem os aspectos culturais como influentes da língua e, simultaneamente, a língua como influente dos aspectos culturais, pois ela não pode ser vista como algo inerte às influências do meio. Para ele faz-se necessário compreender que “as identidades são socialmente construídas, linguisticamente influenciadas e culturalmente determinadas” (SANTANA, 2012, p. 65). Nesse sentido, a língua ganha uma importância fundamental no que diz respeito a identidade de um povo ou de um grupo, seja no sentido de fomentá-la, estabelecê-la ou preservá-la.

E, portanto, é legítima a preocupação da UNESCO em relação às línguas que estão sendo extintas, pois, além do conhecimento já destacado aqui, morrem também as diversidades, as pluralidades fundamentais para a sobrevivência humana, aumentando ainda mais o abismo entre as palavras e as não-palavras, indo exatamente na contramão do que deveria ser, pois ao invés de se nomear novos fenômenos, novas sensações que vem a partir de culturas diferentes em um mundo multicultural, o que se vê é uma aniquilação, diluição e sobreposição dos grupos dominantes de tal modo que cada vez sobra mais espaço para as não-palavras, que serão discutidas com mais profundidade nos capítulos posteriores. Isto posto, cabe alargarmos nossa observação em relação ao grupo de pessoas com deficiência, pois a hegemonia dos “normais” por meio da língua e da cultura sobre os “anormais” é que cria imensidões sobre o que é julgado e aceito como capacidade e incapacidades.

Segundo Chianca (2010 apud Santana 2012, p.56), existe um processo cultural que funciona a partir da relação social, do estado, das tradições, na qual o sujeito inserido absorve de forma individual aspectos morais e intelectuais. Portanto, a língua como fator social é também parte constitutiva desse processo.

Ora, ela é, então, dispositiva de confluência de pensamento. Uma espécie de rio que traz, leva e arquiteta informações do mundo interior para o exterior e do exterior para o interior. “Assim sendo, a língua contribui na determinação da identidade cultural, uma vez que assim como crença, arte, modos e costumes, a língua também é determinante de uma cultura” (SANTANA, 2012, p. 57).

Podemos encontrar em Bakhtin, (apud Gegê 2009, p. 65- 85) um ponto de vista que nos ajuda a compreender um pouco mais dessa relação língua/identidade, em que a língua é a concretização ou a corporificação da linguagem humana. Sendo resultado da elaboração humana, ela só pode ser, portanto, ideológica.

Em seu livro “Estética da Criação Verbal”, em um trecho em que discute exterioridade e corpo físico, este autor acrescenta:

A percepção é feita assim: num mundo constituído em um todo que me é visível, audível e tangível, não encontro minha exterioridade expressa enquanto objeto que constitui um todo igualmente externo, objeto entre os outros objetos; encontro-me na fronteira do mundo que vejo e aí não sou aparentado com o nível plástico-pictural. Se meu pensamento situa meu corpo no mundo exterior como um objeto entre os outros objetos, minha visão efetiva não pode vir em auxílio do meu pensamento fornecendo-me uma imagem correspondente [...] O mundo de meu devaneio se dispõe à minha frente, semelhante ao horizonte que se oferece à minha visão efetiva, e eu figuro nesse mundo como personagem principal que seduz os corações, cobre-se de glória, etc. [...] O que importa é transpor-me da linguagem interna de minha percepção para a linguagem externa da expressividade externa e entrelaçar-me por inteiro, sem resíduo, na textura plástico-pictural da vida, enquanto homem entre outros homens, enquanto herói entre outros heróis. É fácil substituir essa tarefa por uma tarefa especulativa: não há nada mais simples para meu pensamento do que me situar no mesmo plano que os outros, pois em meu pensamento abstraio-me do lugar que eu — único homem a podê-lo — ocupo na existência e abstraio-me também da unicidade visível-concreta do mundo. (BAKHTIN, 1997, p. 32).

Embora toda essa afirmação seja de grande relevância, o que nos interessa neste momento é destacar as duas últimas falas do autor russo, em que cada sujeito ganha sua importância única, pois é também o único que pode estar no lugar em que ocupa e expressar sua visão de mundo de forma singular, a partir daquilo que recebe, filtra e emana. E são nessas relações sociais de seres únicos em convivência que se constroem as ideologias, pois estas não decorrem de consciências, mas de relações. Na revolução bakhtiniana de Ponzio (2009), podemos compreender a riqueza dessa afirmação, pois ela nos livra dessa ideia do mesmo, da cadeia do eu e da identidade como prisão, já que [a língua é também lugar de encontro, onde é possível deslocar o eixo de valor da identidade para a alteridade]. Onde todos são postos lado a lado e cada qual ocupando seu espaço único no mundo com responsividade e responsabilidade. Discutiremos mais sobre a questão da identidade e alteridade no capítulo 3.

Por enquanto, convém entender que a língua está intrinsecamente ligada à identidade e ideologia, pois, para que a ideologia seja manifestada, ela se apropria da língua enquanto representação, ao mesmo tempo em que recebe ideologias vindas de outros sujeitos por meio da língua. Sendo, portanto, construídas simultaneamente ideologias e línguas.

A partir dessa perspectiva cabe destacar ainda dentro do pensamento de Bakhtin o que também foi discutido por Miotello (2005, p.85), a respeito da palavra: é ela a responsável por carregar de um sujeito ao outro singulares pontos de vista. Ela é responsável por transitar entre esses espaços. E, por isso, é essencialmente social e ideológica. “A palavra social se torna palavra interior, quando se relaciona diretamente com o psiquismo, concretizando como a base da vida interior” (MIOTELLO, 2005, p.84).

Isso quer dizer que a língua está diretamente atrelada a identidade de cada indivíduo, bem como à identidade de grupos.

Num contexto em que cada vez mais se fala de multiculturalismo e globalização, faz-se necessário refletir como uma língua, capaz de organizar o mundo, produzir conhecimento e fazer com que seu falante interaja com o mundo social se comporta em meio a tantas culturas e como essa relação entre cultura, língua e identidade podemos ajudar inclusive a entender como a língua tem se configurado enquanto fator cultural e identitário na contemporaneidade [...] Se a língua determina a cultura, e a língua conta como traço cultural de uma nação, ou grupo, esse pressuposto deve ser considerado no projeto de estudo e análise das línguas naturais. Não podemos nos restringir a conceber a língua como uma sequência linear inerte às influências contextuais e socioculturais (SANTANA, 2012, p. 57).

Em uma reportagem sobre o gueto, Azevedo (2015) traz uma reflexão que pode iluminar essas ideias aqui postas. A autora traz uma abordagem sobre as gírias usadas nas conversas do gueto de Salvador, Bahia. A cidade, que é a quarta mais populosa do Brasil, agrega também um elevado número de desajustes sociais. A jornalista apresenta alguns termos utilizados cotidianamente pelos moradores destes espaços e afirma que as gírias são usadas para reforçar a identidade da periferia. É como se palavras diferentes fossem empregadas para reforçar a identidade de quem mora na periferia e pode ser usada inclusive para a conscientização acerca do preconceito. Após entrevistas com esses cidadãos, em seu texto, ela destaca que essas expressões servem para amenizar as dores dos habitantes do gueto, suavizando as lutas e expressando de forma única tudo o que é peculiar para essas pessoas.

O gueto era o local onde os judeus eram obrigados a morar na Europa e este termo acabou sendo utilizado em outras esferas sociais marginalizadas. Para Walcquand (2004, p.01), este espaço compulsório de habitação mostra-se também como um “dispositivo sócio organizador composto de quatro elementos: estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional”.

Se partirmos do pressuposto que estamos trabalhando aqui, no qual língua e identidade se estabelecem juntas, temos, então, que perceber que sujeitos espacialmente confinados criarão também sua própria cultura e seus próprios modos de fala em que um constitui imediatamente o outro.

No capítulo seguinte, nos aprofundaremos mais nessa questão do gueto e cultura de pequenos grupos para compreendermos melhor a proposta deste trabalho em relação à comunidade das pessoas com deficiência e suas palavras não ditas. Mas, por enquanto, nos convém ressaltar um trecho de Ilari (2004, p.02) “todo falante tem na sua língua materna uma primeira orientação para a percepção do mundo”. Posto isso, cabe aqui citar Manuel Bandeira

“A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros. Vinha da boca do povo na língua errada do povo. Língua certa do povo” (BANDEIRA, 1993, p. 135).

Toda a explicação desse tópico a respeito de línguas pelo mundo serve de base para dizer que cada grupo, por menor que seja de falantes, ou cada indivíduo, por menor que pareça frente ao universo de falantes, tem seu valor imensurável e não quantificável exatamente por sua alteridade. De igual modo, a fim de alicerçar a questão da identidade das pessoas com deficiência, no que diz respeito ao modo como se enxergam e se colocam no mundo, tendo em vista que aprendem desde a mais tenra idade muito mais sobre suas limitações do que suas capacidades.

### 2.3 A Palavra

Inválido. Incapacitado. Defeituoso. Deficiente. Especial. Excepcional. Portador de deficiência. Deficiente.

Para falarmos de Não-Palavras é preciso antes de tudo falarmos das Palavras e da ideologia que elas carregam e, como já dissemos aqui anteriormente, é a palavra que carrega de um ao outro, pontos de vistas individuais, operando como uma transportadora de ideias, portadoras de valoração social.

O mundo que nos rodeia, segundo Bakhtin, está povoado de vozes de outras pessoas, vozes são palavras no sentido de —enunciados. O enunciado é, desta forma, a metáfora da oralidade codificada por escrito, é uma unidade mínima de sentido que pode ser respondida no processo da comunicação dialógica [...] as vozes das quais fala Bakhtin são construtoras do sentido de nossas enunciações por nos incitar à resposta, não necessariamente agressões a nosso ser [...] Todas as palavras são direcionadas a alguém e são de alguém (não há palavras neutras, que existam por conta própria), e dizer palavras próprias – as que ‘pertencem’ a alguém – só é possível em resposta a algo que foi dito antes de nós. É no processo da comunicação verbal, da interação com o outro, que alguém se faz sujeito forjando seu próprio eu. O “eu” só existe na medida em que está relacionado a um “tu”. Ser significa comunicar-se, e um “eu” é alguém a quem se dirigiu como um “tu” [...] Percebemos nosso mundo não só por meio de sentidos físicos, mas também morais, que são as valorações geradas por meus atos que sempre se realizam em presença e em cooperação com o outro ser humano, por intermédio de uma tríplice ótica na qual vemos o mundo: eu-para-mim, eu-para-outro, outro-para-mim, (BUBNOVA, 2011, p. 271).

Temos aqui uma importante consideração a respeito das palavras e do mundo a nossa volta, pois acreditamos, como Bakhtin (1997) pontua, que, quando falamos da nossa percepção a respeito do mundo e de nós mesmos, também estamos falando do outro e da voz dele que ecoa em nós. Estamos “grávidos” das vozes de outras pessoas, estamos gestando e concebendo simultaneamente um pouco de cada um em nós, assim como todos os outros fazem o mesmo a nosso respeito e a respeito daqueles que antecederam a todos nós. Tudo está povoado dessas

vozes que são palavras no sentido de enunciados. E, como entendemos a partir do autor russo, esses enunciados são exteriorização das atividades mentais dirigidas por uma orientação social mais ampla e também pela influência mútua de interlocutores concretos.

Quando Burnova (2011, p. 271) dizem que “ser significa comunicar-se, e um *EU* é alguém a quem se dirigiu como um *TU*”, temos que perceber essa dinâmica em todas as esferas da nossa vida. Uma vez que, para que eu legitime minha existência, é preciso que o outro me reconheça como tal. É o outro que me reconhece como ser humano e me valida como tal. Veja, por exemplo, o caso das meninas-lobo - que trataremos no capítulo em que discutiremos a questão da identidade - encontradas na Índia em 1920 e criadas por uma matilha de lobos. As garotas agiam também como filhotes de lobo, andavam de quatro, uivavam para a lua e enxergavam melhor a noite que de dia. Os animais ensinaram as irmãs Amala e Kamala como se comunicar e como sobreviver na floresta. Eles validaram a existência de ambas como lobos e era assim que elas se distinguiam, pois, o processo posterior de socialização das meninas, realizado no orfanato, não alcançou resultados positivos. O “Eu” só existe quando se relaciona a um “tu”. E podemos ir além, não bastava que Amala se dirigisse a Kamala era preciso que essa dinâmica fosse regida dentro dos gêneros dos discursos.

A palavra é poderosa, ela é atividade humana gerada pela necessidade da linguagem e está organicamente ligada a todos os nossos atos, como pensar, falar, agir ou sentir. É por meio dela que conhecemos, reconhecemos e entendemos o mundo. E é por meio dela que nos reconhecemos também no mundo. No entanto, a palavra é fundamentalmente dialógica.

Para Bakhtin (1929), como bem destacou Ponzio (2011, p. 08), é parte constituinte da *Palavra* a capacidade de escuta, sendo este um atributo fundamental dela. De acordo com o autor, a pior coisa que uma palavra pode receber de volta é o silêncio - e que é diferente do calar, pois o calar é próprio da espera e do ouvir e fundamentalmente diferente do silêncio-.

A terminologia a respeito das pessoas com deficiência (PCD) pode nos iluminar neste sentido, pois, por décadas, as pessoas com deficiência enxergavam a si mesmos de forma desvalorizada. De acordo com Sasaki (2003), há pelo menos 10 terminologias que atravessaram o tempo contando e fazendo a história das pessoas com deficiência. Muitas delas, foram tidas como corretas e utilizadas por entidades oficiais e governamentais para referenciar essas pessoas. Durante décadas, os termos *inválidos* ou *incapacitados* eram usados de forma legal. No quadro abaixo retirado do livro do autor, podemos observar os termos e a época em que eram utilizados.

Tabela 1 - Terminologia

ÉPOCA	TERMOS E SIGNIFICADOS	VALOR DA PESSOA
<p><b>Começo da História</b></p> <p>Durante séculos. Romances, nomes de instituições, leis, mídia e outros meios mencionavam <b>“OS INVÁLIDOS”</b></p> <p>Exemplos: “A reabilitação profissional visa a proporcionar aos beneficiários inválidos ...” (Decreto federal nº 60.501, de 14/3/67, dando nova redação ao Decreto nº 48.959 A, de 19/9/60).</p>	<p><b>“OS INVÁLIDOS”</b></p> <p>O termo significava “indivíduos sem valor”. Em pleno século 20, ainda se utilizava este termo, embora já sem nenhum sentido pejorativo.</p> <p>Outro exemplo: “Inválidos insatisfeitos com lei relativa aos ambulantes” (Diário Popular, 21/4/76).</p>	<p>Aquele que tinha deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.</p> <p>Outros exemplos: “<i>Servidor inválido pode voltar</i>” (Folha de S. Paulo, 20/7/82).</p> <p><i>Os cegos e o inválido</i> (IstoÉ, 7/7/99).</p>
<p><b>Século 20 até ± 1960.</b></p> <p>“<i>Deriva a INCAPACITADOS</i>” (Shopping News, Coluna Radioamadorismo, 1973).</p> <p>“<i>Escolas para crianças incapazes</i>” (Shopping News, 13/12/64).</p> <p><b>Após a I e a II Guerras Mundiais, a mídia usava o termo assim:</b></p> <p>“<i>A guerra produziu muitos incapacitados</i>”.</p> <p>“<i>Os incapacitados agora exigem reabilitação física</i>”.</p>	<p><b>“Os INCAPACITADOS”</b></p> <p>O termo significava, de início, “<u>indivíduos sem capacidade</u>” e, mais tarde, evoluiu e passou a significar “<u>indivíduos com capacidade residual</u>”.</p> <p>Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes,” que significava “<u>indivíduos que não são capazes</u>” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.</p>	<p>Foi um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida.</p> <p>Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em <u>todos</u> os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc.</p>
<p><b>De ± 1960 até ± 1980.</b></p> <p>“Crianças <b>DEFEITUOSAS</b> na Grã-Bretanha tem educação especial” (Shopping News, 31/8/65).</p> <p>No final da década de 50, foi fundada a Associação de Assistência à Criança <u>Defeituosa</u> – AACD (hoje denominada Associação de Assistência à Criança Deficiente).</p> <p>Na década de 50 surgiram as primeiras unidades da Associação</p>	<p>Os <b>“DEFEITUOSOS”</b></p> <p>O termo significava “indivíduos com deformidade” (principalmente física).</p> <p>“os deficientes”. Este termo significava “indivíduos com deficiência” física, mental, auditiva, visual ou múltipla, que os levava a executar as funções básicas de vida (andar, sentar-se, correr, escrever, tomar banho etc.) de uma forma diferente daquela como as pessoas sem deficiência faziam. E isto começou a ser aceito pela sociedade.</p>	<p>A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer como a maioria.</p> <p>Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades” ou “pessoas com indícios de altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se</p>

<p>de Pais e Amigos dos <u>Excepcionais</u> - APAE.</p>	<p>“os excepcionais”. O termo significava “<u>indivíduos com deficiência mental</u>”.</p>	<p>exclusivamente aos que tinham deficiência mental, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.</p>
<p><b>De 1981 até ± 1987.</b></p> <p>Por pressão das organizações de pessoas com deficiência, a ONU deu o nome de “Ano Internacional das <u>Pessoas Deficientes</u>” ao ano de 1981.</p> <p>E o mundo achou difícil começar a dizer ou escrever “<u>pessoas deficientes</u>”. O impacto desta terminologia foi profundo e ajudou a melhorar a imagem destas pessoas.</p>	<p><b>“PESSOAS DEFICIENTES”</b></p> <p>Pela primeira vez em todo o mundo, o substantivo “deficientes” (como em “os deficientes”) passou a ser utilizado como adjetivo, sendo-lhe acrescentado o substantivo “pessoas”.</p> <p>A partir de 1981, <u>nunca mais</u> se utilizou a palavra “indivíduos” para se referir às pessoas com deficiência.</p>	<p>Foi atribuído o valor “pessoas” àqueles que tinham deficiência, igualando-os em direitos e dignidade à maioria dos membros de qualquer sociedade ou país.</p> <p>A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 1980 a Classificação Internacional de <u>Impedimentos, Deficiências e Incapacidades</u>, mostrando que estas três dimensões existem simultaneamente em cada pessoa com deficiência.</p>
<p><b>De ± 1988 até ± 1993.</b></p> <p>Alguns líderes de organizações de pessoas com deficiência contestaram o termo “pessoa deficiente” alegando que ele sinaliza que a pessoa inteira é deficiente, o que era inaceitável para eles.</p>	<p><b>PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA</b></p> <p>Termo que, utilizado somente em países de língua portuguesa, foi proposto para substituir o termo “pessoas deficientes”.</p> <p>Pela lei do menor esforço, logo reduziram este termo para “portadores de deficiência”.</p>	<p>O “portar uma deficiência” passou a ser um valor agregado à pessoa. A deficiência passou a ser um detalhe da pessoa. O termo foi adotado nas Constituições federal e estaduais e em todas as leis e políticas pertinentes ao campo das deficiências. Conselhos, coordenadorias e associações passaram a incluir o termo em seus nomes oficiais.</p>
<p><b>De ± 1990 até hoje.</b></p> <p>O art. 5º da Resolução CNE/CEB nº2, de 11/9/01, explica que as necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica.</p>	<p><b>“PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS</b></p> <p>O termo surgiu primeiramente para substituir “deficiência” por “necessidades especiais”. daí a expressão “portadores de necessidades especiais”.</p> <p>Depois, esse termo passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”.</p>	<p>De início, “necessidades especiais” representava apenas um novo termo.</p> <p>Depois, com a vigência da Resolução nº2, “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.</p>
<p><b>Mesma época acima.</b></p>	<p><b>“PESSOAS ESPECIAIS”</b></p>	<p>O adjetivo “especiais” permanece como uma</p>

<p>Surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”.</p>	<p>O termo apareceu como uma forma reduzida da expressão “pessoas com necessidades especiais”, constituindo um eufemismo dificilmente aceitável para designar um segmento populacional.</p>	<p>simples palavra, sem agregar valor diferenciado às pessoas com deficiência. O “especial” não é qualificativo exclusivo das pessoas que têm deficiência, pois ele se aplica a qualquer pessoa.</p>
<p><b>Em junho de 1994.</b></p> <p>A Declaração de Salamanca preconiza a educação inclusiva para todos, tenham ou não uma deficiência.</p>	<p><b>“PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PESSOAS SEM DEFICIÊNCIA”</b></p> <p>Quando tiverem necessidades educacionais especiais e se encontrarem segregadas, têm o direito de fazer parte das escolas inclusivas e da sociedade inclusiva.</p>	<p>O valor agregado às pessoas é o de elas fazerem parte do grande segmento dos excluídos que, com o seu poder pessoal, exigem sua inclusão em todos os aspectos da vida da sociedade. Trata-se do empoderamento.</p>
<p><b>Em maio de 2002.</b></p> <p>O Frei Betto escreveu no jornal O Estado de S.Paulo um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE.</p> <p>Alega o proponente que o substantivo “deficientes” e o adjetivo “deficientes” encerram o significado de falha ou imperfeição enquanto que a sigla PODE exprime capacidade.</p> <p>O artigo, ou parte dele, foi reproduzido em revistas especializadas em assuntos de deficiência.</p>	<p><b>“PORTADORES DE DIREITOS ESPECIAIS”</b></p> <p>O termo e a sigla apresentam problemas que inviabilizam a sua adoção em substituição a qualquer outro termo para designar pessoas que têm deficiência. O termo “portadores” já vem sendo questionado por sua alusão a “carregadores”, pessoas que “portam” (levam) uma deficiência. O termo “direitos especiais” é contraditório porque as pessoas com deficiência exigem equiparação de direitos e não direitos especiais. E mesmo que defendessem direitos especiais, o nome “portadores de direitos especiais” não poderia ser exclusivo das pessoas com deficiência, pois qualquer outro grupo vulnerável pode reivindicar direitos especiais.</p>	<p>Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo, por motivos expostos na coluna ao lado e nesta.</p> <p>A sigla PODE, apesar de lembrar “capacidade”, apresenta problemas de uso:</p> <p>1- Imaginem a mídia e outros autores escrevendo ou falando assim: “Os Podes de Osasco terão audiência com o Prefeito...”, “A Pode Maria de Souza manifestou-se a favor ...”, “A sugestão de José Maurício, que é um Pode, pode ser aprovada hoje ...”</p> <p>2-Pelas normas brasileiras de ortografia, a sigla PODE precisa ser grafada “Pode”.</p> <p>Norma: Toda sigla com mais de 3 letras, pronunciada como uma palavra, deve ser grafada em caixa baixa com exceção da letra inicial.</p>
<p><b>± 1990 até hoje</b></p> <p>A década de 90 e a primeira década do século 21 e do Terceiro Milênio estão sendo marcadas por eventos mundiais, liderados por organizações de pessoas com deficiência.</p>	<p><b>“PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”</b></p> <p>” passa a ser o termo preferido por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência que, no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado no Recife em 2000,</p>	<p>Os valores agregados às pessoas com deficiência são:</p> <p>o do empoderamento [uso do poder pessoal para fazer escolhas, tomar decisões e assumir o controle da situação de cada um] e</p>

A relação de documentos produzidos nesses eventos pode ser vista no final deste artigo.	conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadoras de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome.	o da responsabilidade de contribuir com seus talentos para mudar a sociedade rumo à inclusão de todas as pessoas, com ou sem deficiência.
---	--	---

*Fonte: Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos, 2003, p. 12-16.*

Tendo em vista o poder das palavras e a quantidade de tempo em que cada uma delas foram usadas, podemos ver que foram décadas de enunciados que relativizavam o espaço social dessas pessoas.

Diante disso, podemos questionar: quem nos garante que, na atualidade, não estamos fazendo o mesmo que fizeram nossos antepassados? Podemos ainda perceber os prejuízos acarretados a este grupo de pessoas durante o decorrer da História, pois, na verdade, nunca foram inválidos, porém, invalidados. Não por suas limitações físicas ou psíquicas, mas pelas limitações da palavra em si, pelas limitações postas pelos outros por meio das palavras.

Embora Sassaki (2003), destaque em seu quadro, que os sentidos destes termos não fossem considerados pejorativos, ainda assim podemos dizer que conquanto estes signos parecessem corretos dentro daqueles contextos, isso não significa que fossem adequados. Ou seja, embora não quisessem ser pejorativos, essa era claramente uma visão pejorativa a respeito das identidades das pessoas com deficiências. A palavra em si talvez não fosse propositalmente pejorativa, mas a ideologia que ela carregava e a visão que ela trazia do exterior para o interior o era. Sendo assim, cada vez que o interior era trazido para fora tinha como referência os valores do exterior, a legitimação e validação do exterior.

Outro ponto que podemos mencionar, a partir desse quadro, é a questão que Bakhtin/Voloshinov (1979) trata e podemos compreender aqui nesse processo de construção e desconstrução de vocábulos e expressões para se referir a este grupo de pessoas.

É, portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças [...] (BAKHTIN, 1979, p. 40).

Até aqui entendemos, então, que a palavra é ideológica. Compreendemos também que é o outro que me reconhece como ser humano e me valida como tal, assim como faço a ele, já que é na alteridade que também se constituem nossas identidades. Entendemos também que embora o objetivo das expressões – descritas no quadro e usadas ao longo da história da humanidade - para se referir ao grupo de pessoas que apresentavam algum tipo de “deficiência”

[ao nosso ver, uma diferença], parecessem corretos dentro daqueles contextos, podemos notar que não foram, em nenhuma hipótese, adequados.

Então, voltamos a afirmar que mesmo sem ter o intuito de usar essas palavras como formas de ofensa ou como algo pejorativo, podemos perceber que a ideia e a visão a respeito dessas pessoas que elas carregavam, claramente o eram. Então, quando uma pessoa com deficiência recebia do mundo uma informação negativa a respeito de si mesmo, de certo modo acabava internalizando aquela visão distorcida de achatamento e de desvalorização. Obviamente compreendemos que toda palavra é alheia até que se torne própria e também que não é o caso de dizer que a pessoa com deficiência se comportaria aqui como sujeito assujeitado. Longe disso! Mas também não podemos ignorar a questão do discurso dominante, que não por acaso, também não pertence a este grupo de pessoas.

Ora, isso significaria que este grupo de pessoas com deficiência não tem voz ativa? Obviamente tem. Pois como já posto no tópico anterior, nossas vozes nos responsabilizam, uma vez que todo presente é apenas uma paráfrase do passado. No entanto, as revoluções se movem devagar, especialmente quando se trata da *palavra*, da ideologia e da identidade e por isso como visto no quadro há uma luta “recente” na busca de um termo adequado, isto é, que represente as pessoas com deficiência (PCD) como gostariam de ser representadas. E sublinhamos “recente”, pois sabemos que essa “palavra coletiva” pode ser, por vezes, esmagadora, essas vozes de preconceito em relação a uma identidade, em relação a um grupo são capazes de destruir uma nação inteira. Na História, não faltam exemplos: Negros não tinham alma e, por isso, podiam ser escravizados; Judeus tinham genética danosa que adoeceria toda Alemanha e por isso deviam ser exterminados; pessoas com deficiência eram bestializadas como animais e, por isso podiam, ser jogados no mar ou nas pedras. Índios eram selvagens e, por isso, podiam ser doutrinados.

As palavras pré-existentes, as vozes que já existem podem ser, por vezes, esmagadoras e nem sempre quem está na escuta consegue responder à altura, mas isso não significa que não respondem.

Se pensarmos no conceito de “responsabilidade-responsividade” de Bakhtin (1993), podemos compreender que “ao mesmo tempo em que sou responsável pelo que faço e digo também faço e digo em resposta a uma série de elementos presentes em minha vida como signos” (MIOTELLO, 2005, p.90).

Como resposta às situações, que pontuamos acima, temos respectivamente: os Quilombos; Diáspora Judaica, Convenção dos Deficiente na ONU; Resistência Indígena. Isso

significa que as vozes ecoam de todos os lados e por todas as partes exteriorizando o interior e interiorizando o exterior, de forma dialógica, fomentando os gêneros discursivos.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana [...] A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [...] cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso (BAKHTIN 1997, p. 290).

Para Bakhtin (1997) é fundamental compreender a importância da comunicação na vida humana e como ela está intrinsecamente ligada à vida e, por isso, ele destaca três pontos neste trecho: enunciado, língua e gêneros do discurso.

Nos estudos dos gêneros do discurso existem várias linhas de entendimento, no entanto, nosso foco se volta para o pensamento bakhtiniano, no qual podemos encontrar a seguinte conceituação para gêneros discursivos: formas-padrão em uma “relativa estabilidade” dos enunciados existentes, determinados de forma histórica-social, considerando as memórias que o trouxeram até aqui. E, como já estudamos aqui, enunciados são exteriorização das atividades mentais dirigidas por uma orientação social e a língua é uma forma de linguagem operada socialmente.

Lima (2009) explica que, para o autor russo, esses conceitos se relacionam integralmente ao se considerar o funcionamento da comunicação e, portanto, isso existem inúmeros gêneros do discurso, pois as vidas e vozes são plurais, de modo que esses gêneros compõem todas as esferas da nossa vida.

Nesse ponto, cabe voltar um pouco no começo deste trabalho quando introduzimos Saussure, pois uma das críticas de Bakhtin ao suíço foi dentro do contexto dos Gêneros do Discurso, já que para ele o problema geral dos gêneros do discurso nunca foi realmente colocado, dando-se mais ênfase aos gêneros literários do que no cerne em si da questão, ou seja, mais no verbo do que na essência, mais nas palavras do cotidiano do que no estudo integralizado desse fenômeno. Pois, como Bakhtin pontuou, os gêneros do discurso têm caráter fundamentalmente heterogêneo e abarcam desde um relato familiar, uma carta como uma ordem militar padronizada, por exemplo. Ou seja, inclui todas as esferas da vida que se desenvolva alguma atividade humana. Ao criticar esses estudos, ele destaca:

Então dava-se pelo menos maior atenção à natureza verbal do enunciado, a seus princípios constitutivos tais como: a relação com o ouvinte e a influência deste sobre o enunciado, a c verbal peculiar ao enunciado (diferente da conclusão do pensamento), etc. A especificidade dos gêneros retóricos (jurídicos, políticos) encobria porém a natureza linguística do enunciado. E, por fim, estudaram-se os *gêneros do discurso*

*cotidiano* (principalmente a réplica do diálogo cotidiano), e fazia-se o justamente do ponto de vista da linguística geral (a escola de Saussure e seus continuadores mais recentes [...]) Mas, também nesse caso, o estudo não podia conduzir à definição correta da natureza linguística do enunciado, na medida em que se limitava a pôr em evidência a especificidade do discurso cotidiano oral [...]. Não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a consequente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do enunciado (BAKHTIN, 1997, p. 281).

Quando o autor propõe esse estudo mais integralizado do fenômeno, não vê problemas em admitir a heterogeneidade dos gêneros do discurso e, por isso, faz a divisão em discurso primário (primário) e discurso secundário (complexo).

Para ele, os gêneros secundários do discurso, ou seja, aqueles que podem ser chamados de mais complexos estão mais ligadas à comunicação cultural e seus “produtos”, tais como “o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico [...] artística, científica, sociopolítica” (BAKHTIN, 1997, p. 282), tendo sido absorvido e transmutada pelo gênero primário que é aquele caracterizado pela comunicação espontânea.

É possível entender ainda mais a diferenciação entre ambos a partir deste trecho retirado da obra de Bakhtin (1997, p. 325): “gêneros secundários, complexos, que são compostos de diversos *gêneros* primários transformados (réplicas de diálogo, narrativas de costumes, cartas, diários íntimos, documentos).”.

Ou seja, o que ele quer dizer é que todos os elementos dos gêneros secundários e complexos, de certo modo, simulam os elementos da comunicação simples e primária.

Aplicando este pensamento ao que estamos estudando, a fim de compreender e ilustrar o que está sendo dito, podemos mencionar o caso dos bobos da corte - uma espécie de atores ou teatrólogos que entretinham os reis e rainhas-. De acordo com Lipscomb (2011), que se dedicou a pesquisar aspectos da vida social desses sujeitos no reinado dos Tudor, durante o comando do Rei Henrique VIII, a historiadora afirma que eles eram pessoas com algum tipo de deficiência. Chamados, na verdade, de bobos naturais e com certa dificuldade de aprendizagem. Em geral, em relação à graça que faziam, eles tinham intenções inocentes. Os dois mais citados pela pesquisadora são Jane e Will, que inclusive chegaram a ser retratados em pinturas da época. Este é, por exemplo, um caso de gênero complexo transmutado pelo gênero primário. Ou seja, no gênero primário tínhamos a seguinte situação: as dificuldades de aprendizagem ou a coordenação física debilitada das pessoas com deficiência eram consideradas engraçadas pelos “normais” [linguagem cotidiana]. Ao serem transmutadas para o gênero secundário, temos a seguinte situação: eles eram transformados em bobos da corte e considerados como “atores” para agradar às famílias reais por meio de apresentações [teatralização e discurso ideológico]; assim, por meio do teatro e do espetáculo, a noção de que a dificuldade de aprendizagem, que

possivelmente já era cômica aos olhos do senso comum, foi transformada em espetáculo e atrações especiais.

Dentro de um cenário onde os normais são o grupo dominante e dada esta compreensão a respeito dos *bobos da corte*, podemos mais uma vez notar que gêneros discursivos postos de forma de enunciados por meio da língua contribuíram para o achatamento da identidade das pessoas com deficiência desde a Antiguidade. Isto é, ao invés da diferença ser considerada como algo natural e positivo, foi ridicularizada e tida como algo negativo. As diferenças deles se transformaram em deficiências e deficiências se transformaram em coisas risíveis, inferiores ou sem valor.

Adiante, versaremos com mais profundidade sobre os tópicos da tabela 1, mas por enquanto convém observar algo bastante curioso, pois podemos observar estes três pontos, tratados por Bakhtin (1979) em nossa própria experiência em relação a este grupo de pessoas, pois é só começarmos a refletir como enxergamos essas pessoas e como as validamos. De onde vem essa nossa formação de pensamento a respeito da forma como eu os vejo. E ainda podemos ir além, pois ao olharmos para trás podemos condenar nossos antepassados por tê-los chamado de inválidos ou defeituosos, mas o que se vê é que apesar das lutas sociais desses grupos e das vozes que eclodem clamando por igualdade, eles ainda não tem um nome, não tem uma definição, ao menos no português.

A falta de palavras se revela nesse encaixe também. Atualmente, a forma correta e legal de se referir é: *Pessoa com Deficiência (PcD)*. São necessárias três palavras para defini-los. Na falta de um vocábulo que fosse justo, adequado, representativo, honesto e real, precisaram pegar emprestado sentidos velhos e criar um novo. Algo que definisse a luta, a realidade atual dentro do contexto atual. Se neste momento, o leitor se lembrar dos processos linguísticos conhecidos como aglutinação ou da justaposição, também perceberá que *Pessoa com Deficiência* não se enquadra nessas categorias, pois não apresentam hífen tampouco supressão de fonemas.

Partindo deste pressuposto, podemos considerar que estamos bem longe socialmente de legitimarmos esse grupo de seres humanos que, embora seja tão diferente quanto qualquer outro - sabendo que a diferença faz parte do caráter fundamental da humanidade- as pessoas com deficiência ainda têm na sua diferença dificuldade para serem socialmente aceitos, vivendo às margens da desonra com pouca ou nenhuma aceitação social, habitando o lugar do desprestígio ou azar e completamente dependentes da inclusão social, em que um “grupo superior capaz” cria arranjos e anexos para que o “grupo inferior incapaz” consiga se adequar, a fim de trafegar livremente pelo mundo criado para e pelos “normais”

O artista John Koenig (2006) criou o *The Dictionary of Obscure Sorrows*, que traduzindo poderíamos chamar de “Dicionário das Tristezas Obscuras” no qual consiste em um projeto em que ele cria uma coletânea de palavras inventadas, na tentativa de oficializar emoções que as pessoas sentem, mas não conseguem explicar, tais como:

**Tabela 2** – Dicionário de Koenig

<b>ORDEM ALFABÉTICA</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
<i>1. Adronitis</i>	Frustrar-se com a quantidade de tempo necessário para se conhecer bem alguém.
<i>2. Aimonimia</i>	O medo de que aprender o nome de algo – um pássaro, uma constelação, uma pessoa bonita – vai estragar tudo. Transformando uma descoberta do acaso, em uma casca conceitual vazia.
<i>3. Ambedo</i>	Um tipo de transe melancólico no qual você se torna completamente absorto por pequenos detalhes sensoriais – pingos de chuva escorrendo pela janela, árvores altas se dobrando lentamente com o vento, espirais de creme se formando no café – o que, por fim, leva a uma avassaladora constatação da fragilidade da vida.
<i>4. Anchorage</i>	O desejo de segurar o tempo enquanto ele passa, como tentar se segurar em uma pedra no meio de um rio com muita correnteza.
<i>5. Anecdoche</i>	Uma conversa em que todo mundo está falando mas ninguém está ouvindo.
<i>7. Anthrodynia</i>	Um estado de exaustão ao perceber o quão horríveis as pessoas podem ser umas com as outras.

8. <i>Chrysalism</i>	A tranquilidade confortável de se estar dentro de casa durante uma tempestade.
9. <i>Ecstatic Shock</i>	A onda de energia que surge ao olhar de relance para alguém que você gosta.
10. <i>Ellipsism</i>	Uma tristeza por não ser capaz de saber como a história vai terminar.
11. <i>Énouement</i>	A sensação agridoce de ter chegado no futuro, visto como tudo aconteceu, mas não ser capaz de contar para o seu 'eu' do passado.

**Fonte:** <https://noosfera.com.br/o-dicionario-das-tristezas-obscuras/>

Claramente, trata-se de um projeto artístico sem cunho científico, mas retrata também a situação em que estamos pontuando até aqui, sobre as “Não-Palavras”, pois, talvez, se estas começassem a circular e fossem aceitas socialmente talvez em alguns anos pudéssemos exclamar: “*Anthrodynia!*” diante da situação histórica dos negros ou das pessoas com deficiência no mundo. Assim como o termo *bullying*, por exemplo, é reconhecido e entendido socialmente. Mas nem sempre foi assim.

O fenômeno começou a ser estudado e difundido recentemente; no entanto trata-se de um problema bastante antigo. De acordo com Freitas (2004), os estudos sobre o assunto começaram na Noruega, entre 1978 a 1993, por Dan Olweus, o pesquisador responsável pelo projeto iniciou os estudos sobre agressores e vítimas nas escolas, mas o trabalho só começou a ganhar mais notoriedade após o suicídio de três adolescentes na década de 80, e também após o Massacre, em Columbia, na década de 90. O termo *bullying* também foi proposto pelo pesquisador que é o gerúndio de *bully* (valentão). Ele pesquisou cerca de 84.000 estudantes e aproximadamente 400 professores para a compreensão de que a prática causa prejuízos imensuráveis na fase adulta a estas crianças e adolescentes, aumentando as chances de se tornarem pessoas antissociais, depressivas ou violentas no futuro.

Com este exemplo, podemos perceber a angústia de adolescentes e jovens que viveram desde os tempos remotos até então, sofrendo violência de colegas, mas que não puderam dizer as consequências daquilo, não puderam expressar aquela luta, por falta de um termo que fosse socialmente aceito e entendido.

Do mesmo modo, como na década de 20, (ou até mesmo agora na contemporaneidade) alguém conhecido como *inválido* e tendo formado sua identidade dentro deste contexto,

transformando suas necessidades em um fardo natural, poderia relutar e se expressar dentro de palavras que ainda nem sequer pensavam em existir.

Sendo assim, como dizer o que sentia ou o que vivia, considerando suas dores se elas ainda não tinham nome? Podemos questionar se existiram ou existem palavras adequadas para enunciá-las? A questão não é lexical, é sógnica. Não tem a ver apenas com a palavra, mas a palavra enquanto enunciado.

Antes de passar para o próximo capítulo 3, vamos recapitular o que vimos até agora a respeito das **Palavras**, apenas para deixar mais claro ao leitor o que foi discutido até aqui. Apresentamos a questão das **Não-Palavras** (embora pretendamos nos aprofundar no assunto no decorrer deste trabalho); Discutimos as **palavras com sentidos vivos** que vão se deturpando (de forma positiva ou negativa) ao longo dos anos e da responsabilidade de cada um ao parafrazeá-la; Também debatemos sobre a **palavra dialógica**; Pontuamos também a **palavra dominada** pelo grupo que detém a infraestrutura e, por isso, organizadora de pensamentos que podem intervir na visão de mundo que aceitamos como padrão; Ainda levantamos a questão das **palavras mortas** que levam embora conhecimento e capacidades evolutivas; Também tratamos da **palavra como fruto** de enunciados e dos gêneros do discurso; E, por fim, discutimos a **palavra como instrumento de poder** e dominação. Com essas questões enumeradas podemos seguir adiante.

### 3 IDENTIDADE E ALTERIDADE

Esta pesquisa nasceu a partir da conclusão teórica do meu projeto de iniciação científica<sup>2</sup> *“Nós e Eles: Ciberespaço como Fonte de Informação para Pessoas com Deficiência”*, onde o termo *“Inclusão”* surgiu como um fator determinante no processo da exclusão social.

A palavra que surgiu para criar uma ação positiva para grupos minoritários, acabou sendo percebida, ao fim da pesquisa, como fruto de uma classe dominante legitimadora e formadora de um pensamento, em que dividem os indivíduos em dois grupos: superiores capazes e inferiores incapazes, em que os incapazes precisam se incluir ou agregar-se ao superior.

---

<sup>2</sup> SANTOS, Tábita. Nós e Eles: Ciberespaço como fonte de informação para pessoas com deficiência. Projeto Probic/Fapemig n 50023/05, publicado no 18 seminário de iniciação científica da PUC Minas.

Entendemos que normalização de uma especificidade faz com que todo o restante seja considerado estranho, ilegítimo, ou seja: normais/anormais, branco/negro, homem/mulher, heterossexual/homossexual. Dentro desse contexto, foi possível perceber que o mundo não nasce codificado e que a percepção humana é naturalizada dentro de um reducionismo. O fato de se naturalizar certas coisas é que gera o preconceito. A concepção de inclusão faz juízo de valor de uma “incapacidade”, que, entretanto, poderia gerar novas habilidades.

A esse respeito, tem-se o exemplo de uma mulher cega de nascença, que tinha a capacidade de sentir a temperatura das cores com o tato. Isso quer dizer que, em uma sociedade de legitimação de apenas alguns grupos, e de tornar superlativas

[...] a realidade é criada pelo ato de querer, é a teimosa indiferença do mundo em relação a minha intenção, a relutância do mundo em submeter a minha vontade que resulta na percepção do mundo como real, constrangedor, limitante e desobediente. (BAUMAN, 2001, p.24)

Seguindo ainda esta lógica, o que podemos dizer sobre Evgen Bavcar, o incrível fotógrafo cego? O esloveno naturalizado francês já usava técnicas inovadoras para sua época e, segundo Bottura (2018), ele afirmava realmente não saber o que acontecia do outro lado da lente, mas fotografava mentalmente prevendo a foto que seria tirada. Se fotografar é desenhar com a luz, pode ser que muito tenha se perdido em questões até mesmo científicas, com aptidões que não são inferiores, apenas diferentes, daí a importância de se discutir a legitimação da realidade e da “normalidade”. Então, temos aqui um artista que vivia no escuro, mas que desenhava com a luz que lhe era dada apenas em sua própria mente.

Trabalhando com sobreposições, preto e branco e técnicas de colagem bastante inovadoras para sua época - já que ele nasceu em 1946 [...] O irônico é que ele jamais a verá, apesar de poder ouvi-la descrita. Será que na mente de Bavcar as fotos dele são tão impressionantes quanto para nós? Independente de seu método de produção ou do fato de ser cego, a arte de Bavcar é vívida e imaginativa, o que faz de seu trabalho um transporte para o interior da mente de um cego - algo que, literalmente, você jamais seria capaz de ver sozinho (BOTTURA, 2014).

E o que podemos dizer da artista brasileira Anita Malfatti que com um braço atrofiado se tornou um dos maiores nomes da pintura expressionista?

Em 2016, a mídia lançou os holofotes sobre a pequena Luisa Hage Vieira, de 5 anos de idade, impedida de movimentar braços e pernas devido a uma doença chamada artrigripose. No entanto, utilizando apenas a boca, a menina é capaz de fazer belos desenhos com o pincel. De acordo com Palma (2016) a garota já pintou muito mais de 100 telas e além de exposições costuma vender os quadros na varanda da casa onde mora. Em 1956, Erich Stegmann, um artista que assim como Luisa, só pintava com a boca decidiu criar uma associação e reuniu um

pequeno grupo de Pessoas com deficiência e que também eram artistas vindos de oito países europeus com o objetivo de conseguirem se sustentar por meio da arte, além de obter segurança de trabalho.

O pequeno grupo que ele reuniu no encontro inaugural da *Associação dos Pintores com a Boca e os Pés* agora cresceu significativamente e representa aproximadamente 800 artistas em 75 países ao redor do mundo. Um dos principais focos de Stegmann era que a Associação dos Pintores com a Boca e os Pés nunca deveria ser considerada uma instituição de caridade pelo fato de seus membros serem deficientes físicos (sic). Para Stegmann, a palavra “caridade” era tão abominável como a palavra “pena”. A Associação sustenta que não é uma instituição de caridade e não se qualifica para a assistência caritativa (APBP, 2018).

A associação oferece alguns benefícios, tais como bolsas de estudos para que os artistas se desenvolvam ainda mais na arte da pintura, além de ajuda financeira para comprar materiais. Quando um bolsista se nivela a um artista não deficiente, ele pode se tornar um membro efetivo, o que implicar receber uma renda mensal vitalícia, independentemente do número de obras que a associação conseguir comercializar.

Não se pretende aqui incorrer no mesmo erro cometido no passado e bastante difundido nos anos 90, quando se tratava a pessoa com deficiência como *excepcional* ou *especial*, no sentido de amenizar as deficiências deste grupo de pessoas, pois, segundo Sasaki (2003), um dos motivos pelos quais o termo “Pessoas com Deficiência” foi escolhido na Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, na Assembleia Geral da ONU, foi exatamente para manter alguns princípios básicos, dentre os quais:

[...] não esconder ou camuflar a deficiência; não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência; mostrar com dignidade a realidade da deficiência; valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”. (BRASIL, 1997)

Ou seja, o que este grupo de pessoas mais deseja é lutar pela igualdade entre todos, independentemente daquilo que julgamos capacidades ou incapacidades, dado acesso a oportunidades atendendo as diferenças individuais.

Portanto, com as histórias mencionadas, não se pretende dizer que essas pessoas têm capacidades especiais, apenas capacidades diferentes e ainda que nenhuma diferença devesse se julgar superior a outra.

E a partir disso questionar: quem legitimou que os olhos é que devem enxergar? Quem legitimou que a boca é feita para falar e comer e não pintar? Estes foram exemplos apenas para questionar algo mais enraizado que já trabalhamos aqui como os Gêneros dos Discursos

- enunciados relativamente estáveis, memórias e acúmulo de história e suas utilizações - para aprofundarmos em alguns conceitos já postos, pois constatamos que a normalização de alguma habilidade/conceito/capacidade é que faz com que todas as outras sejam consideradas anormais. Ou seja, se em algum momento da história enxergar com os olhos fosse considerado ilegítimo, talvez [e, reiteramos o “talvez”, nesse caso] desaprenderíamos a fazê-lo e desenvolveríamos outras capacidades tal quais as meninas-lobo. Pois, como já afirmava Bakhtin (1979), a nossa identidade é fundamentada na alteridade e só existo a partir do outro, como também vimos no capítulo anterior. Vale destacar que o que queremos dizer com esse hipotético questionamento é o fato de vivermos em uma sociedade organizada ideologicamente imersa em acordos sociais institucionalizados, onde Bakhtin (1979) acrescentaria:

No entanto, o ideológico enquanto tal não pode ser explicado em termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação. Os signos só podem aparecer em um *terreno interindividual*. Ainda assim, trata-se de um terreno que não pode ser chamado de “natural” no sentido usual da palavra: não basta colocar face a face dois *homo sapiens* quaisquer para que os signos se constituam. É fundamental que esses dois indivíduos estejam socialmente organizados, que formem um grupo (uma unidade social): só assim um sistema de signos pode constituir-se. A consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social. A consciência individual é um fato sócio-ideológico (BAKHTIN, 1979 p. 33).

Para compreendermos um pouco mais a respeito desse assunto iremos avançar nos estudos de identidade e alteridade a partir da história hipotética de Kaspar Hauser, para, posteriormente, discutirmos se a palavra inclusão é realmente válida.

No trabalho do cineasta Werner Herzog,<sup>3</sup> ele retrata a misteriosa vida e morte de Kaspar Hauser, um jovem alemão que passou 15 anos em um quarto escuro, sem contato humano, comendo apenas pão e água e que se tornou famoso, quando foi encontrado com uma carta na mão em uma praça na cidade de Nuremberg.

---

<sup>3</sup> Werner Herzog é diretor do filme com título original *Jeder für sich und Gott gegen alle*, (em tradução literal, "cada um por si e Deus contra todos de 1974, foi traduzido no Brasil como *O Enigma de Kaspar Hauser*). A obra narra a história de Kaspar Hauser, uma criança abandonada e envolvida em um grande mistério. Ele foi encontrado na Alemanha no século XIX. Conta-se que tinha ligações com a família real de Baden, mas o fato ainda não foi comprovado. O filme é baseado no livro "Casper Hauser oder die Trägheit des Herzens", de Jakob Wassermann, publicado em 1908, que, por sua vez, retrata o caso de um adolescente encarcerado na Alemanha do século XIX, quando teve seu primeiro contato verbal e social. Somente depois disso, pôde ser observado algum desenvolvimento do garoto no que diz respeito a socialização e linguagem. Devido à aquisição tardia de uma língua materna, fora do período da infância, ele enfrentou dificuldades nas habilidades sociais, raciocínios lógicos e na sintaxe. Tal episódio demonstra a importância da linguagem no processo socializador de um indivíduo.

Na época, o garoto não podia se comunicar em nenhum idioma, tampouco de forma gestual. A vida reclusa e solitária, desde o nascimento, não o privou apenas da fala, mas também de conceitos e raciocínios básicos, segundo Blinkstein (1981). No entanto, no tempo em que foi ensinado pelas pessoas da cidade, conseguiu aprender rapidamente a se comunicar e contar sua história, porém, não era capaz de distinguir certas situações ou raciocínios que pareciam óbvios aos outros.

Para Kaspar, somente uma pessoa muito alta poderia ter construído a torre da igreja e tinha convicção de que a janela do seu quarto era maior que a torre ou a cidade, uma vez que não tinha a capacidade de compreender planos, profundidades ou situações abstratas.

Conhecer o mundo pela linguagem, por signos linguísticos, parece não bastar para dissolver o permanente mistério e a perplexidade do olhar de Kaspar Hauser. Talvez porque a significação do mundo deve irromper antes mesmo da codificação linguística com que o recortamos: os significados já vão sendo desenhados na própria percepção/cognição da realidade (BLINKSTEIN, 1981, p. 17).

Segundo Blinkstein (2011, p. 236), o que ocorreu no caso do jovem alemão e a incompreensão que ele tinha a respeito do mundo que o cercava, era fruto do desconhecimento do referente, tendo em vista que o referente é o local onde todos os sentidos da realidade perpassam.

Neste ponto, podemos enxergar essa observação, à luz de Bakhtin (1993, p. 25), que “o mundo como objeto de cognição teórica procura se fazer passar como mundo inteiro [...] como um ser concretamente único em sua possível totalidade”.

Isso implica compreender que, para este autor, todos os referentes estão carregados de discursos e de vozes outras, sejam essas históricas, filosóficas, cognitivas, ou de quaisquer outras naturezas. O linguista Blinkstein (1985, p. 52), ao analisar a obra, destaca os aspectos linguístico-cognitivos no que diz respeito ao processo de aprendizagem de alguém e aborda a relação que perpassa entre realidade e língua e a necessidade da práxis social para a constituição do sujeito.

Construções ideológicas são construídas por um processo ativo do sujeito. Ele escolhe a ideologia que ele quer seguir. Tem um sujeito que está no jogo, está na luta. Ato responsável.

Já trouxemos aqui nos capítulos iniciais essa questão tratada por diversos autores em que afirmam que, para que uma pessoa se torne um sujeito, é preciso ser afetado pela ideologia, pelo mundo simbólico, e isso só é feito quando ele se submete e participa da língua e a tudo aquilo que é simbólico, e do universo das representações. É preciso que ele aprenda a nomear o mundo que o cerca, domar a realidade selvagem que o absorve, pois de

outro modo, ele mesmo se torna uma coisa. Existe uma luta simbólica para que uma pessoa se humanize. E, obviamente, isso só acontece nas relações com outros sujeitos.

Quando o protagonista Kaspar foi removido do seu isolamento social com aproximadamente 15 anos de idade, ele precisou passar pelo processo de “humanização”, pois até então ele era apenas algo amorfo, que não conseguia nem mesmo se relacionar com nada a sua volta. Ele não reagia ao fogo ou a espada, ele não sentia medo, nem preocupação, ele não chorava nem ria, ele não sabia andar e mal movia os pés, ele não podia ser comparado nem mesmo a um animal naquele momento em que fôra encontrado na praça da cidade, pois, até mesmo na natureza, podemos categorizar os seres vivos da seguinte forma:

- 1) biológico (ex.: plantas),
- 2) biológico + instintivo (ex.: animais),
- 3) biológico + instintivo + racionais (ex.: seres humanos).

No entanto, de acordo com a história, Kaspar não parecia apresentar nem mesmo um forte instinto de sobrevivência, como as meninas-lobo apresentavam. O que nos faz crer na necessidade fundamental do dialogismo e da práxis social para a constituição de um sujeito. As meninas-lobo, enquanto se relacionavam com os animais, puderam utilizar o instinto e aprender técnicas básicas de sobrevivência, além de se identificarem como bichos. Enquanto Kaspar, preso em um quarto escuro e domesticado com pão e água sem se relacionar com ninguém, a não ser com um pequeno cavalo de madeira, não pôde desenvolver nenhuma habilidade, nem mesmo sua consciência ou sua identidade.

Isso nos faz aplicar também o que vem sendo tratado neste trabalho na discussão sobre a formação da identidade. Pois, até este momento, já pudemos entender a força dos discursos, a força das palavras, a força das representações e do mundo codificado em letras e em símbolos na constituição dos sujeitos. Mas isso não significa que estamos dizendo que o sujeito não é ativo neste processo. Claramente, ele é e “inter-age” com ele, mas também não podemos ser hipócritas e descartar a força dos discursos dos grupos dominantes que tem interesse em tornar os signos em monovalentes nesse processo constitutivo.

Constatadas essas forças e tendo como base da “humanização” as relações uns com os outros – chamadas de dialógicas - podemos avançar nesta compreensão, pois se, no capítulo segundo, entendemos como se dá semanticamente a formação dos signos e os discursos que habitam nas construções sociais, nas memorizações coletivas e no mundo, com os quais podemos nos relacionar. Neste momento, podemos expandir ainda mais nossa consciência, no sentido de buscar uma metanoia, para observar que em todos os pontos tratados até aqui e

em todos os pontos da vida que nos cerca e - que é dialógica, estamos imersos em infinitas ideologias “inter-agindo” o tempo todo com elas e, por isso, esse mundo codificado também me constitui, enquanto eu o constituo, recodificando-o e recebendo essa simultânea recodificação. Em um contínuo e infinito processo.

Para entendermos melhor como se dá a ideologia, podemos nos ancorar em Bakhtin (1979), pois o autor trata do assunto na obra **Marxismo e Filosofia da Linguagem** assinada por Volochinov (1979), na busca exatamente de compreender o quanto a linguagem pode determinar a consciência de alguém e o quanto a ideologia estava envolvida neste processo. Por utilizar o enfoque marxista, Bakhtin questiona se a língua é realmente uma superestrutura, como considerava Saussure, ao mesmo tempo em que aborda a questão da luta de classes por ela instaurada.

Para estabelecer este paralelo, Bakhtin (1979) entende que é impossível falar de ideologia sem falar inicialmente de signos “Tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 1979, p. 29).

De acordo com Miotello (2005, p. 169), o autor russo entende que todo objeto físico que é retirado do amorfo e ganha algum sentido social já é um signo, sendo este também ideológico, pois se objetos materiais recebem função no conjunto da vida social recebem também um ponto de vista valorativo que o colocará como bom ou mau, dando então esse caráter ideológico. Trata-se, portanto de uma expressão, uma tomada de posição, uma interpretação da realidade e por isso *sígnica* ao mesmo tempo que ideológica.

Portanto, ao lado dos fenômenos naturais, do material tecnológico e dos artigos de consumo, existe um universo particular, *o universo de signos*. Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1979, p. 30)

E aqui abrimos espaço para o leitor questionar qual seria a pena a ser resolvida caso um sujeito hipotético se recusasse a viver ideologicamente? A hipotética vida do jovem alemão talvez sirva como resposta. “Kaspar Hauser, entretanto, nos levaria a questionar o inatismo, pois os seus ‘enigmas’ de cognição e compreensão do mundo estão a indicar que a

percepção da realidade depende, sobretudo, de uma construção e de uma prática social” (BLIKSTEIN, 1985, p. 52).

Embora não tenha sido por decisão própria, o protagonista Kaspar foi impedido de imergir nos oceanos ideológicos, discursivos e semânticos da humanidade e experimentar o mundo real e extralinguístico sem vê-lo filtrado pelos símbolos e pelas relações dialógicas, de modo a se tornar um indivíduo inerte de olhar perdido e perplexo.

Ainda segundo Miotello (2005, p. 175), existe uma relação direta entre sujeito e ideologia, pois para ele “o sujeito é uma função das forças sociais. O eu individualizado e biográfico é quebrado pela função do outro social”. O autor faz essa colocação ao explicar que existem dois níveis de circulação de ideologia: nível cotidiano e nível da ideologia oficial. Sendo que o primeiro nível é configurado pela ideologia do dia a dia, da conversa entre amigos, família, vizinhos, etc. E ela também pode ser dividida em duas etapas, onde na etapa de número um, as mudanças sógnicas acontecem de forma lenta e não organizadas, enquanto na etapa de número dois, ela já está agrupada e associada de forma organizada como entidades, sindicatos, etc. Já o segundo nível, chamado de ideologia oficial é aquela institucionalizada e apossada pelos grupos dominantes, como imprensa, ciência, religião, etc. No entanto, o autor reforça que a durabilidade desta última não é maior que a duração da primeira. Ou seja, embora pareça mais relevante e poderosa a ideologia oficial vai sendo corroída e reconstruída simultaneamente pela ideologia do cotidiano. Um exemplo disso é a tabela de nomenclatura para se referir as pessoas com deficiência, que colocamos no capítulo anterior.

Portanto, podemos constatar que o meio social envolve por completo o indivíduo e o constitui:

O conceito de interpelação do sujeito pela ideologia [...] dialoga com a crítica de Bakhtin ao idealismo ou *subjetivismo abstrato* (BAKHTIN, 2007). Neste ponto, a convergência se dá no fato de que é impossível desconsiderar o *ideológico* e o *histórico* no estudo da linguagem, ou, mais especificamente, do discurso. O indivíduo está sempre inserido em uma determinada ideologia, portanto, se a ideologia faz dos indivíduos sujeitos, o indivíduo é sempre sujeito dentro da formação social em que está inserido. Ou seja, conscientemente, faz escolhas que são determinadas pelo *horizonte social* e ideológico de um tempo, de certa época, que resultou de movimentos sociais no decorrer da história [...] (BOMBONATO, 2008, p. 2).

Isso significa que a célebre frase: “*Cogito, ergo sum*” que é traduzida como: “penso, logo existo” do filósofo francês René Descartes poderia ser contestada, a partir dessa concepção, pois a ideia de que o sujeito se define por si mesmo e é constituído por si próprio é inaceitável nesse contexto. Sendo indissociáveis tanto ideologia, quanto história e discurso

na construção de um sujeito. Pois o indivíduo que se torna sujeito dentro do contexto social age dentro daquilo que lhe cabe historicamente, ideologicamente e discursivamente. Para Bakhtin, a constituição do indivíduo se dá na relação com a alteridade, pois o processo não pode acontecer na sua própria consciência, mas por meio do outro, pois para o autor alteridade é o fundamento na constituição da identidade.

Então, podemos perceber que a questão da ideologia e dos signos nos trazem também a questão da identidade, pois se pensarmos bem a respeito disso, a própria concepção da vida se faz a partir do dialogismo, em que um homem e uma mulher precisam estar em algum tipo de relação, (sexual – seja esta natural ou artificial) para gerar um outro ser humano. A criatura gerada a partir dessa ação, precisa se relacionar com outro ser vivo (pais, cuidadores, animais - no caso das irmãs Amala e Kamala) para que por meio de construções simbólicas da realidade possa sobreviver e constituir sua identidade. O ser humano é essencialmente relacional. Tudo é feito por meio das interações de palavras, símbolos, pessoas e vozes. As que estão no passado e as que estão no presente.

Para continuar exemplificando esses conceitos a partir de Kaspar Hauser, podemos considerar alguns dos mistérios que envolvem sua vida. Por não ter se relacionado com ninguém e não ter tido a chance de entrar no mundo das representações simbólicas não pode entender a vida, muito menos se constituir como sujeito. Tornou-se um indivíduo apático frente ao mundo e à vida. Mas, de certo modo, podemos perceber que até mesmo o fato de ter sido impedido de entrar no universo dos signos foi de algum modo fruto de ideologias de poder que lhe atravessaram o caminho, muito antes de nascer.

Conta-se que o calabouço, em que viveu por quase 15 anos, foi parte de uma estratégia de seus parentes, para roubar a coroa da família real a qual ele pertencia. Não se sabe se essa versão a respeito da linhagem familiar do jovem é verdadeira, tampouco se toda a história o é. No entanto, duas situações nos chamam atenção nesse enredo: a primeira a respeito da ideologia que atravessou sua vida e o alterou antes mesmo de nascer. E de igual modo, Kaspar por não ter se tornado sujeito, mas por ser “o outro”, alterou a vida de todas as pessoas daquela pequena cidade quando foi encontrado. E, vamos além, pois os mistérios a respeito dele continuam alterando gerações de semioticistas e filósofos da linguagem.

Quando contemplo um homem situado fora de mim e à minha frente, nossos horizontes concretos, tais como são efetivamente vividos por nós dois, não coincidem. Por mais perto de mim que possa estar esse outro, sempre verei e saberei algo que ele próprio, na posição que ocupa, e que o situa fora de mim e à minha frente, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar — a cabeça, o rosto, a expressão do rosto —, o mundo ao qual ele dá as costas, toda uma série de objetos e de relações que, em função da respectiva relação em que podemos situar-nos, são

acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando estamos nos olhando, dois mundos diferentes se refletem na pupila dos nossos olhos. Graças a posições apropriadas, é possível reduzir ao mínimo essa diferença dos horizontes, mas para eliminá-la totalmente, seria preciso fundir-se em um, tornar-se um único homem. Esse *excedente* constante de minha visão e de meu conhecimento a respeito do outro, é condicionado pelo lugar que sou o único a ocupar no mundo: neste lugar, neste instante preciso, num conjunto de dadas circunstâncias — todos os outros se situam fora de mim. (BAKHTIN, 1997, p. 42-44)

Para que cada pessoa esteja em sua posição é preciso que alguém esteja em outra posição. Essas diferenças de horizontes são fundamentais na constituição de identidades, pois frente a outro, estou fora dele, mas ainda assim estabeleço uma inter-relação com ele e que só é possível também graças a significados comuns que estabelecemos por meio dos signos e das memórias coletivas, que foram construídas em inter-relações do passado, mas que continuam reverberando no presente e futuro.

A identidade é a diferença por natureza. A afirmação da unicidade. Se eu fosse o outro seria apenas uma cópia, mas a vida é feita no jogo de relações.

Vejamos ainda alguns conceitos aplicados à vida de Kaspar, segundo Blinkstein (1999), pois o jovem passou a aprender e apreender-se como sujeito na relação e sendo ensinado pelas pessoas da cidade, mas ainda assim não compreendia porque as mulheres não podiam fazer certas coisas e porque as servas estavam sempre trabalhando, pois não existe uma relação necessariamente lógica nos signos ou nas ideologias, pois como sabemos, “o signo é, por natureza, vivo, móvel, plurivalente; a classe dominante tem interesse em torná-lo monovalente” (BAKHTIN, 1979, p.16).

Ele experienciou a vida em um determinado contexto, em um determinado espaço temporal e sociais. Mas Kaspar tampouco compreendia o poder do fogo e considerava a maçã um ser muito esperto por cair da árvore e se esconder. Certo dia, foi morto no meio da cidade e ninguém descobriu quem cometeu tal atrocidade.

Kaspar era o objeto de questionamento encarnado. Ele é como o menino<sup>4</sup> de Graciliano Ramos que perguntava a todos “o que era o inferno” e como alguém podia responder com convicção a esse questionamento sem ter estado lá, de fato. No entanto, ao invés de carregar uma única pergunta, Kaspar, o era. Sua própria vida se encarregava de questionar a todos a sua volta sobre todas as certezas que todos tinham a respeito das coisas e de seus lugares no mundo, a respeito das ideologias dominantes e a respeito das ideologias cotidianas.

---

<sup>4</sup> No texto de Graciliano Ramos denominado “o inferno”, o autor traz a estória de um menino que traz um questionamento semiótico sobre a conceituação de inferno que nenhum adulto é capaz de responder.

Ele não chega letrado questionando, não traz um punhado de dicionários na mão, ou citações de filósofos gregos, textos científicos para perguntar, para arguir. Mas é seu corpo frágil, seu olhar perplexo, sua ingenuidade é que desafia o mundo simbólico, como que o ridicularizando. Sua morte leva embora as fragilidades da verborragia, da ideologia daquele contexto histórico. E todos voltam a anestesia geral em que viviam antes dele, abandonando aos poucos a perplexidade que ele trazia. Podemos perceber, então, que alguns conceitos como ideologia, signo, dialogismo, alteridade e identidades estão intrinsecamente ligados e, por isso, vamos nos aprofundar ainda mais na questão da identidade e como ela se dá levando em conta toda essa rede conceitual, pois se Kaspar estivesse aqui entre nós, talvez nos perguntaria porque uma pessoa que não pode escutar é separada em um grupo enquanto um que pode escutar não é. Quem os classifica? - Ele diria nos olhando atrapalhado. Quem entendeu que a diferença dele é diferente da do outro, afinal as identidades não são feitas de alteridades? Como uma alteridade pode ser aceita e domesticada e a outra deve ser vista como selvagem, indomável e inútil. Quem as coordena? E que nos diz o que é útil ou inútil? Quem as considera uma ineficiência? Talvez tantas perguntas o matassem novamente.

Posta aqui a hipotética vida de Kaspar, podemos compreender que as identidades são formadas pelas alteridades do “eu-outro”, dentro dos gêneros do discurso, os quais são cultivados por meio das ideologias que se relacionam em contextos histórico-sociais e memórias coletivas que reforçam a sedimentação dos signos, estes tais, gerados por jogos de poder e por forças sociais contínuas, mas que só sobrevivem através do processo de repetição/regularidade e que exercem influência direta no processo de constituição dos sujeitos, levando em consideração as relações dialógicas.

Embora pareça confuso, é possível clarear este último parágrafo através de uma única palavra: dialogismo. Este conceito é a peça fundamental, tanto na constituição do sujeito quanto na construção de signos, na leitura simbólica da realidade, na construção de gêneros do discurso e ideologias. Acontecendo de forma simultânea em todas as esferas.

A partir dessas concepções que trazemos aqui, podemos compreender o conceito de identidade, sendo diretamente proporcional ao conceito de alteridade.

Neste sentido, Hall/Woodward (1997, p. 9, apud SILVA, 1997) ao tratar da questão da identidade enfatiza a questão relacional quando discute as identidades de sérvios versus a de croatas, em que a identidade sérvia depende de algo fora dela para existir, que fornece condições para que ela se estabeleça, pois ser um sérvio é também não ser um croata.

A identidade, é, assim marcada pela diferença [...] Essa marcação da diferença não deixa de ter seus problemas [...] envolve a negação de que não existem quaisquer

similaridades entre os dois grupos [...] A identidade é marcada por meio de símbolos, por exemplo, pelos cigarros que são fumados em cada lado. Existe uma associação entre a identidade da pessoa e as coisas que ela usa [...] A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso étnico- são mais importantes que outras. (HALL/WOODWARD, 1997, p. 9-11, apud SILVA, 1997)

Para ele, a identidade é relacional, no sentido em que o fato de você ser você subentende-se imediatamente que você não é o outro. O outro precisa existir para diferenciar-se de você. No entanto, essas construções de um sujeito em relação ao outro e suas diferenças também são simbólicas: torcer para um time de futebol, por exemplo, é assumir-se em um grupo e não em outro. Devemos considerar ainda que a bandeira desse time, as cores, a música, as piadas são todas construções simbólicas e sociais. Este é um exemplo simples para ilustrar que a célebre frase “ser ou não ser, eis a questão” arquiva uma resposta dentro dela mesma, pois ser está imediatamente ligado a não ser. Se sou branco é porque não sou negro, índio ou amarelo. Se sou mulher, imediatamente não sou homem. Se sou brasileira é porque não sou mexicana, caribenha ou francesa. O meu lugar de identidade, ao me posicionar, ilumina também os lugares em que não estou.

Ora, isso quer dizer que se as identidades são formadas pelas exclusões dentro de um processo de construções sociais, então, a identidade não pode ser imutável, cabendo em si a capacidade de mobilidade e desconstrução. Essa negação, essa diferenciação e esse reconhecimento só são possíveis por meio das relações e pela lógica da alteridade que tanto já discutimos aqui.

Hall (1997) e Woodward (1997) também acreditam nessa hipótese, pois se elas são fundamentalmente dialógicas e relacionais não podem estar acabadas, muito menos serem finitas, pois a cada novo encontro, existe uma nova possibilidade. Toda nova relação traz em si a potência de se desconstruir.

E por isso, a identidade e a diferença são na verdade, arenas de luta, pois quem se torna ponto de referência, de certo modo, consegue o direito para classificar os demais e quem está nessa posição detém o poder de identificar/classificar o restante.

Já sabemos que a identidade e diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrica, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística- está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas [...] A identidade e diferença não são nunca, inocentes (HALL/WOODWARD, 1997, apud SILVA, 1997, p. 81).

Neste ponto, os autores não estão dizendo de forma simplista que tanto a identidade quanto diferença sejam apenas objetos de uma disputa entre grupos assimétricos, mas que existe uma disputa ainda mais ampla, simbólica e material, no qual a questão da identidade e da diferença pode ser visto também como resultado e ao mesmo tempo ingrediente no processo da busca pelo poder.

Os autores também indagam essa prepotência quando um diferente toma a si mesmo como ponto de referência para normalidade em relação ao outro diferente. Como se sua alteridade e singularidade fosse superior a alteridade e singularidade do outro.

Exposto esses conceitos, podemos tentar compreendê-los dentro do universo o qual estamos estudando.

Nas páginas anteriores, trouxemos um exemplo de um grupo de artistas que pintam com a boca, no entanto, uma das condições postas pelo grupo, para que um bolsista se efetive como membro, é alcançar a capacidade de pintar como artistas não deficientes.

Por mais ingênuo e bonito que isso possa parecer em relação a inclusão social, as próprias pessoas com deficiência não percebem como isso é um massacre às suas identidades e como isso faz parte dessa arena de luta a qual estamos explanando, onde os “normais” se tornam ponto de referência e classificam os demais como “anormais”, “inválidos”, “deficientes”.

Então o ponto de referência da pintura ideal é pintar com as mãos e tudo o que decorre disso. Quanto mais um pintor com a boca se aproxima do que um artista “normal” faz com as mãos, mais ele se legitima dentro dos dois grupos. Isso faz com que ele se distancie cada vez mais do que o torna original e único, no sentido de aprimorar técnicas bocais e que poderia levá-los a criar pinturas inimagináveis, nunca pensadas por artistas manuais. É por isso que critico o termo “Inclusão Social”, pois trata de uma expressão que busca emplacar a ideia de que é natural criar anexos e “puxadinhos” para que as pessoas com deficiência participem de forma arranjada e adaptada do mundo criado para os normais e pelos normais. Nas páginas posteriores discutiremos mais nossa crítica à expressão inclusão social, quando tratarmos do fenômeno do empoderamento. Mas alguns exemplos nos ajudam a iluminar essas questões, tais como ônibus para normais com adaptação, portas para normais com adaptação, banheiros, ruas e tantos outros elementos que poderíamos citar aqui criado para uns e adaptado para outros. Não é um mundo pensado para todos, mas para o grupo que domina o discurso. Também acreditamos que a elogiada “Inclusão Social” esteja muito longe de algum sentido de justiça, pois o que ela faz é avigorar a força daqueles que neste momento fazem parte do

grupo dominante: “os normais”. Porque ela é uma forma de manter as pessoas com deficiência distraídas, que, muitas vezes, acabam acreditando que precisam ser gratas ou estarem satisfeitas, já que surdos não são mais jogados do penhasco e pessoas sem braço tem direito a bolsas de estudo enquanto se esforçam para pintar como aqueles que os têm. Ou seja, existe um certo juízo de valor na alteridade. Algumas diferenças parecem valer menos que outras, de modo que concordamos com a citação de Hall/Woodward (1997) trazida na página anterior, quando diz que a identidade e alteridade não convivem de forma harmoniosa, mas estão em constante disputa.

Mas se Kaspar Hauser estivesse entre nós, ele poderia dizer: por que o correto é pintar assim e não com a boca? Quem determinou a forma ideal de fazer arte? A arte não é uma atividade humana de expressão e manifestação estética? Por que alguns humanos detém a certeza de como ela deve ser expressa? A obra de arte não é fundamentalmente única?

E aqui voltamos ao ponto que abrimos este capítulo a respeito das pessoas com deficiência e suas capacidades singulares não valorizadas, pois precisam se adequar a um grupo superior capaz. Dentro deste contexto, reiteramos tanto a crítica do termo “inclusão social” como a forma como são feitos esses processos. Não pelas melhorias que a inclusão traz no que diz respeito a qualidade de vida dessas pessoas, porque isso é indiscutível, neste momento, mas porque é ela a base para que a ideologia dos “normais” se estabeleça em detrimento às outras.

Beethoven escreveu a Nona Sinfonia quando era surdo. Atribui-se sua incrível capacidade a uma genialidade não explicada, mas não há muitos estudos categóricos que relacionam a sua surdez e a música. Além disso, o fato nos expande para perceber que “deficiências” não incapacitam pessoas, mas as ideologias incapacitam pessoas, pois compreendendo que o campo de conceituação de identidade e diferença estão intimamente ligados e um não se faz sem o outro, então, posso dizer que é impossível que uma alteridade seja superior a outra, a não ser que isso seja efetivado por meio das ideologias do discurso, pois, se pensarmos bem, veremos que se minha identidade depende exclusivamente da minha alteridade, imediatamente dependo da relação com a diferença do outro. Isso significa que eu preciso do outro para me constituir.

“Eu” só me torno “eu” no encontro com “tu” e “tu” só se torna “tu” no encontro com meu “eu”, logo não há superioridade nessa relação a não ser que ela seja criada pelas ideologias do discurso na busca pelo poder e os privilégios que eles trazem. Portanto, “eu”

deveria ter o mesmo valor de “tu” e vice-versa, mas o que acontece na realidade são: pessoas com deficiência, negros, judeus, bruxas sendo todos os dias queimados nas fogueiras sociais.

Claramente, como já trouxemos aqui, estes não são de maneira nenhuma valores estáticos e as identidades vem se alterando ao longo da história para cada um destes grupos e outros mais que não citamos aqui, como, por exemplo, a conquista na legalização da união homoafetiva; o empoderamento negro; os direitos das Pessoas com Deficiência ou as mudanças das leis em benefício das mulheres, dentre outras. Todos eles tomaram seus espaços e continuam brigando por eles, embora saibamos que ainda há um longo caminho para cada um destes grupos na conquista de um espaço, que abrigue a exposição total e soberana de suas alteridades, pois afinal é somente por essas diferenças que o outro se faz e existe.

Compreender as consequências desse processo de formação de identidade que perpassa todos os conceitos que já trabalhamos até agora como língua e linguagem memórias parafraseadas, dialogismo, discurso e ideologia é fundamental para entender este trabalho, pois a formação do sujeito e de como ele se enxerga a sociedade, a qual faz parte, é que o faz responder como responde. Essa percepção nos alarga para o emaranhado que aprisiona as pessoas com deficiência.

O problema é muito mais ideológico do que meramente físico. Um sujeito com cegueira está mais ideologicamente cego que fisicamente inabilitado para enxergar. Suas habilidades, sua alteridade, sua identidade lhe foram amputadas em um longo processo histórico-discursivo-ideológico. Os grupos dominantes estão lutando para mantê-los “inclusos” em todos os seus direitos sim, pois dessa forma é possível mantê-los como dominados.

É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. É por isso que ela ocupa um lugar tão central [...] Questionar a identidade e a diferença significa, nesse contexto, questionar os sistemas de representação que lhe dão suporte e sustentação (HALL/WOODWARD, 1997, p. 91).

E é exatamente isso que estamos fazendo aqui, ao questionar esses sistemas de representação que se atreva a passar como real por meio de sistemas de significação, mas que fazem questão de deixar no mundo do amorfo e do inanimado a capacidade de um surdo compor a nona sinfonia, um artista pintar com a boca ou uma cega decifrar as cores pelo tato. Tentam minimizá-los, os transforma em exceção ou apenas um raro exemplo, premiando como se fosse único ou escondendo como se fosse inútil, na tentativa de evitar a revolução

que estes elementos carregam em suas próprias alteridades e ao separarem estes grupos, eles se enfraquecem. Mas a maior parte deste jogo social acontece no universo das palavras, pois são elas que levam de um lado para o outro as ideologias, os pontos de vista valorativos e os discursos. Ao mesmo tempo são as não-palavras que não são capazes de explicar as alteridades e capacidades daqueles que são julgados como inferiores, permanecendo no grupo dos dominados. Como já dissemos anteriormente, a língua tem uma importância fundamental no que diz respeito a identidade de uma determinada comunidade, seja no sentido de fomentá-la, estabelecê-la, preservá-la ou ser utilizada como recurso de luta e empoderamento.

Então, podemos dizer que a identidade e a alteridade estão intrinsecamente ligadas entre elas, ao mesmo tempo, que estão intimamente ligadas à língua e seus contextos sociais.

Não seria justo usar o termo “empoderamento” neste texto, sem também tratá-lo como próprio exemplo do que estamos falando a respeito das arenas de luta na construção e desconstrução de identidades e alteridades. Pois esta é uma dessas não-palavras que precisou eclodir para que grupos dominados pudessem se armar para guerra simbólica e, atualmente, está em voga. Portanto, por mais metalinguístico que isso possa se tornar, é um termo que nos ajudará a ilustrar nossa fala.

De acordo com Freitas (2016), a palavra “empoderamento” vem emprestada do inglês “empowerment” e foi cunhada pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport, em 1977, no sentido de dar ferramentas aos grupos oprimidos para que eles pudessem se desenvolver de forma autônoma.

No entanto, para Valoura (2018) o sentido que é largamente utilizado atualmente foi difundido por Paulo Freire, pois somente ele discutiu o termo, aprimorando os sentidos filosóficos e sociológicos do termo, ao dizer que não eram os grupos dominantes que tinha que dar poder aos dominados, mas o empoderamento vem da consciência autônoma.

Empoderamento foi outra destas expressões ricamente definidas pelo educador. Embora a palavra Empowerment já existisse na Língua Inglesa, significando “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem precisar da permissão de outras pessoas, o conceito de Empoderamento em Paulo Freire segue uma lógica diferente. Para o educador, a pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e se fortalecer. Buscando a origem da palavra Empowerment, verifica-se que o dicionário Oxford traz a seguinte definição: “1.authorize, license. 2.give power to; make able, empowerment a” [...] Pode-se dizer então que Paulo Freire criou um significado especial para a palavra Empoderamento no contexto da filosofia e da educação, não sendo um movimento que ocorre de fora para dentro, como o Empowerment, mas sim internamente, pela conquista (VALOURA, 2006, p. 3).

Quando a pesquisadora afirma ser de Paulo Freire a autoria da palavra tal como é entendida hoje, ela quer dizer que, no inglês, os próprios dicionários não correspondem ao

sentido de um termo, que implica conquista e superação em que o sujeito participante é ativo do processo e não um sujeito passivo, dependente, que precisa receber a doação de certo poder.

Acreditamos que é também dentro dessa mesma lógica que criticamos aqui, nas páginas anteriores, o termo “inclusão”, pois é dissonante a ideia de que poder tem que ser doado, pois faz parte de seu próprio cerne a capacidade de luta e de conquista.

A autora destaca ainda que nos trabalhos acadêmicos brasileiros não há muito sobre a contribuição freiriana neste sentido, mas, em pesquisas internacionais, é possível observar estudos nessa linha e a ideia desenvolvida por Paulo Freire sobre a “libertação do oprimido”.

Portanto, Empoderamento pode ser visto como a noção freiriana da conquista da liberdade pelas pessoas que têm estado subordinadas a uma posição de dependência econômica ou física ou de qualquer outra natureza. Freire escreveu um dia: “Os oprimidos, tendo internalizado a imagem do opressor e adotado suas linhas de atuação, têm medo da liberdade. A liberdade requereria deles rejeitar essa imagem e preencher o seu lugar com autonomia e responsabilidade. Liberdade se adquire pela conquista, não como um presente. Ela deve ser buscada constantemente. Liberdade não é um ideal localizado fora do ser humano; nem é uma ideia que se torna um mito. É sem dúvida a condição indispensável para a busca da humana complementação.” Empoderamento, portanto, difere da simples construção de habilidades e competências, saber comumente associado à escola formal. A educação pelo empoderamento difere do conhecimento formal tanto pela sua ênfase nos grupos (mais do que indivíduos), quanto pelo seu foco na transformação cultural -mais do que na adaptação social (VALOURA, 2006, p.03).

Podemos perceber, então, que a palavra “empoderamento” embora seja aqui nosso exemplo de não-palavras que ganharam vida por meio de lutas sociais na busca da construção e reconstrução de identidade e alteridade, também faz parte dessa tomada de consciência que os grupos dominados fazem ao entrar na arena de combate pelas representações. Mas a grande questão é que a palavra “empoderamento” foi adotada e passou a fazer parte do léxico comum e hoje é usada até mesmo em documentos das Organizações das Nações Unidas. É também bastante difundida nos movimentos negros e feministas e por isso também é capaz de se fazer voz com esses sujeitos.

A identidade que vestia os negros no passado: negro sem alma; feiura negra versus a beleza branca; o cabelo crespo que era chamado de “cabelo ruim” tem cada vez menos espaço no mundo e é cada vez menos social e ideologicamente aceita. A identidade negra vem se reconstruindo por meio da alteridade no reconhecimento dela e na reafirmação da diferença sim, porém sem aceitar a ideia de uma “diferença inferior”. Os negros estão tirando os brancos do ponto de referência que citamos nas páginas anteriores, para tomar o espaço da equidade. No entanto, todo esse movimento empoderado e toda essa reconstrução está sendo feita por

meio das palavras, das ideologias, pois não foi o universo material que mudou: a pele negra continua sendo negra. Mas o que está sendo mudado são as representações simbólicas que estão inseridas neste contexto, mudando também a forma como cada sujeito lida com a beleza. Portanto, esta é também uma discussão ideológica, pois quando elementos materiais recebem uma função social, recebem também um ponto de vista valorativo que o colocará como negativo ou positivo. Trata-se, portanto de uma expressão, uma tomada de posição, uma interpretação da realidade e, por isso, signíca ao mesmo tempo que ideológica. Mas esses pontos de vista valorativos são também modificados globalmente (eu e o outro) por meio da identidade e alteridade.

Vejamos um pouco mais sobre isso e, para tanto, continuemos com o modelo do movimento negro e do Black Power para exemplificar neste momento os grupos dominados e a questão da mudança de identidade que não só altera o dominado, mas também o dominante. De quilombos à presidência dos Estados Unidos, temos centenas de anos de histórias de lutas sociais.

A trajetória do Black Power tem início ainda nos anos 20, quando Marcus Garvey, insistia na necessidade de romper com padrões de beleza eurocêntricos e a partir disso promover o encontro dos negros com suas raízes africanas. Décadas depois, nos Estados Unidos, o afro também começou a ganhar espaço e se tornou um dos protagonistas na luta pelos direitos civis nos anos 60. No entanto, foram as mulheres as grandes protagonistas dessa história. Condiçionadas desde o tempo da escravidão a alisar o cabelo, elas bateram o pé e decidiram andar pelas ruas ao natural, o que causou espanto e resistência da comunidade branca. (VIEIRA, 2012, p. 2)

O Black Power foi um movimento de evidenciar as diferenças, de marcar com forte presença a alteridade, de assumir a cor preta da pele, a aspereza do cabelo, a largura do nariz e a alvura dos dentes. A intenção era provar exatamente o que se tentava esconder até então e reafirmar que o cabelo realmente crescia para cima e que era possível se perder um pente por lá, enquanto questionavam quem seriam os brancos se não existissem os negros? Em que momento o cabelo esticado até a cintura e a pele clareada foi instaurado como sinônimo e referência de beleza? Ao se darem conta da diferença apenas pela diferença e não mais pela superioridade, eles se agigantaram. Os negros não queriam apenas cartas de alforria como propuseram os patrões, queriam mudanças paradigmáticas. Obviamente estamos passando rapidamente por esta questão e não trataremos de movimentos de grande relevância como os liderados por Mandela na grande manifestação da desobediência civil ou a respeito de Barack Obama, ícones dessas mudanças. E, portanto, não abordaremos nem mesmo a materialidade e sentidos de movimento da expressão *Black Power*, já que é fácil perceber nela poder, força

e ação, mas, ao passar rapidamente os olhos pela história do *Black Power*, podemos perceber como aos poucos atrizes e cantoras negras passam a deixar os papéis das escravas e empregadas para assumir pouco a pouco mais espaço no centro do palco, de forma bastante lenta, porém, progressiva. A beleza da mulher negra passou a ganhar certo reconhecimento nos últimos anos.

Não pretendemos entrar aqui nas questões mais profundas sobre o tema, mas, estamos pontuando brevemente o assunto, para servir como mais um exemplo, dentre os tantos que estamos trazendo na discussão das Não-Palavras. E, também, porque queremos discutir, que na medida que a identidade do outro muda, ela também muda a percepção dos demais. No momento em que as mulheres e homens negros reconstróem suas novas identidades por meio da alteridade, os outros por meio das relações dialógicas, também tem seus sentidos e suas percepções alteradas. Não são apenas as mulheres negras que se veem como bonitas, mas as mulheres brancas também mudam suas próprias referências do que é belo ao também admirarem os cabelos *black power* das negras. É uma mudança no sistema de representações simbólicas que só acontece por meio do dialogismo e da alteridade/identidade. Quando o outro se altera, ele também me altera.

Trazendo isso um pouco mais próximo para o que estamos discutindo em nosso trabalho, temos uma situação análoga à das pessoas com deficiência e a questão da inclusão social. É necessário que o empoderamento não seja feito por meio de benevolência política ou pela “Inclusão Social”, mas que seja feito na arena de luta. Se ainda não existe um termo justo que defina suas identidades, será preciso que eles a conquistem por meio das lutas simbólicas.

#### **4. PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E PROCESSOS DE INCLUSÃO**

“Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça” Este provérbio africano é bastante pertinente para a abertura deste capítulo, já que dados da Organização Mundial de Saúde - OMS (2011) revelaram que 1 bilhão de pessoas em todo mundo tem algum tipo de deficiência, sendo que desse total 150 milhões são crianças e 80% residem em países em desenvolvimento. Os dados revelam ainda que ter alguma deficiência aumenta o custo de vida em cerca de um terço da renda, em média. E ainda, meninas e mulheres com algum tipo de deficiência são mais propensas a se tornarem alvos de abusadores sexuais e tem menores chances de obterem ajuda de órgãos médicos e entidades jurídicas; 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola.

Pode ser cedo para dizer que, a partir desses dados, encontramos dois problemas internalizados em um: a falta de inclusão social e a inclusão social em si. Respectivamente, no primeiro observamos que a falta da inclusão leva à invisibilidade das necessidades básicas de 1 bilhão de habitantes deste planeta. Ruas não foram pensadas para as pessoas com deficiência visual, escolas não foram pensadas para as pessoas com deficiência mental, veículos não foram pensados para pessoas com deficiência motora.

Então, vem a “inclusão social”, de forma prepotente, se posicionar como solução a essas questões socialmente valorativas, mas que resulta em um mundo um terço mais caro, para que essas pessoas tentem viver de forma adaptada, que foi e é construído para os “normais” e pelos “normais”. E aqui, sem contar o surpreendente dado de que 80% dessas pessoas vivem em

países em desenvolvimento, mas essa informação por mais relevante que seja não será posta em discussão aqui. O levantamento ainda informa que meninas e mulheres com deficiência têm maiores chances de se tornarem alvos de abusadores, ou seja, dentro do grupo socialmente valorativo, elas fazem parte de dois grupos inferiorizados: mulheres e pessoas com deficiência.

O que vemos é claramente a redução de valor desses seres humanos em relação aos demais e que só acontece por meio de guerras simbólicas, já discutidas no capítulo anterior.

Ou seja, o que claramente queremos dizer é que a inclusão social é uma forma de acalmar os ânimos do grupo dominado, mas, na verdade, está longe de ser a melhor solução para que 1 bilhão de pessoas sejam reconhecidos apenas como diferentes, não como pessoas de menor valor. Mas, obviamente, não podemos culpá-las, pois se não fosse pelas discussões propostas pela inclusão social, possivelmente não estaríamos fazendo essa reflexão, uma vez que através dela que passamos a enxergar as pessoas com deficiência como “pessoas” com direitos.

Conforme informado no capítulo segundo, será necessário um aprofundamento no que diz respeito ao universo das pessoas com deficiência para melhor entendimento de nosso objeto de estudo, bem como as palavras e os discursos que cercam este grupo.

Temos, em Silva (1987), todo um percurso no histórico deste grupo desde a Pré-História à contemporaneidade, pois, para ele, o levantamento histórico se faz relevante na medida em que ilumina aspectos obscuros de como vivemos no presente e como chegamos até aqui. A obra do autor se divide em duas partes, sendo que a primeira delas, abarca Pré- História, História Antiga (Hebreus, Gregos e Romanos), Império Bizantino, Idade Média, História Moderna, Contemporânea e o ano de 1981 - que foi reconhecido internacionalmente como ano das pessoas com deficiência e que também já abordamos em capítulos anteriores-. Já na parte dois do livro, o autor trata da marginalização das pessoas com deficiência e das políticas de inclusão social.

O autor levou 11 anos para concluir o trabalho que é riquíssimo em detalhes, com informações baseadas em obras médicas do passado. Portanto, não será justo tentar resumi-lo aqui, mas trataremos alguns pontos levantados por ele nas linhas a seguir.

Já trabalhamos nos capítulos anteriores a questão da memória e dos discursos. E por isso, neste momento, é possível compreender que o preconceito contra as pessoas com deficiência, como já visto no capítulo segundo, é fruto também dos estatutos dos implícitos, no qual a questão da memória e produção discursiva do sentido diz que cada termo não precisa ser a todo tempo explicado ao ser dito, pois se considera que os sintagmas já estejam memorizados e a explicação controlada por essa memorização repousa sobre um consenso. Ou seja, isso

significa dizer que o preconceito que acontece hoje, embora não faça certo sentido faz parte de culturas e memorizações discursivas herdadas do passado.

Com isso dito, poderíamos pressupor que os antigos eram bastante cruéis com as pessoas com deficiência. No entanto, Silva (1987) apresenta algumas controvérsias a respeito do assunto. Para ele, é impossível generalizar essa afirmação, pois isso dependia de cada cultura e de cada época da História.

Obviamente, sabe-se que não existem muitos relatos realmente concretos a respeito das pessoas com deficiência nesta época, no entanto, alguns indícios serviram para que o autor pudesse reunir as informações a respeito do assunto.

Quando pensamos em deficiências, imediatamente imaginamos deformações congênitas, mentais, cegueira ou mudez, mas raramente vêm às nossas mentes a possibilidade de nos tornarmos uma pessoa com deficiência ou o que a deficiência adquirida significava para nossos antepassados.

Nos primórdios da Humanidade, por exemplo, segundo estudos antropológicos especializados em pesquisar fósseis de esqueletos pré-históricos, as amputações, a artrite e a hanseníase eram males que já acometiam os primeiros habitantes da Terra e, com isso, eles já se tornavam um certo problema para o grupo. Interessante notar que muitas destas doenças foram superadas, mas novas pessoas são colocadas dia após dia dentro deste grupo de pessoas.

Ao começar a tratar do assunto, Silva (1987) destaca o *homem de neanderthal*, que viveu há mais de 70.000 anos e os *cro-magnon* que viveram há mais de 30.000. Sendo que, no primeiro grupo, existiam registros fósseis de certas deficiências, mas não há muitas informações sobre eles, porém, os homens do segundo grupo deixaram alguns registros curiosos, bastante efetivos a respeito do tema, como, por exemplo, contornos de muitas mãos no interior de suas cavernas com dedos visivelmente em falta. Esses homens eram dados à caça como requisito básico de sobrevivência; assim, é possível deduzir que muitas dessas perdas estavam ligadas às atividades fundamentais para o grupo.

O homem da Era Paleolítica e Mesolítica praticamente não plantava e não dispunha de animais domesticados [...] Dessa forma, é muito difícil imaginarmos como um homem ou uma mulher poderiam sobreviver naquelas remotas eras com uma deficiência física muito limitadora [...] foi exatamente o homem neolítico que conseguiu tornar a caça muito mais racional [...] e com o surgimento da consciência social, o homem começou a atuar diferentemente. Já havia a linguagem falada em plena evolução e mais, a ideia de um ser superior - ou seres superiores - ainda de caráter punitivo e severo, o que talvez tenha levado o homem primitivo a melhor considerar as pessoas adoentadas, as acidentadas em atividades de caça e pesca, as vitimadas por ciladas ou agressões de grupos rivais. Provavelmente dessas não registradas épocas da vida do homem sobre a Terra foram surgindo os primeiros passos para uma medicina não só de medicamentos provenientes de plantas, frutos e alguns minerais, mas também as primeiras tentativas cirúrgicas mais sérias. Dedos das

mãos amputados, não se sabe por que causas, já haviam surgido por milhares de anos em desenhos das cavernas habitadas (SILVA, 1987, p.16-17).

Para esse autor, o primeiro auxílio medicinal está mais vinculado ao tipo traumático, pois deficiências estavam ainda bastante vinculadas aos maus espíritos e castigos. No decorrer do livro, o autor vai trazendo diferentes evidências a respeito da relação dos nossos antepassados com as pessoas com deficiência, juntamente com os idosos e doentes. A grande questão é que em algumas culturas esse grupo de pessoas era hostilizado e descuidado e em outros tinham lugar de destaque, como é o caso da tribo Aona, no Quênia. Para eles, os cegos têm ligação com o sobrenatural e, por isso, sempre participam das pescarias primitivas devido a incrível capacidade de identificar os locais exatos onde estão os peixes. É curioso observar que independente de nossas crenças é sabido que as pessoas com deficiência visual costumam ter maior habilidade auditiva. Mas cabe a determinadas culturas valorizar isso e a outras nem tanto.

Outro exemplo citado pelo autor neste sentido é o caso dos anões na cultura egípcia, especialmente os chamados Dang, pois eram considerados excelentes dançarinos e bastante requisitados no ofício, conforme indica afrescos e papiros do período. Na cultura egípcia, também existiram dois importantes faraós que eram deficientes visuais.

Porém, a medicina do Egito que era bastante avançada, em geral, oferecia a maior parte de recursos e tratamentos para pessoas com deficiência das classes mais altas, ficando as demais sem contar com apoio necessário. Para o autor, a forma de lidar com esse grupo de pessoas não está necessariamente ligada com a evolução ou não de uma cultura, porém, mais ligado às questões de sobrevivência. Pois, em grupos nômades, a situação de abandono é maior. É o caso dos índios Chiricoa, da Colômbia, que mudam de tempos em tempos conforme necessidade. Assim, a cada mudança abandonam os idosos ou pessoas com alguma “incapacidade” derivada de doença ou mutilação. Os índios ajores do Paraguai enterram vivos os bebês nascidos com deficiência e também seus anciãos. Porém, nem sempre o motivo está vinculado a indícios de nomadismo.

Outro caso de descaso com esse grupo de pessoas acontece em Bali, na Indonésia onde há um impedimento em relacionamento amoroso com pessoas com deficiência, albinos, ou pessoas com características muito diferentes.

A grande questão que trazemos aqui é que, na História, podemos observar como se formam as memórias, as culturas. E para percebermos que é de nossos antepassados que herdamos costumes que, muitas vezes, não são refutados ou nem mesmo questionados.

O que vemos é que, em algumas culturas, havia valorização dessas pessoas enquanto que em outras o desprezo, dependendo de alguns fatores sociais. No entanto, na maioria dos casos, as pessoas com deficiência são tratadas de forma diferenciada e especial, ora como benção, ora como castigo.

Por isso, é importante fazer uma reflexão sobre a ausência de questionamentos da origem de certos paradigmas, que chega a nós como normal, naturalizado, certo e realidade. Como sabemos, parte da nossa herança cultural vem dos egípcios, gregos, romanos e hebreus. Muitas dos fenômenos que não podiam ser explicados naqueles períodos eram atribuídos a divindades e, sendo assim, muitas vezes não percebemos o quanto de superstições e elementos místicos regem nossas verdades e nossa noção de realidade, até mesmo aqueles que são ateus ou agnósticos são regidos por esses discursos do passado sem refutá-los.

Um outro exemplo, que podemos citar aqui e trazido por Silva (1987) é o caso dos hebreus, em que as pessoas com deficiência não estavam autorizadas a exercer o sacerdócio. Muitas vezes, essa passagem no livro bíblico de Levíticos foi e é interpretada de forma equivocada, ligando esse grupo de pessoas a algum tipo de pecado. Silva (1987) não detalha muito sobre essas questões e se limita a apresentar o fato histórico. Um leitor qualquer, ao observar este trecho do livro do autor, poderia concluir que os hebreus contribuíram fortemente para o preconceito ou exclusão social apenas, verificando o fato histórico sem se dar o trabalho de questionar o contexto em que ele aconteceu. Mas usarei este exemplo como mais uma forma de explicar a ideia que estou apresentando neste tópico em que, muitas vezes, esses discursos chegam para nós de forma naturalizada na contemporaneidade e não nos damos ao trabalho de investigar por que certas coisas são como são.

Tendo em vista que a história hebraica, seus costumes e sua moral muito influenciou o mundo, devido aos registros bíblicos, é bastante triste que haja interpretações tão incoerentes e que sejam usadas como forma de manipular e naturalizar certos preconceitos através das ideias dos grupos dominadores. Pois na medida em que o povo hebraico repassava aos mais jovens seus costumes, parecia correto que uma pessoa com deficiência não exercesse aquele ofício, por algum motivo, que neste momento chamaremos de motivo X, mas essa prática retirada de seu contexto original não faz nenhum sentido.

Os hebreus também viveram entre os romanos e por isso influenciaram o modo ocidental de enxergar o mundo por meio da religião e de costumes culturais. Deste modo, pode ser e reiteramos, pode ser, que essa passagem bíblica descontextualizada pode ter colaborado com este estigma da incapacidade que tanto marca a vida das pessoas com deficiência. Em entrevista

com o teólogo Edson Duque<sup>5</sup>, temos um esclarecimento a respeito do assunto, pois os cinco primeiros livros da Bíblia são chamados de “Pentateuco”, um código de moral e conduta que podem ser divididos em 4 categorias: aspecto civil, aspecto sanitário, aspecto cerimonial e aspecto moral.

Olhamos para estes livros e essas normas hoje sem entender o quão avançado eles eram para aquela época. Duque afirma que uma preocupação de Moisés – considerado pelos religiosos, um profeta orientado por Deus e líder hebraico - era manter aquele povo vivo em meio a condições tão adversas. E, por isso, existiam normas tão específicas a respeito de cada situação.

Um exemplo é em relação às coisas que parecem simples como “defecar”, pois os hebreus que, naquele momento viviam no deserto, precisaram ser orientados por Moisés também neste sentido. De acordo com o teólogo Duque, supondo que naquele período ainda não existisse a noção de bactérias, já que os primeiros registros sobre o tema surgiram a partir do século 16, o líder hebraico precisou encontrar uma forma de explicar essa e várias outras questões de forma compreensível naquele contexto.

Supondo, então, que tenha sido impossível se falar de microrganismos presentes nas fezes, uma vez que a ciência ainda não estava suficientemente avançada. Então, o profeta, considerado por religiosos, iluminado por Deus, para tratar determinadas temáticas encontrou uma forma de proteger o povo hebreu, dizendo que não queria impureza no meio do acampamento e que, para defecar, seria necessário perfurar um buraco e depois tapá-lo.

De igual modo, quando explicou a respeito da atividade sacerdotal. Era uma função que exigia uma condição física específica, portanto, Moisés disse que o cargo estava vetado às pessoas com algum tipo de deficiência. Duque afirma que longe do contexto pode parecer uma colocação bastante preconceituosa, mas, na verdade, esse “motivo x” pode ser explicado pela alta demanda do cargo, com extenuante trabalho físico e mental, que exigia condições físicas bastante específicas. Além disso, essas pessoas foram vetadas da encenação, mas eram convidadas a sentar-se à mesa e participar de toda celebração. É como se não estivessem onerados, porém, beneficiados.

No entanto, esse trecho descontextualizado têm trazido profundos prejuízos para esta parcela da sociedade. Pois, para o teólogo, historicamente falando, Jesus Cristo era bastante

---

<sup>5</sup> Edson Duque é Mestre em Ciências da Religião, Bacharel em Teologia. Pastor na Igreja Presbiteriana de Leme. A entrevista com o teólogo foi concedida via Skype no dia 17 de Maio de 2018.

dado às questões da inclusão, como, no caso das mulheres e crianças, por exemplo, que naquela época não tinham nenhum valor, mas foram bastantes valorizadas por Ele. Ou seja, usar argumentos bíblicos, religiosos, culturais e toda sorte de confusões em uma guerra simbólica para tornar um grupo inferior tem ocorrido, ao longo de toda a história, e utilizado todo tipos de armas. Até porque se continuarmos a leitura bíblica em Levíticos, encontraremos o próprio Moisés dando uma recomendação bastante específica sobre esse assunto: "Não amaldiçoarás o surdo, nem porás tropeços diante do cego, mas temerás o Senhor teu Deus, porque eu sou o Senhor" (Lev. 19:14).

O que quero dizer com tudo isso é que é preciso questionar certas naturalizações. Não importa o quão culturalmente ela esteja arraigada ou qual seja sua origem. Se para um povo os cegos são bons pescadores, para os nômades se torna um peso. Não podemos basear o preconceito em discursos de histórias de antepassados que ainda estavam tão apavorados diante dos fenômenos naturais, que criavam normas específicas para as situações em que enfrentavam. E com estes exemplos, queremos mostrar que a palavra recebe uma carga significativa a cada momento de seu uso. É um produto ideológico de uma posição social e histórica, marcada por valores de uma época.

Do passado é necessário sim extrair discursos, mas é fundamental considerar sempre o contexto e os motivos pelos quais as práticas sociais aconteciam. Pois essa questão do sacerdócio, por exemplo, na Idade Média teve um grande peso na igreja católica, no sentido de compreender que um corpo “deformado” abrigava uma mente “deformada” e essas pessoas foram consideradas verdadeiros vexames naturais (SILVA 1987, p. 154).

“A medicina contida nos Evangelhos aceitava basicamente três tipos de causas para limitações e deficiências que afligiam os homens: o castigo pelos pecados, a interferência dos maus espíritos e as forças más da natureza” (SILVA, 1987, p. 55).

Essas correntes religiosas e suas leituras do mundo ainda encharcam a nossa sociedade contemporânea, tecnológica e científica. Discursos dos antepassados e os “pecados” que viam nas pessoas com deficiência ainda invadem e formam nossa percepção a respeito desse grupo de pessoas.

Há, bem no fundo, um sentimento velado de rejeição contra tudo o que é diferente, que é "defeituoso" e que causa certo mal-estar. Rejeita-se, afasta-se do convívio de um lado, mas procura-se também, de outro, manter algumas organizações que se dedicam ao problema sob pretextos os mais variados. Alguns trabalham e lutam pela causa das crianças carentes e portadoras de deficiências porque têm um parente com deficiência; outros o fazem devido a uma formação profissional; outros envolvem-se para recuperar investimentos financeiros em pequenos centros de finalidade lucrativa. E, embora em número reduzido, encontraremos também aqueles que se dedicam ao trabalho com pessoas deficientes devido a um posicionamento pessoal sério e muito

bem pensado. Precisamos, todavia, ceder à evidência e reconhecer que faltam requisitos básicos para o desenvolvimento seguro de programas mais significativos do que aqueles que nossa sociedade tem mantido. Dentre esses requisitos inexistentes destacamos o seguinte: não há entre nós uniformidade e solidez de conhecimentos quanto à seriedade da situação, mesmo entre algumas pessoas mais envolvidas (SILVA, 1987, p. 10).

O que o autor destaca é que estamos bastante distantes de um mundo justo para as pessoas com deficiência e também bem antiquado para mais de um bilhão de habitantes da Terra e, assim como nós, o autor também acredita que programas de inclusão social são apenas paliativos diante de um problema muito maior.

Extraímos apenas um pequeno trecho da obra de Silva (1987) sobre a formação da percepção das pessoas com deficiência em determinadas culturas. Mas não entraremos, por exemplo, em detalhes sobre Grécia, Roma, Império Bizantino, Cristianismo ou a Idade Média – este último período criou um sentido vexatório para as pessoas com deficiência - para não estendermos neste assunto e para não pecarmos em um resumo injusto em relação à obra.

Saltaremos até mesmo as páginas que o livro se dedica exclusivamente a falar das pessoas com deficiência nos primórdios do Brasil para os trechos em que Silva (1987) aborda o Século XX e os caminhos de reabilitação do mundo, bem como o ano de 1981, por ser mais inerente à nossa proposta que é oferecer um panorama geral da vida das pessoas com deficiência e seu percurso histórico, para compreendermos como chegamos até aqui.

Para Silva (1987), em grande parte da História, as pessoas com deficiência eram um problema para suas respectivas famílias. Mas o cenário mundial só começou a mudar neste sentido, a partir do século XX, devido às grandes duas guerras, que deixou milhões de feridos, órfãos e doentes. Isso levou a criação de programas internacionais de assistencialismo na busca de reintegrá-los à uma vida com dignidade e dentro da “normalidade” prevista. Dentro deste contexto, começou a surgir também programas especiais para crianças com algum tipo de deficiência tanto na área médica como na área educacional, para que pudessem chegar à vida adulta, podendo prover sua própria subsistência e decorrente destes processos passaram a surgir profissões específicas para atender este público. Outro fator que contribuiu para essa nova configuração foi a ascensão do pensamento humanista-filosófico, além de um novo pensamento a respeito do bem-estar público como vacinas na busca de extinção de epidemias e promoção social. A ideia do bem-estar de todos foi se globalizando, além disso, o mundo comercial e industrial colaborou com esses processos. O pós-guerra foi um período de grande desenvolvimento neste sentido.

Por isso, a partir de 1902 já existiam instituições voltadas para pessoas com deficiência. O movimento que era mais forte nos EUA também começou a ganhar força na Europa, de

acordo com Silva. E, em 1904, ocorreu a Primeira Conferência sobre “crianças inválidas”, na Inglaterra. Nos EUA, neste mesmo ano ocorreu o primeiro Congresso das Pessoas Surdas.

O desenvolvimento de atividades coordenadas que chegariam a ser genericamente reconhecidas como "reabilitação" (e não apenas um nome de centro, como o de Cleveland à época de sua fundação...), aconteceu lentamente e sua implantação foi um tanto indecisa, quase que consequente à impotência dos médicos face à multiplicidade de problemas que afetavam diretamente as pessoas mutiladas ou portadoras de outros tipos de deficiências. E isso ocorreu logo após a Primeira Guerra Mundial. Já fazendo parte de um programa de assistência ampla a pessoas deficientes e que logo se transformaria num esquema de reabilitação, o primeiro Estado norte-americano a fazer uma provisão específica para tal fim foi o Estado de Minnesota que em 1897 já havia feito uma dotação para assistência a "crianças defeituosas" e com necessidade de tratamento médico. Mas as primeiras organizações norte-americanas a estudar o problema geral das pessoas com deficiências e desse ponto partir para programas destinados à melhoria de sua condição física e social foram a Fundação Russel Sage e o Bureau do Deficiente da Sociedade Organização de Caridade, da cidade de New York, no ano de 1908 (...). Após o ano de 1918, apesar de todas as dificuldades econômicas e sociais causadas pela guerra que assolara o mundo, com o volume de pessoas mutiladas, acidentadas, deslocadas ou refugiadas bem à mostra, os países mais evoluídos aumentaram substancialmente seus esforços para a sua ajuda, não só na área militar mas também na civil. Impulso dos mais significativos foi dado à reabilitação de pessoas deficientes (SILVA, 1987, p. 213).

O autor ainda destaca que além disso, por constantes envolvimento com a guerra, Inglaterra e Estados Unidos precisaram criar centros de coordenação na reabilitação dessas pessoas tais como a “Comissão Central da Grã-Bretanha para o Cuidado do Deficiente” e a “*Red Cross Institute for the Crippled and Disabled Men*”, respectivamente. De modo, que soldados mutilados em guerra, por exemplo, podiam buscar esses centros para fazer valer o direito de um curso profissionalizante a fim de garantir subsistência, além do recebimento de todo aparato gratuito, tais como cadeiras de rodas gratuitas, aparelhos ortopédicos, dentre outros. Leis também começaram a surgir para criar cargos à viúvas de militares de guerra. Nesta época também foi criada a “*Easter Seal Society*”, entidade de grande relevância e que atua até hoje. “Uma centena de leis que reconheciam os direitos e favoreciam às crianças portadoras de deficiências surgiu em diversos países, e de um modo todo especial nos EUA durante os primeiros trinta anos deste século” (SILVA, 1987, p. 216).

Vale destacar que a maior parte dos programas, de acordo com o autor, era voltado para programas médicos e educacionais, além de efetivarem projetos que visassem maior participação na vida comunitária. No entanto, nos anos 30 houve grande retrocesso para Pessoas com deficiência devido a recessão econômica que assolou o país até ganhar atenção novamente depois da Segunda Guerra Mundial.

A mais antiga dessas sociedades internacionais surgiu na Escandinávia, no início do século. Foi a Sociedade Escandinava de Ajuda a Deficientes congregando entidades que atendiam pessoas deficientes na Suécia, Noruega e Dinamarca, desde o século XIX. A sociedade internacional que hoje é conhecida mundialmente como a

Rehabilitation International surgiu como uma das primeiras e mais importantes organizações voluntárias interessadas no ângulo internacional do problema, com o objetivo principal de manter contato com o progresso mundial na ajuda a pessoas deficientes. Ela foi fundada em 1922 com o nome inicial de Sociedade Internacional para a Criança Deficiente, graças a alguns interessados pertencentes ao Rotary International que, ao observar movimentos semelhantes aos que eram organizados nos EUA para crianças deficientes, compararam-nos a outros movimentos em outras partes do mundo. “No entanto, um passo decisivo para um maior envolvimento da ONU [...] ocorreu em 1946 quando adotou [...] um programa de consultoria em diversas áreas do bem-estar social, nele incluindo a reabilitação das pessoas deficientes” (SILVA, 1987, p. 219-220).

E foi por meio dessa internacionalização que chegamos ao ano de 1981, o qual já nos referimos a ele, em outros momentos deste trabalho. Pois foi através desse processo global de programas voltados para este grupo específico e envolvendo dezenas de países, que a humanidade foi caminhando para este evento que ganhou atenção mundial. Foi nesse cenário que entidades como Organização Mundial de Saúde, UNICEF, Rotary, e outras começaram a destacar a importância de trabalhos voltados para este grupo social, pois “os esforços internacionais dirigidos para esse objetivo acabaram sendo muito pouco eficazes devido à sua falta de coordenação - na verdade não havia um plano mundial para dar cobertura a toda a magnitude de dificuldades” (UNESCO 1981, p. 2)

Em 1975, a ONU já havia aprovado o direito das pessoas com deficiência e, no ano seguinte, declarado 1981 como o “Ano Internacional para as Pessoas Deficientes”, isto é, pedindo mais visibilidade e maior engajamento dos países a resolver situações que envolviam esta parcela da sociedade, além de criar planos de ações voltadas ao grupo, sendo também o início de um esforço em conjunto e mundial neste sentido. E uma das principais vitórias das Pessoas com Deficiência neste contexto foi de obter os mesmos direitos de cidadania com participação plena em todas as atividades sociais. Ainda, segundo o autor, no Brasil, por exemplo, um grupo de pessoas traduziu os relatórios e resoluções da ONU e discutiram em São Paulo medidas que pudessem ser implementadas, por meio desses documentos, buscando criações de comissões e desenvolvendo outros trabalhos.

Acreditamos que essa breve contextualização que acabamos de fazer utilizando como base a obra do pesquisador Otto Silva nos permite compreender como chegamos até aqui. Ou seja, como os discursos foram sendo alterados, por meio das memórias consensuais e novas leis foram sendo criadas exigindo novas e cada vez mais outras palavras ou ainda alterando o sentido daquelas que já existiam. Pois são as palavras que dão vida e morte as ideias. Além desde capítulo, a perspectiva bakhtiniana entre infraestrutura e superestrutura - que já vimos neste trabalho - também nos ajuda a compreender o percurso criado por Silva no contexto desses

processos, já que para Bakhtin (1979) a classe dominante tenta impor-se buscando traçar uma visão única de mundo, na qual aqueles que dominam os meios de produção, isto é, os “donos” da infraestrutura, imediatamente se transformam nos “donos” do discurso. E as palavras também os servem e se prestam a isso. As palavras são sempre alheias até que chegue a cada um de nós e se transforme em palavra própria.

Sendo assim, nesse capítulo o objetivo era entrar no assunto com mais especificidade para conseguir explicar a metodologia que iremos aplicar neste trabalho, a fim de compreender melhor as questões das Não-Palavras justapostas dentro do contexto escolhido, que são pessoas com deficiência.

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO

### 5.1 Sobre este trabalho e princípios de análises

Não somos todos iguais, ao contrário do que tentam nos convencer. Somos todos diferentes e ao mesmo tempo semelhantes e, por isso, temos a capacidade de reconhecer no outro aquilo que também sentimos, fazendo desse reconhecimento o fio que nos liga. A diferença-semelhante nos une, a igualdade nos anula.

Por mais que durante este trabalho tenhamos tratado as pessoas com deficiência como um grupo, não concordamos com essa divisão e a utilizamos, porque sabemos que o mundo e todo universo literário nos categoriza de alguma forma, como: normais x anormais, brancos x negros, mulheres x homens, etc. Pois acreditamos que essa categorização tão sistemática e absoluta pode contribuir com a criação de diferenças superiores e diferenças inferiores. Mas isso é uma opinião pessoal que não interfere diretamente nesta pesquisa, tanto que tratamos o tempo todo como grupo de pessoas com deficiência.

Entendemos que cada ser traz sua unicidade, mas embora seja único não carrega em si mesmo a capacidade *una* e como já discutimos no capítulo segundo, bem como em Kaspar Hauser, entendemos que todo ser único é povoado de outras vozes, mas entrega ao mundo seu olhar singular e seu ponto de vista único a partir de tudo aquilo que interage. Vimos também o papel da memória quando traz para o presente, sentidos do passado que são constantemente parafraseados por meio de pontos de vista únicos e simultaneamente consensuais.

Já vimos ainda que para Bakhtin (2010) não existe verdadeiro sentido. Isto é, a noção de verdade universal e tida como natural, chamada de *Istina* em contraposição com a verdade temporária, sempre em construção, chamada de *Pravda*. “A inclusão responsável na singularidade única reconhecida do ser-evento é o que constitui a verdade” (Bakhtin, 2010, p. 95). A verdade em uma relação pode ser outra verdade, em outra relação.

Tudo está ligado ao dialogismo. Inclusive acabamos de apresentar um exemplo desse pensamento no capítulo anterior, uma vez que em algumas partes da História, povos valorizaram e se beneficiaram dessas diferenças únicas das pessoas com deficiência, enquanto outros nem tanto. Por isso, levando em consideração a memória consensual parafraseada podemos perceber que, se as pessoas com deficiência estão nesse ponto da história na sociedade atual, possivelmente o motivo seja que a grande maioria dos nossos antepassados optaram por

desvalorizar essa diferença. Poderíamos inclusive dizer que guerreamos simbolicamente contra eles ao custo de suas vidas, sua dignidade e liberdade. Pois já compreendemos também que é o colonizador que sempre narra a história e os discursos ideológicos estão sempre impregnados de suas versões.

E aqui, em relação as pessoas com deficiência na contemporaneidade, nos caberia reproduzir a mesma pergunta que permeia a obra de Geraldi (2015): com que palavras se farão esses novos atos? Uma vez que os sentidos são sempre produtos dos sujeitos carregados de interpretante e suas histórias. É preciso que elas surjam das vozes outras.

E assim podemos acrescentar outras perguntas: haverá liberdade para eles na história futura? Uma pessoa com deficiência poderá desfrutar da plenitude de ser apenas única? Onde sua diferença não seja menor ou maior que a minha, a sua ou as nossas? Sem aparatos, arranjos ou justificativas?

Acreditamos que olhar o passado é uma forma de iluminar o futuro, então, buscamos um caminho metodológico que também pudesse mover-se na mesma direção em que temos trabalhado até aqui.

Por isso ainda sob a perspectiva de Bakhtin (1997) temos no autor o cotejo como percurso metodológico.

O cotejo que é uma forma de investigar e relacionar possíveis semelhanças e diferenças de uma determinada realidade nos ajuda na constituição desse trabalho. O cotejo bakhtiniano faz exatamente a compreensão de um texto com outros textos, pois, desde o início desta dissertação, partimos do pressuposto que em todo tempo, onde colocamos dois autores se margeando já estamos realizando um exercício de cotejo e não apenas deles, mas também minha enquanto autora, pois, de algum modo, estou dando vida a tantos autores com minhas próprias palavras, trazendo a expressão deles para dentro de mim e logo depois devolvendo em escrita e novos pensamentos em um processo “eu-outro” a partir também da perspectiva das pessoas com deficiência e da leitura que faço do universo deles, a qual de forma identitária não participo.

E, por isso mesmo, me propus, neste trabalho, a fazer um cotejamento também, neste sentido, investigando e catalogando as leis federais do Brasil (ver apêndice), que citassem de algum modo este grupo de pessoas, (não apenas dentro do *Estatuto das Pessoas com Deficiência*), a fim de buscar dentro delas as mudanças nas vozes das leis. Após a realização deste levantamento, que durou cerca de 3 meses entre coleta e análises, escolhemos um só termo dentre tantos que surgiram, porque sabíamos que novas leis, muitas vezes, exigem novas palavras. E, a partir da escolha deste único termo, acompanhamos seu trajeto e observamos as

mudanças que essas vozes foram trazendo e alterando o universo de todos. Ou seja, as lutas do grupo chamado de pessoas com deficiência também causaram importantes alargamentos na realidade dos considerados “normais” e isso só pôde ocorrer por meio do dialogismo que tanto temos falado aqui utilizando o pensamento bakhtiniano.

Neste levantamento, demos mais atenção ao século XX, pois foi neste período que as grandes mudanças aconteceram como observamos no capítulo anterior - onde palavras precisaram nascer a partir de demandas que antes não existiam. Como essas lutas simbólicas foram necessárias para que essas palavras emergissem e acudissem essas pessoas, como por exemplo, a expressão “Terapia Ocupacional<sup>6</sup>”, pois, até antes da guerra, ninguém esperava se deparar com cenários que demandassem novas palavras, novas possibilidades ou novas carreiras. Mais sobre essa profissão poderá ser visto na nota de rodapé.

A ideia foi, portanto, fazer um levantamento das leis voltadas para o grupo de pessoas com deficiência em diferentes períodos e entender um pouco de seus contextos e, posteriormente escolher um único termo para acompanhá-lo de forma ainda mais estreita.

A seguir, veremos uma tabela com leis voltadas excepcionalmente para o grupo de pessoas com deficiência - contendo parte do levantamento que fizemos em março, abril e maio de 2018 - fruto também de guerras simbólicas que ocorreram entre esses sujeitos dominantes e dominados e, depois disso, pontuaremos com algumas observações essas tabelas aqui postas e no capítulo seis, iremos desdobrar nossa análise sobre o termo escolhido: “acessibilidade”.

## **5.2 Mapa visual e levantamento de Leis brasileiras**

Antes de partirmos para uma análise mais aprofundada da tabela contendo o levantamento feito, é importante entender que são nas leis também que poderemos encontrar palavras novas que surgem com as novas necessidades, tais como inclusão, acessibilidade e empoderamento, por exemplo, ou ainda terapia ocupacional e cidadania.

Embora estejamos tratando nesse capítulo, mais especificamente, sobre novas palavras, vale compreender também que, muitas vezes, quando abordamos lei e a Constituição Federal, nem sempre uma palavra é necessariamente alterada, mas o seu sentido é alargado. Ou seja, é

---

<sup>6</sup> De acordo com informações disponibilizadas pelo COFFITO (Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional e também pelo Creffito (Conselho Regional da 9ª Região), em 1915, foi criada a primeira escola para lecionar os estudos da Terapia Ocupacional, em Chicago, nos Estados Unidos, data que coincide também com o período da Primeira Guerra Mundial, baseada possivelmente na terapia utilizada por um médico francês, chamado Philippe Pinel, em 1786, que teria iniciado, despretensiosamente, uma reforma, em asilos para pessoas com deficiência mentais, prescrevendo exercícios físicos e ocupações manuais.

o que estamos chamando também aqui (além de tudo o que já foi discutido), em certo sentido, de não palavras.

Para exemplificar será necessário, afastar-se por um breve momento aqui das leis referentes a pessoas com deficiência e das nossas análises específicas voltadas a estas tabelas, a fim de compreender com mais espessura essa questão, temos o exemplo da Resolução 175 de 14 de maio de 2013, conhecida também como regulamentação da união homoafetiva, pois até então, os pedidos podiam ser negados baseados na legislação que garantia o casamento apenas a casais constituídos por um homem e uma mulher.

O que ocorreu na verdade foi que o Supremo Tribunal Federal balizou o conceito jurídico de casal e de família e ao alargar os sentidos desses termos entendeu que família não se dava por consanguinidade, mas também por afetividade. É como se o STF tivesse reinterpretado alguns artigos da Constituição Federal, como o 1.723 do Código Civil da Lei 1.0406, de 10 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002) à luz de novos sentidos. Ou seja, removendo da união homoafetiva o peso inconstitucional que ela tinha, muito embora a Constituição em si não tenha sido alterada. Portanto, se abirmos o artigo 1.723 ainda encontraremos os termos: homem, mulher e família. No entanto, a Resolução 175, de 14 de maio de 2013 (BRASIL, 2013) traz uma nova releitura a ela, se ancorando no artigo 3º da Constituição, que trata sobre a promoção do bem de todos, independentemente de origem, raça, sexo, cor, idade sem quaisquer tipos de discriminação.

Temos, portanto, aqui uma ilustração da discussão das Não-Palavras, pois vimos a necessidade de se alargar o sentido do termo “família”, por exemplo para caber mais tipos de famílias dentro dela. Categorias que antes não existiam, tais como casais formados somente por mulheres e com filhos adotivos ou biológico de uma mãe; formado por homens e com filhos adotivos ou biológicos sendo gestado por uma terceira pessoa. São situações que não existiam antes e com o tempo se tornaram cada vez mais comuns, mas ainda assim até 2013 não tinham seus direitos garantidos como herança, divórcio, dentre outros.

Não temos a pretensão de dizer aqui que a falta de reconhecimento desses direitos era responsabilidade apenas das palavras, ou ainda, das “Não-Palavras”, pois nessa situação existiam e ainda existem problemas de diversas naturezas e até mesmo de hermenêutica, discursos, legislação, dentre outros. O que pretendo é utilizar este mesmo caso para lançar sobre ele a perspectiva da problemática das não-palavras.

O termo “cidadania” também passou por este alargamento. De acordo com Melo (2014), na Antiguidade Clássica essa palavra na Grécia era mais usada com sentido de

nacionalidade, naturalidade, ou seja, um tipo de direito garantido a pessoas que moravam na cidade e participavam de seus negócios. Na Idade Média, a religiosidade domou o pensamento da época e a ideia de cidadania perdeu sua força. No Iluminismo, a ideia de cidadania - refletindo os ideais de igualdade e liberdade-, teve sua a ideologia alargada e passou a ser vinculada a ideia de participação política, sociedade política e seus membros. Mas foi no pós-guerra que o termo sofreu forte dilatação e começou a estar mais ligado aos direitos humanos, em que além dos direitos políticos o Estado também tinha o dever de oferecer condições mínimas e direitos a todos na garantia da dignidade humana.

É interessante notar que em ambos os casos os termos garantidos em leis acabam sofrendo um inchaço para abarcar as transformações que a sociedade vem trazendo ao longo de sua evolução histórica, mas nem sempre esse fenômeno acontece, como temos visto ao longo deste trabalho, já que, muitas vezes, uma única palavra não é capaz de suportar o peso de tantas mudanças e exige novas, é o caso do *Bullying* que já discutimos anteriormente nesta pesquisa. O “feminicídio”, por exemplo, é um termo que surgiu na lei para dar conta de um tipo de crime que outras palavras, não podiam mais sustentar sozinhas, tamanha sua gravidade e sua frequência, além de estar imersa em novos discursos ideológicos do feminismo. Esta lei, por exemplo criou uma palavra outra. A lei do feminicídio de número 13.104, de 9 de março de 2015 (BRASIL, 2015) do Código Penal alterou o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (BRASIL, 1940). Ou seja, incluiu mais uma modalidade de homicídio qualificado, quando o crime fosse cometido por razão do sexo feminino. No parágrafo segundo, isso é explicado de forma mais detalhada destacando que o crime se encaixa nesta categoria, quando a motivação está ligada a violência doméstica ou familiar e também ao menosprezo e a discriminação da condição de ser mulher, consolidando, assim, o aumento de pena para o crime de feminicídio e o incluindo no rol dos crimes hediondos.

No caso da palavra “feminicídio”, temos um exemplo do dialogismo e dos jogos de forças sociais atuando da construção e reconstrução de novos termos, pois em 2017, uma proposta de sugestão popular (Sugestão nº 44, de 2017) conseguiu levantar 20 mil assinaturas para propor discussão ao senado por meio da ideia legislativa de nº 73.169 pedindo a extinção do termo “feminicídio e agravante para qualquer crime passional. A proposta afirmava que o termo poderia ferir o princípio de igualdade constitucional. Após consulta pública e tramitação a proposta foi encerrada e rejeitada por Comissão em decisão terminativa. É interessante observar as forças sógnicas atuantes neste caso, pois o *feminicídio*, ou seja, um termo novo utilizado para a tipificação de um crime só pôde nascer a partir de lutas e de discursos sociais

coletivos e ao mesmo tempo as 20 mil assinaturas para derrubar o termo também surgiram de iniciativa popular, mas acabou perdendo. Assim, como nas *forças centrípetas e centrífugas*<sup>7</sup> de Bakhtin (1979) [tratado na nota de rodapé] aqui podemos ver claramente essa luta, essas vozes, que ora emergem novos termos, ora os sufoca.

Tendo feita esta consideração podemos voltar para a questão das pessoas com deficiência e as palavras que não lhes vestem nas leis, assim como no caso dos homossexuais que acabamos de verificar.

Para uma maior compreensão de como desenvolvemos nossa metodologia é importante saber que:

1) As tabelas que apresento a seguir são APENAS PARTE do levantamento feito no primeiro semestre de 2018 e que teve como recorte TODAS (ver apêndice) as Leis e Decretos federais sobre pessoas com deficiência que tivessem sido publicadas entre 1948 a 2018 e que apresentassem em seus textos os seguinte vocábulos: **deficiência, pessoas com deficiência, inválidos, incapacitados, portadores de direitos especiais, pessoa deficiente, deficiente, pessoas portadora de deficiência, aleijados, defeituosos, cegos, surdos, mudos.** Os termos escolhidos para se fazer este recorte estão baseados na discussão que já fizemos anteriormente utilizando a obra de Sasaki (2003), agrupados nas categorias postas pelo autor e citadas neste trabalho na tabela denominada *terminologia*. Além delas, acrescentamos outras categorias complementares que consideramos relevantes.

2) Sendo assim, dentro deste grande grupo de leis, que levantamos em todos os códigos legislativos brasileiros e que nos rendeu 146 páginas tabeladas, optamos e vimos a necessidade de se fazer um segundo recorte nele mesmo realizando um levantamento agora apenas das leis que apresentassem os seguintes vocábulos “acessibilidade”, [e posteriormente acrescentamos “acessibilidade universal” e “desenho universal” que explicaremos e conceituaremos no próximo capítulo].

3) No entanto, enquanto fazíamos nossas análises percebemos que um recorte tão específico dentro de um grupo já recortado (que apenas tratava de pessoas com deficiência) poderia empobrecer o entendimento do sentido e do uso da palavra “acessibilidade”, especialmente porque percebemos também que ela havia sido acrescentada em inúmeras leis posteriormente a data da publicação original. Sendo assim, decidimos ampliar nossa busca pelo vocábulo “acessibilidade” dentro de todas as leis novamente, publicadas entre 1948 a 2018,

---

<sup>7</sup> Mesmo na relativa estabilidade da língua não significa que os gêneros sejam imutáveis, pois, a língua é tão viva e dinâmica quanto os próprios falantes. Nela atuam duas forças: uma que os estabilizam e os tornam homogêneos (*forças centrípetas*), e outra que os desestabilizam e os tornam heterogêneos (*forças centrífugas*).

permitindo que fossem além do universo das pessoas com deficiência para compreender se os sentidos das palavras eram usados de outra forma, ou não. Ou seja, se eram usados apenas no contexto das pessoas com deficiência ou também em outros contextos.

4) Deste modo, para ficar mais claro e por se tratar de um levantamento muito vasto, com quase 150 páginas, preferimos deixar o primeiro recorte que havíamos feito de forma completa, com explicação de contextos e usos dos termos no universo das pessoas com deficiência em um endereço virtual<sup>8</sup>, como gentileza a outros pesquisadores interessados em meu banco de dados. Todas as explicações sobre ele estão no apêndice deste trabalho. Sendo assim, mantive no capítulo 5 apenas as leis que se referiam à *acessibilidade, acessibilidade universal e desenho universal*.

5) A respeito do período escolhido pela pesquisa – 1948 até 2018 - justificamos por ser esta a data em que ocorreu a Declaração Universal de Direitos Humanos, definida após enormes prejuízos e relatos das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Além de ser um marco para a sociedade civil. Temos ainda dois motivos para usá-la como baliza nesta pesquisa, pois sabemos que a Declaração reúne princípios como igualdade, fraternidade e liberdade entre os homens, o que é fundamental para que as pessoas com deficiência também ocupem certo espaço neste novo cenário e também, porque como já vimos neste trabalho, foi no pós-guerra que combatentes feridos deram maior visibilidade a este grupo de pessoas.

6) A busca foi realizada principalmente dentro do *Vade Mecum*, publicação muito utilizada pelas ciências jurídicas que reúne a Constituição Federal, Código das Leis Trabalhistas, normas, publicações, portarias, dentro outros.

7) Como já dissemos foi feito uma busca por palavras, a fim de encontrar todas as leis que estivessem ligadas às pessoas com deficiência e não apenas o Estatuto da Pessoa com Deficiência, voltado exclusivamente para eles. Com o objetivo de compreender a partir de quais momentos eles foram sendo percebidos pela legislação brasileira, pois sabemos que as leis que regem um país é o reflexo do seu povo, já que é feita por ele e para ele. Sendo assim, muitas das leis postas aqui não estão diretamente ligadas a estas pessoas, mas catalogamos todas que fazem menção a elas.

8) Depois disso, buscamos contextualizar a motivação da menção sobre pessoas com deficiência nessas leis e mapeamos o vocábulo “ACESSIBILIDADE” dentro de cada uma dessas leis para perceber em quais momentos ele começa a surgir e entender todo processo histórico

---

<sup>8</sup> Banco de dados feito no primeiro semestre de 2018 especificamente para a metodologia desta pesquisa e gentilmente disponibilizada no endereço: <https://naopalavras.wixsite.com/catalogacao>

que foi se dando ao termo acessibilidade. Mais sobre esta parte poderá ser encontrada no apêndice deste trabalho, mas embora tenhamos deixado separado do texto, as impressões dessas análises foram utilizadas também para escrever os capítulos seguintes.

Dentre tantas palavras voltadas ao bem-estar das pessoas com deficiência poderíamos ter escolhido outras, mas detalharemos a respeito dessa escolha no capítulo seguinte. A princípio convém apenas ressaltar que o leitor mais atento deste trabalho poderia dizer que o termo *Inclusão* teria sido mais adequado, no entanto, já deixamos, anteriormente, nossa crítica a esta palavra e todos os sentidos que ela carrega e, por isso, o mapeamento foi feito considerando o termo *acessibilidade*.

Como já dissemos, posteriormente, vimos a necessidade de mapear também os termos *acessibilidade universal* e *desenho universal* que terá o motivo explicitado no subcapítulo seguinte.

Para deixar clara e resumida nossa metodologia, o que fizemos foi: basicamente, encontrar em Sasaki toda terminologia envolvendo as pessoas com deficiência. Em seguida, levantar todas as leis em que estes termos tivessem sido mencionados; dentro deste levantamento, analisamos cada uma das leis encontradas, para verificar seus contextos e também algum termo que fosse comum entre elas.

Ao verificar que “acessibilidade” se repetia com frequência, percebemos também que ela havia sido acrescentada em inúmeras leis posteriormente a data da publicação original. Esta observação nos fez debruçar sobre ela, a fim de compreender a motivação de uma palavra ter ficado tanto tempo ausente, apesar de sua relevância. Sendo assim, procuramos lei a lei por este vocábulo, visando compreender quais leis o traziam na publicação original e quais tiveram de ser alterados para incluí-lo. Como notamos que seria injusto com o termo “acessibilidade” vê-lo apenas dentro do universo da terminologia de Sasaki (2003), ampliamos nossa busca pela palavra dentro da legislação brasileira fazendo, então, um segundo recorte. E, neste momento, conseguimos compreender seu histórico, os sentidos que ganhava, seus contextos e também conseguimos pontuar os momentos em que compartilhava e evoluía sentidos com “acessibilidade universal” e “desenho universal”.

Tendo estes recortes entrecruzados criamos um volumoso banco de dados e, por isso, nesse capítulo, extraímos apenas o que julgamos necessário para sermos compreendidos e colocamos no apêndice A, dados sobre o levantamento. Abaixo temos, portanto, as tabelas e legendas que surgiram desse cruzamento, sendo que as análises estão dispostas no capítulo seguinte.

Neste momento, apresentaremos uma espécie de mapa visual, em que colocaremos a data e tipo da Lei, Portaria, Súmula, etc. e em seguida sinalizaremos, se o termo acessibilidade aparece ou não, bem como outras informações explicadas por cores, mas não descreveremos informações detalhadas de cada lei, pois isto estará disponível no apêndice e, neste momento, as cores poderão agrupar aquilo que consideramos relevante. A fim de facilitar a clareza do leitor, o mapa será identificado nas seguintes cores com suas respectivas legendas:

- A) AMARELO:** Termo *acessibilidade/desenho universal/acessibilidade universal* **foi incluído posteriormente** e não na data da publicação. Ou seja, na publicação original os termos ainda não existiam e foram colocados após vários anos com as revisões das leis. O que nos mostra o espaço das Não-Palavras sendo preenchido no futuro, por lacunas deixadas no passado.
- B) VERDE:** Termo *acessibilidade/desenho universal/acessibilidade universal* **encontrado, porém, com sentido não ligado ao universo das Pessoas com Deficiência.** Isto é, quando o uso do termo não está aplicado as definições eleitas por nós e que estamos utilizando neste trabalho.
- C) AZUL:** Termo *acessibilidade/desenho universal/acessibilidade universal* **encontrado, porque trata-se exatamente de uma lei específica** e voltada aos direitos e universo das Pessoas com Deficiência.
- D) ROSA:** Termo *acessibilidade/desenho universal/acessibilidade universal* **encontrado, mas dentro de leis gerais em que direitos das Pessoas com Deficiência são lembrados.** Isto é, em leis sobre orçamentos da União ou estatutos das crianças e idosos, no qual se inclui um parágrafo a respeito do grupo.
- E) CINZA:** Termo *acessibilidade/desenho universal/acessibilidade universal* **encontrado, mas lei foi revogada e perdeu sua validade.** Trata-se de leis que foram atualizadas posteriormente e, por isso, anuladas. Mas foi importante colocá-las para observar o caráter histórico das leis.

F) VERMELHO: Termo *acessibilidade/desenho universal/acessibilidade universal* encontrados juntos.

Tabela 3 – Acessibilidade

ACESSIBILIDADE		
Ano	Tipo/N	Observações
1943	<u>Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</u>	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
1965	<u>Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965</u>	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)
1990	Leis Ordinárias: 8.036, de 11.5.90	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
1991	Leis Ordinárias: 8.213, de 24.7.91	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Incluído pela lei nº 13.457, de 2017)
1992	Leis Ordinárias: 8.429, de 2.6.92	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
1993	Leis Ordinárias: 8.742, de 7.12.93	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)
1993	Leis Ordinárias: 8.666, de 21.6.93	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
1997	Leis Ordinárias: 9.503, de 23.09.97	[Termo “acessibilidade” encontrado] (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
1998	Leis Ordinárias: 9.636, de 15.05.98	[Termo “acessibilidade” encontrado]  Sentido não é equivalente
1998	Decretos: 2.716, de 10.8.98	[Termo “acessibilidade” encontrado]  Sentido do termo não é equivalente ao trabalho
2000	Leis Ordinárias: 10.098, de 19.12.2000	[Termo “acessibilidade” encontrado] <b>LEI DA ACESSIBILIDADE</b>
2001	Estatutos: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001	[Termo “acessibilidade” aparece]  (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

2003	Leis Ordinárias: 10.257, de 10.7.2001	[Termo “acessibilidade” aparece]  (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
2003	Leis Ordinárias: 10.671, de 15.5.2003	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2003	Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2003	Leis Ordinárias: 10.683, de 28.5.200	[Termo “acessibilidade” encontrado]  (Redação dada pela Lei nº 13.345, de 2016)
2004	Decretos: 5.296, de 2.12.2004	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2004	Leis Ordinárias: 10.933, de 11.8.2004	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2005	Decretos: 5.626, de 22.12.2005	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2005	Decretos: 5.472, de 20.6.2005	[Termo “acessibilidade” encontrado]  Sentido do termo não é equivalente ao trabalho
2006	Decretos: 5.761, de 27.4.2006	[Termo “acessibilidade” encontrado]
	Decretos: 5.658, de 2.1.2006	[Termo “acessibilidade” encontrado]  Sentido do termo não é equivalente ao trabalho
2006	Leis Ordinárias: 11.318, de 5.7.2006	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2006	Decretos: 5.773, de 9.5.2006	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2007	Decretos: 6.180, de 3.8.2007	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2007	Decretos: 6.092, de 24.4.2007	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2007	Decretos: 6.039, de 7.2.2007	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2008	Decretos: 6.571 de 17.9.2008	Revogado pelo Decreto nº 7.611, de 2011
2008	Decretos: 6.523 de 31.7.2008	[Termo “acessibilidade” encontrado]  Sentido do termo não é equivalente ao trabalho
2008	Decretos: 6.678 de 8.12.2008	[Termo “acessibilidade” encontrado]  Sentido do termo não é equivalente ao trabalho

2008	Decretos: 6.477, de 9.6.2008	Revogado pelo Decreto nº 6.508, de 2008.
2009	Decretos: 6.958, de 14.9.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2009	Leis Ordinárias: 12.136, de 18.12.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado] Sentido do termo não é equivalente ao trabalho
23/12/2009	Decretos: 7.053 de 23.12.2009	Sentido do termo não é equivalente ao trabalho
	Decretos: 6.932, de 11.8.2009	Revogado pelo Decreto nº 9.094, de 2017
2009	Leis Ordinárias: 12.024, de 27.8.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2009	Decretos: 6.980, de 13.10.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado] Revogado pelo Decreto nº 9.094, de 2017
2009	Decretos: 6.845, de 7.5.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2009	Leis Ordinárias: 11.904, de 14.1.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado] (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
2009	Decretos: 6.949, de 25.8.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2009	Leis Ordinárias: 11.977, de 7.7.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado] (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)
2009	Decretos: 7.037 de 21.12.2009	[Termo “acessibilidade” encontrado]
	Decretos: 7.378, de 1º.12.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado] Sentido do termo não é equivalente
2010	Decretos: 7.083, de 27.1.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2010	Leis Ordinárias: 12.266, de 21.6.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2010	Decretos: 7.185, de 27.5.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2010	Decretos: 7.114, de 19.2.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2010	Decretos: 7.352, de 4.11.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2010	Leis Ordinárias: 12.188, de 11.1.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado] Sentido não equivalente
2010	Decretos: 7.084, de 27.1.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado] (Revogado pelo Decreto nº 9.099, de 2017)
2010	Decretos: 7.256, de 4.8.2010	[Termo “acessibilidade” encontrado] Revogado pelo Decreto nº 8.162, de 2013

2011	Leis Ordinárias: 12.513, de 26.10.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
	Decretos: 7.480, de 16.5.2011	Revogado pelo Decreto nº 7.690, de 2012
2011	Leis Ordinárias: 12.527, de 18.11.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Leis Ordinárias: 12.424, de 16.6.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Leis Ordinárias: 12.462, de 4.8.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Leis Ordinárias: 12.487, de 15.9.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Decretos: 7.590, de 26.10.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Leis Ordinárias: 12.499, de 29.9.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Decretos: 7.618, de 17.11.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado] Revogado pelo Decreto nº 8.927, de 2016
2011	Decretos: 7.559, de 2.9.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Decretos: 7.611, de 17.11.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Decretos: 7.612, de 17.11.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
	Decretos: 7.548, de 12.8.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado] Revogado pelo Decreto nº 7.690, de 2012
2011	Decretos: 7.508, de 28.6.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2011	Leis Ordinárias: 12.435, de 6.7.2011	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	Decretos: 7.748, de 6.6.2012	(Revogado pelo Decreto nº 8.297, de 2014)
2012	Decretos: 7.729, de 25.5.2012	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	Decretos: 7.690, de 2.3.2012	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	Decretos: 7.724, de 16.5.2012	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	Decretos: 7.739, de 28.5.2012	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	Leis Ordinárias: 12.747	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	MPs: 570, de 14.5.2012	[Termo “acessibilidade” encontrado] REVOGADA Convertida na Lei nº 12.722, de 2012
2012	Leis Ordinárias: 12.599	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2013	Leis Ordinárias: 12.816, de 5.6.2013	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2013	Decreto não numerado de 14.10.2013	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2013	Decretos: 8.162, de 18.12.2013	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2013	Estatutos: Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2013	Decretos: 8.124, de 17.10.2013	[Termo “acessibilidade” encontrado] Vinculou termos “universal” e acessibilidade
2013	Leis Ordinárias: 12.912, de 18.12.2013	[Termo “acessibilidade” encontrado]

2014	Decretos Não Numerados: Decreto de 3.12.2014	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2014	Decretos Não Numerados: Decreto de 26.6.2014	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	LEI Nº 12.599, DE 23 DE MARÇO DE 2012.	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2012	LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012.	[Termo “acessibilidade” encontrado] Vinculou termos “universal” e acessibilidade
2014	Decretos: 8.241, de 21.5.2014	Vinculou termos “universal” e acessibilidade
2014	Decretos: 8.189, de 21.1.2014	(Revogado pelo Decreto nº 8.578, de 2015)
2014	Leis Ordinárias: 13.019, de 31.7.2014	Vinculou termos “universal” e acessibilidade (Redação incluída pela Lei nº 13.204, de 2015)
2015	Lei 13.146 de 6 de Julho de 2015	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2015		[Termo “acessibilidade” encontrado]
2015	Decretos Não Numerados: Decreto de 27.7.2015	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2015	MPs: 691, de 31.8.2015	[Termo “acessibilidade” encontrado] REVOGADA /Convertida na Lei nº 13.240, de 2015
	Leis Ordinárias: 13.240, de 30.12.2015	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2015	Leis Ordinárias: 13.204, de 14.12.2015	[Termo “acessibilidade” encontrado]
2016	MPs: MEDIDA PROVISÓRIA Nº 726, DE 12 DE MAIO DE 2016	REVOGADA Convertida na Lei nº 13.341, de 2016

Fonte: Levantamento feito pela própria autora nos Códigos de Legislação Brasileira

Tabela 4 – Desenho Universal

DESENHO UNIVERSAL		
Ano	Decreto/Lei/	Observações
2000	Leis Ordinárias: 10.098, de 19.12.2000 (LEI ESPECÍFICA)	[“Desenho Universal” encontrado]  (Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)
2009	Decretos: 6.949, de 25.8.2009	[“Desenho Universal” encontrado]
2009	Decretos: 7.037 de 21.12.2009	[“Desenho Universal” encontrado]
2009	Decretos: 6.980, de 13.10.2009	[“Desenho Universal” encontrado] (Revogado pelo Decreto nº 7.256, de 2010).
2010	Decretos: 7.256, de 4.8.2010	[“Desenho Universal” encontrado] [Termo “acessibilidade” encontrado]

		Revogado pelo Decreto nº 8.162, de 2013
2011	Decretos: 7.618, de 17.11.2011	["Desenho Universal" encontrado] Revogado pelo Decreto nº 8.927, de 2016 (Vigência)
2013	Decretos: 8.162, de 18.12.2013	["Desenho Universal" encontrado]
2015	Leis Ordinárias: 13.146, de 6.7.2015	["Desenho Universal" encontrado]

**Fonte:** Levantamento feito pela própria autora nos Códigos de Legislação Brasileira

**Tabela 5 – Acessibilidade Universal**

ACESSIBILIDADE UNIVERSAL		
Ano	Decreto/Lei	Observações
2009	Leis Ordinárias: 11.904, de 14.1.2009	“acessibilidade universal” encontrado
2012	Leis Ordinárias: 12.587	“acessibilidade universal” encontrado
2013	Leis Ordinárias: 12.912, de 18.12.2013	“acessibilidade universal” encontrado
2013	Decretos: 8.124, de 17.10.2013	“acessibilidade universal” encontrado

**Fonte:** Levantamento feito pela própria autora nos Códigos de Legislação Brasileira

## 6 ANÁLISE DE PALAVRAS

### 6.1 Acessibilidade

Acessibilidade. O termo que decidimos seguir em seus percursos e suas vozes, na busca de compreender como as não-palavras clamam por surgir e se fazem tão necessárias para mudar os rumos da história e da vida das pessoas no mundo. Elas nos incomodam até mesmo antes de nascer, no silêncio profundo, nas lacunas que deixam antes de dar as caras. Não queremos dizer aqui que é preciso fazer emergir todas as palavras que se possa imaginar para resolver questões. É um processo. O mundo tem que estar pronto para recebê-las. Do que adiantaria falar dos microrganismos ou dos átomos para os portugueses que aqui chegaram no começo do século? Do que adiantaria dizer em voz alta para Maria Bonita e Lampião “filmem com seus *iphones* as batalhas que lutarem”.

As tecnologias como a fotografia ou o cinema só puderam ganhar nomes depois que surgiram, mas o *bullying* que sempre existiu - enquanto ação - só foi ganhar nome nos anos 70.

Compreender as não-palavras é complexo. Exige pensar no abstrato e nas coisas que não existem ou nas coisas que já existem, mas ainda não são diagnosticadas por falta de nome. Como categorizar determinadas ações que existem na sociedade e dizer se são boas ou más se ainda não foram compreendidas em sua totalidade, falta meios de dizer algo sobre elas.

Neste capítulo, buscamos compreender as vozes e os silêncios que atravessaram o termo “acessibilidade” até que ele se tornasse também uma voz. Embora estejamos debatendo aqui a necessidade de fazer emergir as não-palavras, também reconhecemos que o silêncio se faz necessário. A música, por exemplo, é composta por notas e silêncios – estes são representados pelas pausas. Se não houvesse o momento do vazio no som, como compreender a grandeza de uma sinfonia ou as delícias de um funk? Portanto, entendemos a grandiosidade e a necessidade do ausente para harmonizar perfeitamente uma música. De igual modo, compreendemos que as não-palavras também se fazem necessárias e este trabalho também não pretende criar palavras novas, tampouco dizer como devem e quando devem surgir, mas a proposta é demarcar o silêncio com as pausas, assim como numa partitura. É reconhecer que ali naquele espaço vazio, existe um espaço realmente vazio. Se deveria ou não ser preenchido isso não é comigo, mas com o maestro. Este trabalho e o percurso que faremos ao acompanhar o termo acessibilidade é uma tentativa de demarcar as não-palavras. Elas existem. Elas não são necessariamente o espaço de escuta, mas o intervalo que existe entre um diálogo e outro.

Existem sons e sentimentos que ainda não foram ditos, existem dúvidas que nunca foram pronunciadas, existem medos que não foram verbalizados. Mas as não-palavras podem dizer que estas coisas estão ali. Não importa a profundidade, a largura, a altura, a dimensão. Elas existem. É o que estamos tentando dizer.

Mas por que dentre todas as palavras que vimos entrecortar os direitos das pessoas com deficiência e suas vozes optamos seguir, conceituar e compreender o termo “acessibilidade”? Primeiramente, porque “acessibilidade” está diretamente ligada ao direito de ir e vir que se encontra expresso no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal de 1988, em que diz “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens” (BRASIL, 1988).

E o que mais nos interessa nessa lei é que ela contempla a todos, não especifica pessoas com ou sem deficiência, negros ou brancos, mulheres ou homens. É direito humano. Ou seja, ela está intrinsecamente ligada ao direito de liberdade de cada indivíduo, não importando sua condição.

Isto é, para que alguém tenha seu direito de ir e vir de um lugar a outro é fundamental e obrigatório que as condições sejam favoráveis a isso. Ou seja, é preciso existir ruas, estradas, linhas de tráfego. É contra a lei alguém ser amarrado ao pé da cama ou ser trancafiado em casa exatamente porque fere também este artigo.

No entanto, é justo considerar que o mundo hoje não é apenas físico, ele também é virtual, é digital.

Nesse sentido, a definição de espaço difere da definição de lugar, sendo o espaço “uma extensão tridimensional, sem fronteiras, na qual objetos e eventos ocorrem e tem uma posição e direção relativas” (BUENO, 1999, p. 359). Assim, o espaço não é necessariamente um lugar, mas um lugar pode ser um espaço. O espaço é amplo e abriga vários campos de significações, pois ele pode ser tanto físico quanto virtual, além de semiótico, perceptivo e cognitivo. Nesse sentido, para existir um espaço, é preciso existir uma co-relação de coisas.

Essa diferenciação ganha importância nesta pesquisa, quando se pode citar Santaella (2007) que, em sua obra se utiliza da metáfora dos líquidos para descrever a contemporaneidade. Segundo a autora, os espaços e lugares de passagem efêmeros caracterizam a existência e a condição de mobilidade dos habitantes das grandes cidades. Descrevendo, ainda, o termo “espaço” em várias ciências, assegurando que ele possui muitas faces, originadas nas mais diversas áreas do conhecimento.

E aponta que, para o senso comum, o espaço é uma espécie de recipiente. Para a matemática, por sua vez, um fundo para as figuras geométricas. Para a física e cosmologia, uma espécie de lugar. Já para a filosofia, o termo é tratado de inúmeras formas, dependendo da ótica de cada filósofo. E os espaços na experiência humana se dividem em três, a saber: o espaço primitivo, do comportamento instintivo; o espaço perceptivo, no qual o ser humano é superior

ao animal; e o espaço de existência, em que o ser humano vive onde deixa rastros físicos (construções) e culturais (símbolos, semiótica, organizações). Tais espaços de existência abrigam, pois, o espaço geográfico, o espaço de arquitetura e o espaço cognitivo.

Será necessário citar aqui ainda o pensamento da autora em relação aos espaços na pós-modernidade, quando discute a ideia dos espaços deslizantes da hiper mobilidade. Para ela, no contexto da pós-modernidade, a tecnologia preocupa-se em produzir não só materiais de consumo, como também materiais simbólicos. Por isso, os espaços de existência na sociedade pós-industrial são extremamente complexos, repletos de carros, aeronaves, mensagens, satélites, imagens, aviões e publicidade. Para a autora, “tudo isso matou a possibilidade de leituras que eram típicas nos espaços tradicionais” (SANTAELLA, 2007, p. 173).

Segundo a teórica, essas transformações ocorrem principalmente porque existe, na pós-modernidade, a condição de não-lugares, definidos como uma espécie de qualidade negativa do lugar que nasceu na era da supermodernidade; uma espécie de passagem provisória e de individualidade solitária, fundamentada na ideia de não se estar em lugar nenhum, bem como no aumento dos domicílios móveis como aviões, hotéis, parques e praças. É um estado de constante partida. Por isso, o espaço de existência é o espaço em que vivemos, onde as pessoas deixam seus rastros: construções, plantações e objetos.

Na era atual, os espaços são reduzidos e, com a “diminuição do planeta”, as revoluções tecnológicas preocupam-se em criar novos espaços, aniquilar os limites e produzir materiais de consumo e materiais simbólicos. Porém, apesar disso, os espaços não têm interfaces, sendo que o único espaço que se entrelaça é o da comunicação midiática, pois as redes de comunicação cobrem a esfera terrestre, fazendo nascer então, o espaço virtual. O *ciberespaço* é o espaço virtual que não tem lugar fixo e que abriga informações ininterruptas em um sistema de redes que permite a comunicação e a distribuição de informação em qualquer ponto do planeta.

Pois bem, tendo alargado nossa compreensão sobre espaço e ciberespaço e destacando aqui que não se pode confundir ciberespaço com internet, voltaremos ao motivo de tê-lo exposto.

Como acabamos de ver, o mundo hoje não é apenas físico, ele foi estendido ao campo digital. E o termo acessibilidade consegue tocar essas duas esferas ao mesmo tempo, quando diz respeito às pessoas com deficiência ou sem deficiência e, por isso, foi o termo escolhido dentre tantas possibilidades. Pois a acessibilidade desde que começou a ser difundida faz com que o universo desses dois grupos se cruze o tempo todo, seja nas rampas das calçadas ou nos leitores digitais embutidos nos sites. Ou seja, obrigatoriamente a acessibilidade cria o

dialogismo – ideia bakhtiniana que tantos discutimos nos capítulos iniciais - entre esses dois mundos.

Já o termo “inclusão”, não foi nossa escolha, pois além de toda nossa crítica sobre arranjos e anexos, ele atinge especificamente o grupo de pessoas com deficiência, diminuindo esse impacto dialógico que queremos trazer aqui.

Além disso, estes termos nos ajuda a trabalhar duas barreiras de forma simultânea a física e a comunicacional. Por exemplo esse termo pode ser usado no que diz respeito a lei de acesso à informação,

Para maior compreensão dele, vamos conceituá-lo. De acordo com o dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2018) “acessibilidade” é qualidade do que é acessível, isto é, a “a que se pode chegar”. Do latim deriva da palavra *accessus que é o mesmo que* “aproximação, chegada” e que vem de *accedere*, que também significa “ir, mover-se”.

É possível encontrar o uso desta palavra em diferentes significados. Em uma rápida pesquisa no portal de periódico da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), por exemplo, encontramos o termo aplicado em diferentes contextos, como podemos observar nos títulos de algumas das pesquisas encontradas:

- “Transporte público em favelas: Análise da percepção da *acessibilidade* ao teleférico do alemão”;
- “Acessibilidade intelectual e aprendizagem transformativa: os museus como espaços educativos de pessoas adultas”;
- “Custo de *acessibilidade* entre residência e trabalho: um enfoque das características individuais, familiares e locais”;
- “*Acessibilidade*, qualidade e inovação: TV INES integra públicos surdo e ouvinte”;
- “*Acessibilidade* em Ambientes Virtuais de Aprendizagem”;
- “Usabilidade e *acessibilidade* nos espaços virtuais das bibliotecas universitárias federais brasileiras para usuários surdos”;
- “Mobilidade urbana, *acessibilidade* e segurança no trânsito para população idosa”;
- “Imigração e saúde: a (in)*acessibilidade* das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde”.

Coletamos apenas oito exemplos, pois não nos interessa catalogar um universo de 2.933 títulos de pesquisas para observar o uso da palavra “acessibilidade”, já que o que queremos mostrar neste momento é que o vocábulo foi utilizado para falar sobre pessoas com deficiência, bem como sobre mobilidade urbana, interfaces digitais e também em relação ao alcance de programas de saúde, dentre outros. E, por isso, esta palavra tanto nos interessa, pois ela alcança os dois mundos, ela faz sentido para as pessoas com ou sem deficiência e ao mesmo tempo em

que ela é usada em diferentes contextos seu sentido não escapa muito à versão original que vem do latim “poder chegar”, “ir”, ou “mover”.

Como o foco do nosso trabalho está voltado em compreender acessibilidade dentro de uma concepção de mobilidade urbana e digital, iremos utilizar como conceituação a definição apresentada no Decreto nº 5.296/2004, também conhecida como lei da acessibilidade, que regulamenta as leis nº 10.048/2000, e nº 10.098/2000 onde define no artigo 8º do capítulo III a seguinte ideia:

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004).

Utilizaremos também a definição apresentada na Lei 12.587/12, no parágrafo III do artigo 4º da seção I quando define o termo da seguinte forma, “acessibilidade: facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados” (BRASIL, 2012).

Antes de optarmos por essa definição de conceito também estudamos outros pensamentos, tais como o de Raia Júnior/Silva/Brondino (1997) que vê a acessibilidade como uma medida para transpor uma separação ou ainda como se observa na discussão de Cox (1972) que entende a acessibilidade como uma conexão para alcançar um lugar e que seja capaz de utilizar um meio rápido ou barato para fazê-lo.

Uma observação bastante interessante é notarmos que acessibilidade atualmente está mais ligada a condições de grupos minoritários alcançarem os mesmos direitos/objetivos que os demais, como vimos nos títulos extraídos de trabalhos da Capes e conforme a definição de conceito na Lei 5.296/2004, que enfatiza as pessoas com Deficiência ou mobilidade reduzida. Vamos discutir um pouco mais sobre esse alargamento de sentido nas páginas posteriores.

Neste momento, é importante saber que a partir da escolha deste único termo, pretendemos acompanhar seu trajeto e observarmos as mudanças que essas vozes foram trazendo e alterando o universo de todos. Ou seja, as lutas do grupo chamado de “pessoas com deficiência” também causaram importantes alargamentos na realidade dos “normais” e isso só pôde ocorrer por meio do dialogismo que tanto temos falado aqui utilizando o pensamento bakhtiniano.

Porém, como nosso objeto de pesquisa são as leis voltadas para pessoas com deficiência e por apresentarem uma visão mais completa daquilo que estamos trazendo aqui, optamos por utilizar as definições apresentadas na Lei 12.587/12 e no Decreto nº 5.296/2004, conforme

descrito na íntegra na página anterior. Especialmente porque as duas definições se complementam, pois na primeira, o termo está diretamente ligado ao universo das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo, que abrange espaços físicos e digitais e na segunda compreende a todas as pessoas em sua totalidade e utiliza a palavra “autonomia”, termo este bastante promissor. Seria, inclusive, bastante enriquecedor abrirmos uma pequena brecha para enxergá-lo melhor.

Zatti (2007), em sua obra voltada a discutir autonomia estudada pelo filósofo Kant e do educador Paulo Freire, destaca que, para que ela seja exercida, é necessário que a pessoa tenha capacidade de fazer uso de sua liberdade e determinar-se, isto é, a condição de um sujeito determinar ele mesmo a lei à qual se submete. Não no sentido anárquico da coisa, em que cada um faz sua própria lei e a segue, mas sim seu direito à liberdade, a capacidade de decidir e de realizar o que idealizou. E, por isso, autonomia é o oposto de heteronomia – condição passiva do sujeito pelo externo.

As condições sociais desfavoráveis como pobreza, miséria, favelamento, em que grande parte da população brasileira vive, são elementos que dificultam e até impossibilitam a autonomia. Em geral a pobreza econômica condiciona a uma situação de pobreza cultural, o que dificulta e limita o exercício autônomo da cidadania, pois, privados de boa formação, não conseguem estabelecer-se como sujeitos no contexto social por não terem condições iguais de intercomunicação e não terem condições iguais para disputar as oportunidades, inclusive de emprego. As condições sociais desfavoráveis limitam o poder ser autônomo, tendo em vista que a autonomia engloba tanto a liberdade de dar a si os próprios princípios, quanto a capacidade de realizar os próprios projetos (ZATTI, 1997, p. 9).

Compreendido um pouco mais a respeito da “autonomia”, podemos voltar nossa discussão sobre “acessibilidade”, pois como observamos nas definições por nós delimitada, é condição intrínseca de uma a existência da outra. Isto é, “acessibilidade” exige quase que imediatamente a autonomia. E como podemos observar no exemplo colocado pelo autor, alguns fatores podem ser impedimento para o gozo pleno da acessibilidade e autonomia, levando o sujeito à condição de heteronomia (*hetero* = outro; *nomos* = lei). No exemplo dado, o autor apresenta fatores como, miséria ou favelas, ou seja, condições que colocam às margens esses sujeitos, tirando-lhes a autonomia, bloqueando o acesso que lhes é direito - para obter tudo o que almejem, caso exercessem com plenitude a cidadania-, por meio da pobreza cultural.

De igual modo, podemos transpor esse exemplo para a realidade das pessoas com deficiência, que é nosso objeto aqui, e como acabamos de ver a palavra acessibilidade engloba variados problemas sociais, como acesso aos hospitais, acesso à educação de qualidade, acesso aos bens culturais, acesso à dignidade humana, acesso aos direitos dados aos brasileiros, acesso à água e comida, etc.

No caso das pessoas com deficiência, vemos o mesmo acontecer quando os discursos sobre eles são de anormalidade, eles perdem a acessibilidade a tudo aquilo que é feito para os chamados “normais”. Sejam escolas, calçadas, aplicativos, softwares, leis, direitos, deveres, cursos, carros, etc. Se tudo não for “adaptado” e arranjado não é acessível a esse grupo. Não foi feito para eles, por eles ou com a participação deles e logo não lhes pertence ou lhes é acessível. Perdem, então, a autonomia que lhes deveria ser garantida, passam a viver na condição de heteronomia, vivem sob as leis e demandas dos outros.

É muito importante observar aqui a importância de alguns termos para a vida dessas pessoas. Na Lei sobre acessibilidade, a autonomia lhes é garantida, mas como, muitas vezes as palavras passam despercebidas, ninguém consegue lutar por aquilo que ela nos dá. Como vimos, “acessibilidade” e “autonomia” andam de mãos dadas e é preciso pensar sobre isso e sobre elas.

Já conversamos aqui, no capítulo dedicado a trajetória das pessoas com deficiência, como elas foram sendo percebidas ao longo da História Mundial e como se deram algumas lutas simbólicas na busca de reforçarem suas identidades e suas diferenças. Sabendo isso, também conseguimos compreender que alguns termos foram sendo apropriados e tendo seus sentidos expandidos como é o caso de *acessibilidade*, por exemplo. Que, originalmente do latim, trazia o sentido de “aproximar, chegar, mover-se ou ir”, mas acabou por abarcar também a ideia da utilização e autonomia de espaços físicos e virtuais por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ou seja, não deixando de lado, o sentido original, acabou absorvendo significações do mundo atual e suas ações contemporâneas.

Como já vimos, muitas dessas conquistas aconteceram após a Segunda Guerra Mundial com a reabilitação de feridos e reintegração de milhares de ex-combatentes que perderam nas batalhas, muitas de suas funções corporais.

Em 1948, por exemplo, com a Declaração<sup>9</sup> Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018), é possível perceber que novos rumos começam a ser traçados neste sentido. Embora a declaração não apresente a palavra “acessibilidade”, a raiz da palavra “*acess*” aparece duas vezes em trechos diferentes com os seguintes sentidos: “*Todo ser humano tem igual direito de **acesso** ao serviço público do seu país*”. E também em outro fragmento ao tratar do tema educação: “*Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será **acessível** a todos.* No

---

<sup>9</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo em 10/12/48. Foi traduzida em mais de 500 idiomas .

entanto, no artigo XIII, embora não apareça o termo “acessibilidade” o trecho que destaca que “Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção” foi um dos pilares no combate às barreiras arquitetônicas existentes em todo mundo.

Apresentaremos a seguir um breve levantamento histórico da acessibilidade no mundo, pois a história mundial influenciou diretamente os discursos no Brasil. Como não fazia parte do nosso recorte coletar leis americanas, mesmo que estas tenham sido fundamentais e causados grandes impactos em nosso país, optamos por trazer um curto levantamento de Sasaki (2003) que traz um panorama mundial, muito embora bastante voltado para ações americanas - já que foram pioneiros nas principais mudanças - em junção com o levantamento feito pela Agência Federal dos EUA, *Access Board*<sup>10</sup> (1973) que enfoca exclusivamente o percurso de ações nos Estados Unidos.

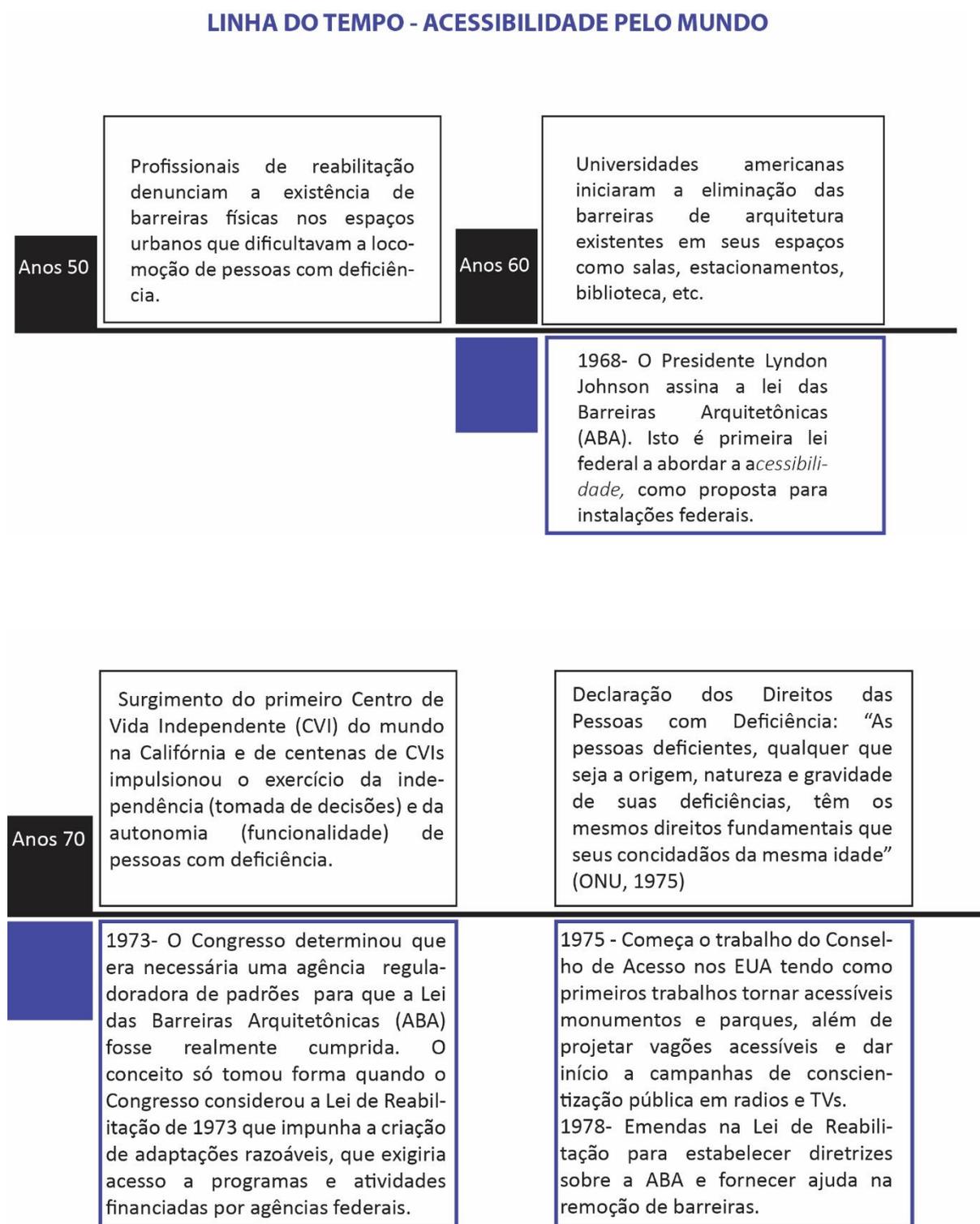
Para melhor clareza desse histórico, colocamos essas informações em uma linha do tempo ilustrada. E, para maior compreensão dela, é importante destacar que a legenda de cores, em azul e preto foram designadas da seguinte forma: marcações em preto tiveram como fonte Sasaki (2003) e marcações em azul tiveram como fonte a *Access Board*. O objetivo é observar esses acontecimentos em paralelo com o Brasil e como influenciaram nossos discursos. Veja abaixo a linha do tempo.

### **6.1.1 Histórico do termo em países desenvolvidos**

---

<sup>10</sup> O US Access Board é uma agência federal que promove a igualdade para pessoas com deficiências através da liderança em design acessível e no desenvolvimento de diretrizes e padrões de acessibilidade para o ambiente construído, transporte, comunicação, equipamentos de diagnóstico médico e tecnologia da informação.

**Figura 1: Linha do Tempo**



Anos 80

1981- Ano Internacional das Pessoas Deficientes, desencadeou campanhas mundiais a respeito das barreiras arquitetônicas com exigência de não apenas eliminá-las (*desenho adaptável*) mas como não inserí-las nos projetos arquitetônicos (*desenho acessível*).

1982 - Conselho publica Diretrizes Mínimas para "Design Acessível" para edifícios e instalações sujeitas à ABA, Este foi o primeiro conjunto de requisitos de acessibilidade estabelecidos pelo governo. Antes o Conselho usava padrões voluntários.

Anos 90

Surgimento do conceito de desenho universal (ambientes, meios de transporte e utensílios devem ser projetados para todos), do paradigma da inclusão e da visão de diversidade humana – ampliando o conceito de acessibilidade em várias dimensões da vida humana.

1991- Conselho publica as Diretrizes de Acessibilidade com requisitos em novas construções e alterações, além de uma linha direta gratuita para tratar de questões sobre as diretrizes e um programa para treinamento ao público.

1996 - Aprovação da Lei de Telecomunicações, para revisar a regulamentação do setor de telecomunicações e criar diretrizes de acessibilidade para produtos prontamente "alcançáveis". Os fabricantes de produtos devem garantir que os produtos sejam projetados para serem acessíveis.

1998- As normas abordam o acesso aos vários tipos de tecnologia.

Século 21

Século 21: Longa luta pelo direito de ir-e-vir se incorpora à defesa de todos os direitos humanos. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

2004- Revisão abrangente das Diretrizes de Acessibilidade. incluindo representantes de grupos de deficientes, a profissão de design e organizações de códigos de construção. O documento final foi ainda moldado por mais de 2.500 comentários recebidos do público.

2010 - Barack Obama assinou a lei "The Patient Protection and Affordable Care Act" para reformar e estender a prestação de cuidados de saúde. A lei inclui uma provisão para alterar a Lei de Reabilitação para abordar o acesso ao equipamento de diagnóstico médico, incluindo mesas e cadeiras de exame, balanças, aparelhos de raios X e outros.

Legenda:

- Informações extraídas de Sasaki (2009)
- Informações extraídas de US Access Board

*Fonte: Linha do Tempo produzida pela autora com informações de Sasaki e US Access Board*

É importante ressaltar que, no inglês, o termo correspondente é *accessibility*. Tendo compreendido a conceituação do termo “acessibilidade” e também tendo discorrido sobre sua formação histórica, podemos observar, enfim, que “acessibilidade” é uma palavra que se expandiu para agregar direitos das pessoas com deficiência. Embora não tenha se distanciado do seu sentido original, podemos perceber que outros discursos mais inclusivos foram se apropriando deste termo até que ele abarcasse com generosidade toda a luta sgnica que existe neste sentido, quase que a transformando em um termo de direitos de minorias. A ponto de passar a ser entendido como acessibilidade no seu sentido geral, amplo e absoluto. Como um grande guarda-chuva que contemplasse a todos simultaneamente. Acessibilidade para os diferentes em um mesmo espaço. É como se as lutas ideológicas tivessem engravidado a palavra acessibilidade a tal ponto que ela deu à luz a outro termo: acessibilidade universal, ou melhor dizendo, *design* universal. E isto discutiremos adiante. Mas, para compreendermos essa questão é necessário que por hora, analisemos o termo acessibilidade dentro das leis brasileiras, conforme levantamento feito no capítulo 5 e a partir daqui explicitado.

Seria interessante talvez, retornar ao subcapítulo anterior, a fim de observar a tabela onde explicamos nossa metodologia e suas marcações (onde dividimos nas cores amarela, vermelha, azul, cinza e verde) para entender com maior clareza as análises que faremos a partir delas e que desenvolveremos a seguir.

Como pôde ser observado coletamos 91 textos na primeira tabela, sendo estes Leis, Decretos, Medidas Provisórias ou Súmulas presentes na Constituição do Brasil e outros Códigos brasileiros disponibilizados pelos órgãos oficiais brasileiros. Fizemos uma varredura em todos eles, a fim de encontrarmos o termo “acessibilidade”, a partir da Segunda Guerra Mundial, conforme razão já explicada anteriormente.

Desde modo, observamos que o termo aparece em pelo menos 91 textos, porém, em alguns deles o termo se repete variando entre 2 e 75 vezes. Nosso objetivo aqui não é fazer uma análise quantitativa a respeito do assunto, tampouco estudar a etimologia<sup>11</sup> do termo, também não pretendemos embarcar nos estudos das ciências jurídicas, por ser demasiadamente complexo e por não pertencer a área de interesse.

A proposta é compreender, nas próximas páginas, e especialmente no último capítulo, como o sentido da palavra foi sendo alargado com camadas de materialidade até eclodir em outro termo ao longo do tempo e simultaneamente entender como este vocábulo foi se tornando mais presente à medida que as vozes mundiais clamavam por mais atenção à inclusão social e às pessoas com deficiência. Além disso, compreender por que a palavra acessibilidade passou a não dar mais conta e passou a não ser suficiente para eles. Situação essa, muito bem definida pela Conferência da Secretaria dos Direitos Humanos do Governo Federal quando coloca que “todos nós somos beneficiários da acessibilidade, mas apenas alguns dependem dela para equiparação de oportunidades” (BRASIL, 2013).

Dando sequência às nossas análises podemos, por exemplo, perceber que em apenas 10 leis destes 91 textos o termo acessibilidade não estava ligado as Pessoas com Deficiência. Interessante observar que a primeira vez que o termo aparece é em 1943, na Lei que institui os direitos do trabalhador. No entanto, ao abrirmos o texto na íntegra, podemos observar que o parágrafo que diz respeito ao assunto foi incluído em 2015, com redação dada pela Lei n 13.146/2015. Isto é, em 1943, a lei não contemplava a acessibilidade. Obviamente sabemos que a lei de 1943 também não nos contempla mais, uma vez que utilizamos a Constituição de 1988, porém a título histórico é relevante para este trabalho esta proposta de observar os caminhos

---

<sup>11</sup> Entendemos que o estudo etimológico da palavra *acessibilidade*, bem como o estudo de seus prefixos e sufixos, neste trabalho, poderia tirar o foco da atenção voltada a compreender a arena de luta ideológica, discursiva e política que constitui esta palavra.

percorridos até aqui e mantê-los na tabela. Deste modo, optamos por deixar em nosso levantamento leis que foram até mesmo revogadas, para que o leitor possa compreender a história em sua totalidade e também por gentileza a estudos futuros que poderão ser feitos por outros autores utilizando este material como fonte de referência. Porém, leis ou medidas provisórias que foram revogadas ou convertidas estão sinalizadas na tabela.

Seguindo esta lógica conseguimos verificar que, do ano 1943 ao ano 2000, foram encontradas apenas 16 leis em que aparece o termo “acessibilidade”. No entanto, ao abrirmos estes textos na íntegra verificamos que todos os trechos foram acrescentados, posteriormente, e não estavam lá em seus textos originais, mas foram posteriormente incluídos pelas Leis nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (BRASIL,2015) ou nº 13.345 de 10 de outubro de 2016 (BRASIL, 2016) ou nº 13.457 de 26 de junho de 2017 (BRASIL, 2017). Isto é, embora nos Estados Unidos e em outros países o assunto estivesse em destaque, no Brasil havia ainda poucas referências em relação ao termo “acessibilidade”. Isto não significa que não havia leis em relação a pessoas com deficiência neste período, pois estamos falando exclusivamente com relação ao termo *acessibilidade*. Como prova disso, podemos verificar a tabela específica sobre pessoas com deficiência (no apêndice deste trabalho) que exhibe leis variadas em relação ao assunto.

Como, por exemplo, no ano de 1965, a lei nº 4.613 (BRASIL, 1965) sobre isenção de impostos para veículos destinados a pessoas com paraplegia ou ainda em 1982, na lei nº 7070 (BRASIL, 1982), que garantia pensão especial a pessoas com deficiência, ou ainda no ano de 1985, a lei nº 7.405 que tornava obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” (BRASIL, 1985) em todos os locais e serviços que permitiam a utilização por pessoas com deficiência.

Ou seja, o Brasil, embora tímido, também caminhava em relação ao assunto. Mas, como estamos discutindo aqui, as Não-Palavras e nosso recorte é sobre “acessibilidade”, conseguimos verificar essa lacuna de 57 anos entre os anos de 1943 e 2000, sendo preenchida e corrigida somente depois.

Ou seja, durante quase seis décadas e mesmo com leis novas surgindo em defesa desse grupo de pessoas, o termo *acessibilidade* não apareceu neste período. Ora, poderíamos então dizer que quando os legisladores voltam aos códigos para incluir parágrafos estariam demarcando os espaços vazios e os silêncios deixados pelas Não-Palavras no passado. Não seria esta uma forma de reconhecer que em algum momento uma Não-Palavra fez falta lá atrás? Abaixo um exemplo de como estes artigos são dispostos na legislação:

*Figura 2 - Exemplo*

V - produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. **(Incluído pela Lei nº 13.146, de 2015)** *(Vigência)*

*Fonte: Planalto*

Depois dos anos 2000, embora ainda tímido, o termo passa a aparecer de forma mais recorrente nos códigos brasileiros. Vale destacar aqui que foi, a partir da lei 13.146, de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), que um dos conceitos de “acessibilidade” que usamos neste trabalho foi extraído. Além disso, ela também se preocupou em definir as barreiras as quais a acessibilidade deveria se opor e são elas:

[...] barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em: a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados; c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes; d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação (BRASIL, 2000).

Um outro momento onde o termo acessibilidade aparece é em 2003, no Estatuto do Idoso, mesmo não se referindo as pessoas com deficiência, o termo foi encontrado neste texto se referindo a necessidade de eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantir acessibilidade do idoso, considerando sua mobilidade reduzida. Ou seja, o termo aparece aqui também com o sentido já deslocado do original em latim que estava mais ligado a “ir” ou “mover-se”, ao mesmo tempo que não se distancia dele totalmente, é como se o termo começasse a se expandir, aumentando seu raio de atuação de “mover-se” dos iguais, para também considerar o “mover-se” dos diferentes, como um grande guarda-chuva que abarca a todos simultaneamente. O seu sentido começa a ficar cada vez mais ligada ao “acesso” das minorias, dos diferentes. O termo vai se delineando como um direito, uma palavra de ordem, pouco a pouco.

Como podemos ver na tabela, a partir do Século XXI aparecem 55 textos contendo o termo “acessibilidade”. Ou seja, em 18 anos ela aparece em inúmeros tipos e formas de lei. São pelo menos 7 delas neste período que consideram e destino uma verba específica para programas voltados a acessibilidade e inclusão.

Isso significa que aqui, o termo com sentido expandido, além de direitos e valor simbólico e social começa a trazer também recursos financeiros que resultam em produtos e

projetos, tornando os discursos que circundam a “acessibilidade” mais forte e mais empoderado. Assim, a luta simbólica começa a fazer sentido, uma vez que começa a gerar progressos.

Para se ter uma ideia das 91 leis captadas, apenas 10 não fazem referência ao universo das Pessoas com Deficiência e apresentam o termo “acessibilidade” ligado ao sentido mais próximo do original, tal como a Lei 9.636, de 15 de maio de 1998 (BRASIL, 1998) que utiliza a palavra para se referir a acessibilidade de cargas e transporte, e não se referindo a pessoas. As demais leis apresentam a palavra com seu sentido alargado e abarcando os direitos das minorias. É bastante curioso debruçar sobre este levantamento e recuperar a história desta forma considerando o contexto social daqueles períodos como apresentamos na linha do tempo no começo deste tópico.

Percebemos também que o termo vai passeando na história em referência ao grupo e sobrevivendo as diversas mudanças de identidade que ele vai sofrendo, como, por exemplo, no Decreto 6.180, de agosto de 2007 (BRASIL, 2007), ao garantir acessibilidade às *Pessoas Portadoras de Deficiência* e em outro momento como por exemplo na Leis Ordinárias 12.024 de agosto de 2009, garantindo acessibilidade as *Pessoas com Deficiência* - termo que é usado até os dias de hoje.

No entanto, em um determinado momento, a palavra “acessibilidade” parece não conseguir expressar mais em sua totalidade aquilo que deveria ser dito, parece não conseguir mais vestir esse grupo que luta cada vez mais por direitos novos e tem novas identidades e assim o termo começa a aparecer certas vezes acompanhado por um segundo elemento: “acessibilidade *universal*”. No próximo tópico, veremos um pouco mais sobre “acessibilidade *universal*”.

Poderíamos dizer, então, que a acessibilidade é uma Não-Palavra ou ela foi apenas guardadora de lugar para uma palavra silenciada que ainda estava por vir? Ela foi a demarcadora desse silêncio que se fez por décadas ao emprestar pouco a pouco seu espaço no mundo para aquilo que as Pessoas com deficiência tentavam dizer, mas não conseguiam? Pois bem, o que vemos como grata surpresa desta pesquisa é o termo “desenho universal”, pois inicialmente apresentaríamos apenas o alargamento de acessibilidade enquanto esperava por algo que pudesse abarcar as diferenças, em um mundo feito por todos e para todos, mas não sabíamos que nos surpreenderíamos com as aparições dos conceitos de “acessibilidade universal”, “*design* universal” e “desenho universal” oriundos exatamente de “acessibilidade”. Ou seja, o que prevíamos como suposição e talvez até proporíamos nas considerações finais, na verdade

já vem acontecendo há décadas. “Acessibilidade” gerou uma nova ideia e com ela um novo termo que veremos a seguir.

## 6.2 Desenho Universal

O conceito de “Desenho Universal” está ligado a produção de objetos e ambientes disponíveis para uso de todas as pessoas, exatamente por respeitar suas diferenças individuais, fugindo da ideia do homem padrão mediano, por exemplo, para abarcar todo tipo de gente, desde idosos a crianças, com deficiência ou sem deficiência, altos ou baixos, com mobilidade reduzida ou atletas, etc. Poderíamos dizer que foge exatamente da ideia que a mitologia grega chamaria de Cama de Procusto<sup>12</sup> (melhor explicitado na nota de rodapé), mas que nos ajuda a pensar em quantas vezes forçamos os outros a entrarem nas nossas medidas.

A definição para “Desenho Universal” que usaremos neste trabalho, será a que está na legislação brasileira e que a destaca como a ideia de “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015).

Foi um momento de celebração encontrar durante as análises qualitativas este conceito, porque ele define exatamente aquilo que vínhamos discutindo sem saber que já existia. É a ideia de um mundo sem arranjos e sem anexos, feito por todos e para todos.

Interessante observar que é um conceito bastante recente e contribui significativamente com este trabalho por ser um verdadeiro representante da ideia das Não – Palavras que temos trazido aqui. Isto porque, é possível perceber as mudanças ao longo do tempo dos discursos em relação às pessoas com deficiência e suas lutas. E, quando optamos por estudar o termo “acessibilidade” em detrimento do termo “inclusão” era exatamente para buscar a noção de um mundo que entendesse a diferença como algo positivo e real. Mas até aquele momento não conhecíamos a ideia do desenho universal e todos os discursos que ela trazia. E ela trata exatamente sobre um mundo possível a todos e, de certa forma, é o exemplo real de uma Não-Palavra. Pois enquanto construíamos este trabalho e refazendo a história das Pessoas com Deficiência desde os seus primórdios, tendo como plano de fundo as leis brasileiras, nós e os leitores pudemos perceber as lacunas de termos que fossem justos a este grupo social.

---

<sup>12</sup> Na mitologia grega, Procusto era dono de uma hospedagem na serra de Elêusis. Em sua casa, ele tinha uma cama de ferro, que tinha seu exato tamanho, para a qual convidava todos os viajantes a se deitarem. Se os hóspedes fossem demasiados altos, ele amputava o excesso de comprimento para ajustá-los à cama, e os que tinham pequena estatura eram esticados até atingirem o comprimento suficiente.

Como vimos nas tabelas, a lei sobre acessibilidade e sua conceituação aparece pela primeira vez nos códigos brasileiros, nos anos 2000, com a lei de nº 10.098, de 19 de dezembro (BRASIL, 2000), no qual o foco principal é remover as barreiras de quaisquer naturezas que impeçam que a pessoa com deficiência usufrua de determinado espaço. Isto nos remete a ideia de adaptação. Embora haja uma linha muito tênue entre acessibilidade e desenho universal há uma ligeira diferença entre elas.

Em sua publicação original, o termo “acessibilidade” (lei de nº 10.098) é descrito como “possibilidade para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência” (BRASIL, 2000). Já, em 2015, com a consolidação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o termo manteve esse significado, mas foi acrescentada a frase que incluía os “sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural” (BRASIL, 2015).

Além dessa pequena alteração, um grande movimento aconteceu quando o Estatuto abrangiu o conceito de desenho universal explicitando da seguinte forma:

[...] desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. (BRASIL, 2015).

Uma frase curta (que fizemos questão de sublinhar) nos faz compreender a pequenina diferença entre ambos, nos faz enxergar o conceito de “acessibilidade” em suas camadas de materialidade sendo tão expandido até engravidar-se de “acessibilidade universal” e por fim eclodir em “desenho universal”.

O que podemos observar também é que foram 15 anos de lacuna para dizer o que acessibilidade pretendia, mas não era capaz de dizer em sua totalidade. Tanto que, como podemos observar na tabela, o termo “acessibilidade universal” aparece como intermediário nos anos de 2009, 2012, 2013. O que nos faz concluir que se tratava de um caminho sendo trilhado neste sentido, até que enfim “desenho universal” pudesse dizer aquilo que pretendia dizer, abarcando as diferenças com respeito a todos e todas. Pelo menos por enquanto, pois as lutas continuam e os enunciados são apenas temporariamente estáticos.

No entanto, embora estejamos falando do Brasil, este movimento não começou aqui. Como já pontuamos em nossa linha do tempo, nos anos 90 é que este conceito foi desenvolvido nos Estados Unidos, mais precisamente pelo arquiteto e designer Ron Mace. Ele também tinha deficiência física e foi pioneiro ao desenvolver e cunhar o termo “Universal Design”, a fim de

descrever a ideia de projetar os produtos e espaços que fossem estéticos e, ao mesmo tempo, utilizáveis por todos, independentemente de sua idade, capacidade ou *status* na vida. Ele se formou na Escola de *Design* da *North Carolina State University* e no site da instituição é possível encontrar informações a respeito de seu trabalho na produção de um código sobre acessibilidade no país. A Carolina do Norte adotou o modelo de construção proposto em seu código e depois disso se tornou modelo para o restante do país. Em 1989, Ron fundou o Centro de Habitação Acessível, financiado pelo governo federal e conhecido como O Centro de *Design Universal* estabelecido na mesma universidade, onde era pesquisador.

Embora o termo tenha sido bastante difundido nos Estados Unidos na época, apenas em 2015, ele foi conceituado na legislação brasileira. Antes disso, a palavra “acessibilidade” teve que dar conta por 15 anos dos espaços e produtos desenvolvidos.

E o mais interessante é que, antes dos anos 2000 nenhuma das duas pode ajudar as pessoas com deficiência a usufruir de um universo mais justo que lhes coubessem, sem ajustes temporários ou adicionais.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Traçamos uma longa jornada até aqui. A busca das Não-Palavras, daquilo que habita o invisível é profundamente desafiador. Afirmar que existe discursos até mesmo onde parece não

haver discursos: nas lacunas, nos vazios, nos silêncios parece não fazer sentido inicialmente, mas, quando começamos a olhar mais de perto palavra por palavra, e, especialmente, silêncio por silêncio, conseguimos ouvir os gritos mudos que existem por aí. Lentamente conseguimos abrir nossos olhos e nossas percepções para enxergar cores que não existiam, pessoas que não víamos e um universo paralelo que sempre esteve em nossa frente, mas que nunca foram tocados ou mencionados por falta de palavras.

O Objetivo deste trabalho não foi apontar essas palavras, tampouco fazê-las nascer. Isso é dado no tempo certo. Mas sim demarcar o vazio como espaço de discurso, as não-palavras como parte da luta simbólica que acontece sem que possamos ver até que nasça.

Apresentá-las como intervalo entre o momento de instabilidade. Aquilo que existe entre um parágrafo e outro. Aquilo que está no intervalo dos diálogos, no intervalo da escuta. Quando os sentidos ainda não foram estabilizados em nova materialidade, antes mesmo de estabelecer o provisório. São as infinitas possibilidades que cabem em um intervalo e no movimento de ação.

Nessas considerações, temos ainda apenas alguns apontamentos daquilo que queremos revisar e revisitado, pois este trabalho não pretende e nunca pretendeu fazer conclusões, mas sim jogar luz sobre algumas questões que pareciam estar às sombras de outras consideradas mais importantes pela sociedade. São considerações muito mais filosóficas do que finalizadas, muito mais para gerar discussões do que gerar certezas. A proposta é muito mais questionar que trazer respostas. Enquanto iluminamos, queremos perguntar, se o escuro é mesmo escuro ou é apenas um espaço sem luz: são coisas diferentes.

A poesia que tanto usamos para nos expressar por meio de suas metáforas e com outras figuras de linguagem, não seria uma forma de dizer através de empréstimos de termos e comparações aquilo que se sente, mas não há meios de dizer? Fica aqui uma reflexão, pois nosso trabalho não é uma análise poética, mas sim social das guerras dos dominantes e dos dominados.

Um dos apontamentos que pretendemos continuar na escuta é sobre as ideologias da “normalidade” e as palavras que denigrem os “anormais”

Outro ponto que objetivamos jogar luz aqui é como essa lacuna de palavras pode ser uma das responsáveis pelo sofrimento que cerca grupos minoritários. Pois compreendemos, com Bakhtin, que a palavra é ideológica, mas para nós a Não-Palavra também é. Pois são os seus silêncios que permitem que os grupos dominantes, dominem. Quando há luta, o mundo muda, os discursos também.

Enquanto palavras que poderiam trazer empoderamento e chances de guerras simbólicas são abafadas, muito se perde para os minoritários e se ganha para os dominantes. Como vimos no último capítulo deste trabalho, a respeito do termo “acessibilidade”, que por mais que tentasse não conseguiu dar conta de tudo o que o “desenho universal” realmente pode e tem a dizer sobre a equidade do mundo, quando tenta ir além do adaptável e do projeto específico, quando é voltado para todos e por todos.

Como já havíamos proposto, no começo desta dissertação, apresentaríamos a Teoria das Não-Palavras como uma longa conversa reflexiva e, portanto, com idas e vindas ao passado e no presente para compreendermos novas possibilidades no futuro. Em determinados momentos, mexeríamos no baú da história em outros lançaríamos perguntas retóricas. E foi isso o que fizemos. Quando deixamos a discussão mais acentuada, do nosso objeto, para os capítulos finais dessa dissertação, queríamos que o leitor pudesse ser capaz de fazer suas próprias analogias, transpondo esta teoria para outros grupos de seu interesse. Mas, também queríamos ter certeza que nosso leitor estivesse pronto para compreender a relação que existe entre acessibilidade e desenho universal.

Queríamos que o leitor fosse capaz de compreender a sutil, porém, profundamente transformadora diferença entre ambas e perceber que este caminho foi feito. Para esta dissertação escolhemos traçar o caminho entre estes dois vocábulos utilizando as leis brasileiras, que é um reflexo de nossas vivências sociais, mas outros pesquisadores poderiam tê-lo feito por outros meios. Mas foi desta forma que encontramos na nossa legislação: 57 anos de lacunas; 57 anos de Não-Palavras no universo do objeto escolhido para esta pesquisa; 57 anos entre 1943 e 2000 para que acessibilidade pudesse aparecer estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade, - pois como vimos, antes dos anos 2000 todas as outras aparições de acessibilidade foram inseridas apenas depois da criação dessas leis como vimos no último capítulo.

Porém, mesmo após 57 anos, as pessoas com deficiência precisaram esperar mais 15 anos para que desenho universal viesse à tona e pudesse dizer que o mundo não pode e não deve ser feito para um tipo de humano apenas, que é preciso compreender que as diferenças não podem ser arranjadas com “puxadinhos” sociais. As diferenças precisam estar na planta da casa, ser considerada na fundação e na estruturação de todas as coisas.

E por isso neste trabalho, criticamos tanto a inclusão social, pois ela faz parte desta visão de mundo onde os que estão fora do padrão precisam de “puxadinhos” para sobreviverem.

No entanto, reiterando, como pontuamos no começo deste trabalho, não pretendíamos aqui criar uma dissertação sobre as dificuldades das pessoas com deficiência, tampouco apresentar soluções rasas para as injustiças em que vive este grupo de pessoas. A Teoria das Não-Palavras não almejou ser, em nenhum momento, um tratado sobre pessoas com deficiência ou sobre acessibilidade e inclusão, mas sim sobre as Não-Palavras em si, sobre este espaço ainda não ocupado e sua possível politização. Com a ideia de apresentar este espaço como ainda possível para a ocupação daqueles que pretendem lutar, daqueles que percebem que os “incapazes” são muito mais ideologicamente incapazes do que fisicamente. Que o padrão que determina o mundo é apenas um tipo de padrão. Que este espaço das Não-Palavras pode ser preenchido por qualquer grupo que queira lutar, que queira politizar uma palavra nova, que entende que o mundo simbólico também é frágil e não está hermeticamente fechado, encerrado, finalizado.

Quando Bakhtin (2010, p. 40) diz que “a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados”, nós concordamos com ele e é nesse intervalo e nessa maturação que encontramos as Não-Palavras habitando secretamente: nesse período que ocorre antes desse despontamento, nesses primeiros movimentos, nessa busca indizível em que se sente que algo está errado com o discurso dominante e quando a palavra alheia ainda está iniciando seu processo de maturação em mim e se tornando própria. Nesse intervalo breve que não poderá nunca ser capturado nem mesmo pelo mais rápido fotógrafo.

É como já dissemos em outro momento dessa dissertação que nossa proposta está muito mais ligada ao que podemos comparar com o trabalho do compositor de partitura que demarca as semínimas e as mínimas, mas também demarca os espaços dos silêncios. Não há música sem esses intervalos e arriscaríamos dizer que não há palavras sem as não-palavras.

Um dos pontos que nos ajuda a compreender essa ideia é perceber que a maior parte do mundo que nos guia é invisível, porém, existe e ainda sim é fundamental. Como, por exemplo, os signos e seus sentidos. Ou na biologia o trabalho celular que nosso corpo faz e não vemos, mas é fundamental para nos manter vivos. Na física, a gravidade que não vemos, mas mantém tudo no lugar - e até mesmo quando Newton não havia dito nada sobre ela, a gravidade continuava lá, - sendo fundamental. O que Newton fez foi enunciá-la, demarcá-la. As Não-Palavras também são assim, amorfas, porque ninguém as vê, mas fundamentais para manter o mundo funcionando como está. Demarcá-las é vital para os grupos dominados.

Muito do que ainda queremos entender com as Não-Palavras não podem ser totalmente mensurados neste trabalho, mas colocaremos abaixo o que, em alguns momentos, conseguimos pontuar, mesmo que não tenhamos estudado cada item em sua totalidade, mas que talvez ainda possamos nos debruçar em uma possível tese, tais como os seguintes entendimentos: Não-Palavras como ideologia, Não Palavras como uma das razões para que grupos minoritários continuem às margens, Não-Palavras exemplificado pela poesia, Não-Palavras como problema social que deveria ser demarcado e iluminado para compreender que aqueles espaços vazios são sim arenas de luta; Não- Palavras como exercício de luta, de não se sentir representado, de jogar fora aquilo que não cabe; Não-Palavra invisível, porém, existente; Não-Palavra como empoderamento; Não-Palavra como espaço de resistência, quilombo secreto em matas selvagens e ambientes inóspitos. Não-Palavra dominado por grupos minoritários que poderão usá-las como lugar profundo e de respiro, mas acima de tudo como local de enraizamento, porque a árvore mais vigorosa e mais vitoriosa é aquela que se aprofunda em terras nunca habitadas por outras plantas. Ervas daninhas crescem mais facilmente e mais rapidamente, porém, seus discursos de privilégios não se fundamentam em lugar nenhum e podem ser arrancados por qualquer vento. Não-Palavras é o intervalo entre a instabilidade e a estabilidade.

Não-Palavras é espaço de luta.

## **8 REFERÊNCIAS**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa.** 3ª ed. Brasil. 2009.

ACHARD, Pierre. DAVALLON, Jean. DURAND, Jean-Louis. PÊCHEUX, Michel. ORLANDI, Eni P.. **Papel da Memória**. Tradução de José Horta Nunes. 4ª ed. Editora Pontes. 1999.

ANGHER, Anne Joyce (Org.). **Vade mecum acadêmico de direito Rideel**. 21ªed. atual. e ampl. São Paulo: Rideel, 2018.

ANDERSON, Stephen R.. How many languages are there in the world? **LSA - Linguistic Society of America**. 2002. Disponível:<<https://www.linguisticsociety.org/content/how-many-languages-are-there-world>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

ASSOCIAÇÃO DOS PINTORES COM A BOCA E OS PÉS-APBP. **Pintores com a Boca e os Pés**. Disponível em: < <http://www.apbp.com.br/associacao/>>. Acesso em: 03 set. 2018.

AZEVEDO, Maira de. Dialeto do Gueto: periferia adota vocabulário próprio. **A Tarde**, Salvador-Bahia, 18 de ago. 2015 Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1704059-dialeto-do-gueto-periferia-adota-vocabulario-proprio>>. Acesso em: 27 de mar. 2018.

BAKHTIN, M. M. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. M.. **Para uma filosofia do ato**. Tradução de Carlos Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza para uso didático e acadêmico, de Toward a Philosophy of the act (Austin: University of Texas Press, 1993. p.25.

BAKHTIN, M. M.. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João editores, 2010.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, N., **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais no Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Tradução De Michel Lahud e Yara Frateschi. São Paulo. Hucitec, 1979.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Vida Inteira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. Emancipação. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BERNARD, H. Russel. Preserving Language Diversity. **Human Organization**. [S.I.: s.n.] Vol. 51, nº. 1, p. 82-89, 1992. Disponível em: <<http://nersp.osg.ufl.edu/~ufruss/documents/preserving%20language%20diversity.pdf>> Acesso em: 27 mar.2018.

BÍBLIA SAGRADA. **Traduce de Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania**. São Paulo: Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados , 2015. 203 p. Velho Testamento e Novo Testamento.

BLINKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser e a fabricação da realidade** . [S.I.: s.n.] São Paulo: Cultrix, 1985.

BOMBONATO, Pedro Guilherme O. **Reflexões sobre ideologia em Pecheus e Bakhtin: esboço de uma análise comparativa.** 2008. Disponível em: <[http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao05/artigoic\\_ed05\\_bombonatopgo.php](http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao05/artigoic_ed05_bombonatopgo.php)> Acesso em: 13 abr. 2018.

BOTTURA, Pietro. **Evgen Bavcar, O Incrível Fotógrafo Cego.** Fatos Curiosos. Disponível em: <<https://www.fatosdesconhecidos.com.br/evgen-bavcar-o-incrivel-fotografo-cego/>> Acesso em: 11 mar. 2018.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução a Análise do Discurso.** 2ª ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2006.

BRASIL. Decreto: 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em 13 de março de 2018.

BRASIL. Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965. **Institui o Código Eleitoral.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4737.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4737.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 4.613, de 02 de abril de 1965. **Isenta dos impostos de importação e de consumo, bem como da taxa de despacho aduaneiro, os veículos especiais destinados a uso exclusivo de paraplégicos ou pessoas portadoras de defeitos físicos ou quais fiquem impossibilitados de utilizar os modelos comuns.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4613-2-abril-1965-377856-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em 17 de março de 2018.

BRASIL. Decreto: 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)> Acesso em 20 de março de 2018.

BRASIL. Decreto: 7.070, de 20 de dezembro de 1982. **Dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCiVil\\_03/Leis/1980-1988/L7070.htm](http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Leis/1980-1988/L7070.htm)> Acesso em: 14 de março de 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 7.405, de 12 de novembro de 1985. **Torna obrigatória a colocação do “Símbolo Internacional de Acesso” em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1980-1988/L7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7405.htm)> Acesso em 18 de março de 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 8.036, de 11 de maio de 1990. **Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8036consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8036consol.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9503.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 9.636, de 15 de maio de 1998. **Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2o do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9636.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9636.htm)> Acesso em 15 de março de 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Estatutos: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código civil.** Disponível em: <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=247357&filenome=LegislacaoCitada+-PL+4330/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=247357&filenome=LegislacaoCitada+-PL+4330/2004)>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Leis Ordinárias: 10.933, de 11 de agosto de 2004. **Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-10933-11-agosto-2004-533373-norma-pl.html>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da**

**Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 5.761, de 27 de abril de 2006. **Regulamenta a Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 5.773, de 9 de maio de 2006. **Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 6.092, de 24 de abril de 2007. **Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE, instituído pela Medida Provisória n° 361, de 28 de março de 2007.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6092-24-abril-2007-553443-publicacaooriginal-71365-pe.html>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 6.180, de 3 de agosto de 2007. **Regulamenta a Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, que trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6180.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6180.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 6.571 de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 6.932, de 11 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil, institui a “Carta de Serviços ao Cidadão” e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6932.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6932.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.**

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2018.

BRASIL. Decretos: 12.024, de 27 de agosto de 2009. **Dá nova redação aos arts. 4o, 5o e 8o da Lei no 10.931, de 2 de agosto de 2004, que tratam de patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12024.htm)> Acesso em: 20 de março de 2018.

BRASIL. Resolução: 175 de 14 de maio de 2013. **Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>> Acesso em: 23 de março de 2018.

BRASIL. Decretos: 13.104, de 9 março de 2015. **Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm)> Acesso em 20 de abril de 2018.

BRASIL. Decreto: 13.345, de 10 de outubro de 2016. **Altera a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, cria as Secretarias Especiais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13345.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13345.htm) Acesso em: 25 de março de 2018

BRASIL. Decreto: 13.457, de 26 de junho de 2017. **Altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13457.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13457.htm)> Acesso em 24 de março de 2018

BRASIL. Sugestão nº 44, de 2017, de 19 de dezembro de 2017. Senado Federal. **Ementa ao Feminicídio.** Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131193>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

BRASIL. Resolução n 175, de 14 de maio de 2013. **Habilitação, celebração de casamento entre pessoas do mesmo sexo.** Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/images/resol\\_gp\\_175\\_2013.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/resol_gp_175_2013.pdf)>. Acesso em: 05 de abr. 2018.

BRASIL. Lei 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)> Acesso em: 05 de abr. 2018.

BUBNOVA, Tatiana. Voice, sense and dialogue on Bakhtin. **Bakhtiniana**, São Paulo, 6 (1): 268-280, Ago./Dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/bak/v6n1/v6n1a16.pdf>> Acesso em: 05 abr. 2018.

CAEIRO, Alberto. **“Poemas Inconjuntos”**. Poemas Completos de Alberto Caeiro. Fernando Pessoa. (Recolha, transcrição e notas de Teresa Sobral Cunha.) Lisboa: Presença, 1994.

COFFITO. **Regulamentação.** Disponível em: <[http://www.coffito.gov.br/nsite/?page\\_id=23](http://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=23)> Acesso em: 17 mar. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. CAPES. **Periódicos.** Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

COX, Kevin R. **Man, Location and Behavior: an introduction to human geography**. 2ª ed. New York: John Wiley & Sons Inc, 1972.

CREFITO. **100 anos da Terapia Ocupacional no mundo**. Disponível em: <<http://crefito9.org.br/imprime.php?cid=11663&sid=320>> Acesso em: 07 marc. 2018.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Priberam Dicionário**. Disponível em: < <https://dicionario.priberam.org/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

DUQUE, Edson. **Entrevista**: Concedida a Tábita Cristina Martins e Santos. Leme. 17 mai. 2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio** – O Dicionário da Língua Portuguesa. 5ª ed. Editora Positivo. 2014.

FIORIN, J. Luiz. **Teoria dos Signos**. In: FIORIN, J. Luis (org.). Introdução à Linguística. São Paulo: Contexto, 2007.

FREITAS, Ana. A origem do termo empoderamento. **NEXO**. [S.I.: s.n.], 06 out. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/10/06/A-origem-do-conceito-de-empoderamento-a-palavra-da-vez>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

GERALDI, João Wanderley. **Ancoragens Estudos Bakhtinianos**. São Carlos-SP: Pedro & João Editores, 2015.

GRUPO DE ESTUDOS DOS GÊNEROS DO DISCURSO-GEGÊ. **Palavras e Contrapalavras: glossariando conceitos**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. São Paulo. 12ª ed. Editora Lamparina. 2014.

HANCEY, Jeremy, Amazon tribe creates 500-page traditional medicine encyclopedia. **MONGABAY**, [S.I.: s.n.], 24 jun. 2015. Disponível em: <<https://news.mongabay.com/2015/06/amazon-tribe-creates-500-page-traditional-medicine-encyclopedia/>> Acesso em: 19 mar. 2018.

HERZOG W. (1974). **Jeder für sich und gott gegen alle**. Alemanha: ZDF Produções (Original: Cada um por si e Deus contra todos. Traduzido como: O enigma de Kaspar Hauser)

ILARI, Rodolfo. Reflexões sobre língua e identidade. In: 6º ENCONTRO CELSUL - CÍRCULO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO SUL, 2004, **Anais...** São Paulo: Unicamp, 2004. p. 1-30. Disponível em: <[http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL\\_VI/Palestras/Reflex%C3%B5es%20sobre%20a%20l%C3%ADngua%20e%20a%20identidade.pdf](http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/CELSUL_VI/Palestras/Reflex%C3%B5es%20sobre%20a%20l%C3%ADngua%20e%20a%20identidade.pdf)> Acesso em: 18 mar. 2018.

KOENIG, John. **The Dictionary of Obscure Sorrows**. USA. 2006. . Disponível em: <<http://www.dictionaryofobscuresorrows.com/>> Acesso em: 300 nov. 2018.

LIMA, Anderson. Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Bakhtiniana. **Recanto das Letras**. 2009. Disponível em: <<https://www.recantodasletras.com.br/artigos/1705374>> Acesso em: 30 mar. 2018.

LIPSCOMB, Suzannah, 2011. **All the Kings Fool**. Disponível em: <<https://www.historytoday.com/suzannah-lipscomb/all-king%E2%80%99s-fools>> Acesso em 05 de abril de 2018.

MACEDO, Wilza. Por Saussure e Bakhtin: Concepções sobre língua e linguagem. In: I CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES, 2009, Ilheus. **Concepções sobre língua e linguagem**. Bahia: UESC, 2009.

MELO, Getúlio Costa. Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. **JUSBRASIL**. 2014. Disponível em: <<https://getulio.jusbrasil.com.br/artigos/112810657/evolucao-historica-do-conceito-de-cidadania-e-a-declaracao-universal-dos-direitos-do-homem>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

MELLO, Marisol Barenco; BORDE, P. . **Cotejo em Bakhtin: o nascimento do sentido no abraço humano**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017.

MICHEL, Pecheux. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: \_\_\_\_\_. **Um mapa da ideologia**. p.143-152. Disponível em: <<http://www.sergiofreire.pro.br/ad/Pecheux-MDI.PDF>> Acesso em: 12 abr. 2018.

MIOTELLO, Valdemir. **O que é ideologia**. In: BRAITH, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005.

MOREIRA, Raquel. Resenha: o Papel da Memória. In: \_\_\_\_\_. **Conexão Letras**. Volume 11, nº 15 2016. Disponível em: <<file:///C:/Users/x/Downloads/65808-272003-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 de mar.de 2018.

ONU, ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Brasil. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/>> Acesso em: 07 abr. 2018.

OMS, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World Health Statistics**. 2011. Disponível em: <[http://www.who.int/whosis/whostat/ES\\_WHS2011\\_Full.pdf?ua=1](http://www.who.int/whosis/whostat/ES_WHS2011_Full.pdf?ua=1)> Acesso em: 08 de abr. de 2018.

OXFORD ENGLISH DICTIONARY. **Paperback Oxford English Dictionary**. 7ª ed. Editora Oxford University Press. USA. 2012.

PALMA, Amanda. Sem mobilidade nos pés e mãos, baiana de 5 anos pinta quadros com a boca. **Correio 24 horas**. Salvador/BA. 23/08/2016. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sem-mobilidade-nos-pes-e-maos-baiana-de-5-anos-pinta-quadros-com-a-boca/>>. Acesso em: 27 out. 2018.

PONZIO, Augusto. **A Revolução Bakhtiniana**. São Paulo: Contexto, 2009.

PONZIO, Augusto. **Procurado uma palavra outra**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

PONZIO, Volochinov. **Palavra Própria e Palavra Outra na sintaxe da enunciação**. [S.I.: s.n.], São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p.08.

RAIA JUNIOR, A.A; SILVA, A. N. R.; BRONDINO, N. C. M. . Comparação entre medidas de acessibilidade para aplicação em cidades brasileiras de médio porte. In: CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA EM TRANSPORTE, nº 11, 1997. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPET, 1997.

RUSSEL, Diana. **The Origin and Importance of the Term Femicide**. Dez. 2011. Disponível em: <[http://www.dianarussell.com/origin\\_of\\_femicide.html](http://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html)>. Acesso: 12 jan. 2019.

SANTAELLA, Lúcia. Espaços Líquidos da mobilidade. In:\_\_\_\_. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.p.155-187.

SANTANA, Joelton Duarte de. Língua, Cultura E Identidade: A Língua Portuguesa Como Espaço Simbólico De Identificação No documentário: Língua – Vidas Em Português. **Linha D'Água**. São Paulo, v. 25, nº 1, 2012, p.47 – 66. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37367>> Acesso em: 08 mar. 2018.

SANTOS, Volnyr. **Dicionário Essencial da Língua Portuguesa**. 2ª ed. Editora Rígel. 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. [S.I.: s.n.], Rio de Janeiro: WVA. 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência ? In:\_\_\_\_. **Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003. p. 12-16.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SEVERO, Renata Trindade. Língua e linguagem como organizadoras do pensamento em Saussure e Benveniste. **Entretextos**. Londrina-PR, v. 13, n. 1, p. 80-96, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/14495>> Acesso em: 08 mar. 2018.

SILVA, Danielle Sousa; LEITE, Francisco de Freitas. **O Subjetivismo Idealista e o Objetivismo Abstrato no Círculo de Bakhtin**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/22965846-O-subjetivismo-idealista-e-o-objetivismo-abstrato-no-circulo-de-bakhtin-individualistic-subjectivism-and-abstract-objectivism-in-bakhtin-circle.html>> Acesso em: 3 abr. 2018.

SILVA, Otto Marques da. **A Epopéia Ignorada – A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Editora CEDAS, 1987.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 7ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997. p. 15.

SILVEIRA, Sergio Paulo. Acessibilidade e Desenho Universal. **CONFEA**. Palestra. Disponível em: <[http://www.confea.org.br/media/palestra\\_acessibiidade-sergiopaulosilveira.pdf](http://www.confea.org.br/media/palestra_acessibiidade-sergiopaulosilveira.pdf)> Acesso em: 13 abr. 2018.

UNESCO, Web Archive. **Vitalidad y peligro de desaparición de las lenguas**. 2003. Disponível em: <<http://webarchive.unesco.org/20160809104708/http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001836/183699S.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2018.

UNESCO, Web Archive. **Sundberg Declaration**. 1981. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000074734>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

UNITED NATIONS. **The Invisibility of Disability**. Disponível em: <[http://www.un.org/disabilities/documents/sdgs/infographic\\_statistics\\_2016.pdf](http://www.un.org/disabilities/documents/sdgs/infographic_statistics_2016.pdf)> Acesso em: 07 abr. 2018.

UNITED ACCESS BOARD. **History of the Access Board**. Disponível em: <<https://www.access-board.gov/the-board/board-history>> Acesso em: 20 de julho de 2018.

VALOURA, Leila de Castro. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador. **Residência Social, Um Programa Inovador da Comunicarte**. 1. ed., 4 capítulo, São Paulo: Comunicarte, p. 20-31. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/303912423\\_Paulo\\_Freire\\_o\\_educador\\_brasileiro\\_autor\\_do\\_termo\\_Empoderamento\\_em\\_seu\\_sentido\\_transformador](https://www.researchgate.net/publication/303912423_Paulo_Freire_o_educador_brasileiro_autor_do_termo_Empoderamento_em_seu_sentido_transformador)> Acesso em: 25 abr. 2018.

VIEIRA, Kauê. Black Power: instrumento de resistência e cultura. **AFREAKA**. 2012. Disponível em: <<http://www.afreaka.com.br/notas/black-power-instrumento-de-resistencia-e-cultura/#>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e Educação em: Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2007.

WALCQUAND, Loïc. Que é Gueto? Construindo um Conceito Sociológico. **Revista de Sociologia e Política**. [S.I.:s.n.], nº 23: p. 155-164, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24629.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2018.

## APÊNDICE A – MAPA VISUAL: CATALOGAÇÃO - LEIS E ANÁLISES

É possível que o extenso banco de dados criado para os caminhos metodológicos desta pesquisa não seja de grande utilidade para os professores que compõe a banca deste trabalho e, portanto, não foi inserida neste apêndice, pois somaria mais 146 páginas à esta dissertação, contendo os

nomes das leis, suas sinopses e análises feitas por mim. No entanto, ela foi disponibilizada em endereço virtual por três motivos principais:

- A) Caso a banca julgue necessário explicar alguma dúvida a respeito da metodologia aplicada nesta pesquisa explicitada no capítulo cinco.
- B) Como gentileza a outros possíveis leitores que tenham como temáticas “leis brasileiras e pessoas com deficiência”. Pois o material é uma catalogação de todas as leis, estatutos, emendas, etc, que contemplem de algum modo às pessoas com deficiência. Tendo sido extraídas dos códigos legislativos brasileiros considerando as mais variadas nomenclaturas que se referem ou já se referiram a este grupo de pessoas.
- C) Pela facilidade de pesquisa e a possibilidade de criar indicadores que ajudem nas buscas metodológicas e que serão posteriormente melhoradas para uma possível tese ou como fonte de informações para artigos científicos.

Portanto esta varredura e catalogação foi disponibilizada virtualmente no endereço eletrônico:

**<https://naopalavras.wixsite.com/catalogacao>**

Ou pelo seguinte QR Code:



É importante destacar que o banco de dados virtual ainda está em fase de melhorias e essa implementação não fez e nem faz parte do escopo, nem dos objetivos dessa pesquisa. Tendo sido, portanto, um meio facilitador para compartilhar os caminhos metodológicos e o levantamento histórico de leis sobre as Pessoas com Deficiência no Brasil. O site contendo o banco de dados está disponível da seguinte maneira:

